



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÉ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



GENIVÂNIA MARIA DA SILVA

**O (DES) MASCARAMENTO DO DISCURSO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL/SUSTENTÁVEL NO (DES)
ENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA
VERMELHA E OLARIAS NO ESTADO DE SERGIPE**

São Cristóvão - SE
2016

GENIVÂNIA MARIA DA SILVA

**O (DES) MASCARAMENTO DO DISCURSO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL/SUSTENTÁVEL NO (DES)
ENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA
VERMELHA E OLARIAS NO ESTADO DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa
Santos.**

São Cristóvão - SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586d Silva, Genivânia Maria da

O (des) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe / Genivânia Maria da Silva; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2016.
191 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Geografia econômica – Sergipe. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Capital (Economia). 4. Espaço em economia. 5. Força de trabalho. 6. Cerâmica – Indústria. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.7)

**O (DES) MASCARAMENTO DO DISCURSO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL/SUSTENTÁVEL NO (DES)
ENVOLVIMENTO DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA
VERMELHA E OLARIAS NO ESTADO DE SERGIPE**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a **Josefa de Lisboa Santos** (PPGEO/UFS)

ORIENTADORA

1º Examinador: Prof.º Dr.º **José Hunaldo Lima** (UFS)

2º Examinador: Prof.º Dr.º **Lucas Gama Lima** (UFS)

Mestranda: **Genivânia Maria da Silva**

São Cristóvão/SE____ de _____de _____

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, **Maria e Cícero**, que acreditaram nos meus sonhos e sempre me ensinaram com exemplos de amor e honestidade a construir minha história de vida.*

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até o fechamento desse ciclo, na minha jornada acadêmica, foi imbuído de angústias, esforços desmedidos e dificuldades, mas também de muitas alegrias e aprendizados que me serviram de estímulo para prosseguir, pois estava segura de que tudo fazia sentido para o meu amadurecimento teórico e realização de um propósito. O caminhar durante o mestrado me possibilitou muitas descobertas e mudanças e, sobretudo, ratificou a certeza da escolha pela ciência geográfica, com seus encantos e desafios.

Se hoje o momento é de celebração e certeza de missão cumprida com a concretização do mestrado é porque, verdadeiramente, eu construí as razões para a realização desse sonho, que somente se tornou exequível com o auxílio de pessoas inoxidáveis que exalavam esperança no olhar e bondade nas ações, estimulando-me a seguir mais firme.

É nesse movimento de relações de amizades construídas que externalizo minha lembrança e gratidão a todos os amigos que me acompanharam no mestrado e na vida, expressando qualquer manifestação de colaboração, seja por meio de ações concretas e/ou através de palavras de incentivo nesse período de construção do conhecimento.

Agradeço primeiramente a **Deus** que me agraciou com a vida, pela proteção contínua e por ter me norteado nos momentos mais obscuros da caminhada acadêmica, ajudando-me a superar os percalços para não desistir dos meus escopos concretos.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a **Josefa Lisboa**, agradeço o acolhimento e a contribuição na minha formação acadêmica desde a graduação. Agradeço-te pelo olhar generoso comigo e com minhas objetivações e por sua forma singular de ensinar que me instigou a ter pensamento crítico. Sou grata por você ser essa profissional tão competente e compreensiva nos momentos de orientações, transmitindo segurança na construção do conhecimento. Obrigada por acreditar na minha capacidade e pela amizade afável.

Minha eterna gratidão a minha mãe **Maria**, razão da minha existência, tradução do que é o amor. Agradeço o apoio e confiança incomensurável, a preocupação comigo e as sábias palavras nos momentos de consternações e incertezas que muito me serviram de acalento para não esvaecer diante das turbulências. Agradeço ao meu querido pai **Cícero** que apoiou minhas escolhas e, incansavelmente, batalhou com hombridade para proporcionar-me sempre o melhor da vida. Agradeço aos dois o amor e a generosidade, pois vocês são as minhas referências de vida mais valiosas.

Aos meus irmãos **Jeane** e **Genivan** agradeço o fato de sempre me fortalecerem com palavras e atitudes de carinho e de confiança e com momentos de descontração que serviram

para me vivificar. Obrigada, meus irmãos, pela paciência e por torcerem sempre por minha felicidade, eu amo muito vocês. Agradeço ao meu cunhado **Alessandro** pelo incentivo e empenho desmedido em ajudar-me na concretização deste trabalho. Vocês fazem parte da minha história.

Aos meus familiares exprimo minha gratidão e meu conforto em tê-los comigo nesta caminhada. Aos meus queridos avós **Antônia e Heliodoro**, agradeço o carinho dedicado em todos os momentos e a forma generosa de me acolher e incentivar. Agradeço aos meus tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas por todas as formas de motivações e se regozijarem com a vitória do mestrado.

À minha querida amiga **Eliane** agradeço os momentos compartilhados, os conselhos inspiradores e toda força motivadora para superar os meandros da vida e seguir com o mestrado. Amiga, sei o quanto esteve firme na torcida por essa conquista, obrigada por se alegrar e confiar em mim. As minhas amiga **Darla e Joicy** sou grata pelo apoio grandioso e pelo carinho expressivo que sempre me dedicaram nessa caminhada.

Aos meus amigos da graduação da turma “Daqui até a eternidade”, principalmente, **Renata, Mônica, Leandro, Valdete, Tatiane, Adriano, Anderson, Elionaldo, Cléverton e Jacksilene**, agradeço à torcida, os incentivos e por se alegrarem com a materialização do meu mestrado.

A **Joseane Costa**, amiga especial, agradeço a amizade enriquecedora construída durante o mestrado e os momentos inefáveis que vivenciamos juntas. Muito obrigada amiga por toda força, confiança, dedicação e sorrisos que sempre me ofereceu. Sou grata a minha amiga **Vanilza** por ter sido tão generosa comigo, pelo seu jeito singular de me entender e incentivar, sobretudo, por sua amizade sincera e admirável.

Às minhas amigas **Joseane Santos, Vanessa e Priscila**, agradeço à torcida e o acolhimento impagável na residência de vocês durante a fase do mestrado. Minhas lembranças também se estendem as amigas **Luzia e Marina** pelo apoio e vibrações positivas que sempre me transmitiram.

A **Vilma** agradeço o carinho e a disposição em me acompanhar nos trabalhos de campo, mostrando-se corajosa e alegre em todos os momentos. Obrigada por tanto.

A **Cleomadson**, grande conhecedor da dinâmica do segmento de cerâmica vermelha de Sergipe, agradeço a simplicidade e a disposição em me ajudar a colher informações tão valiosas sobre essa questão para a minha pesquisa.

Aos amigos do mestrado **Ricardo, Edson, Edésio, Edilma, José Lima** e, em especial, **Érika** pelos momentos de alegria, troca de experiências e incentivos durante a fase do mestrado.

Aos companheiros do Grupo de pesquisa LATER (Laboratório de Estudos Territoriais), agradeço a dedicação e competência em cada discussão traçada que em muito contribuiu para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de Itabaiana, em especial, **Hunaldo, Marleide, Márcia, Cristiane, Daniel, Cristiano e Ana Rocha**, agradeço os incentivos e ensinamentos enriquecedores que me possibilitaram a construção do pensamento crítico capaz de desnudar a produção contraditória e desigual do espaço geográfico no processo histórico-social.

À professora e amiga **Vanessa Dias**, palavras tornam-se circunscritas para exprimir a admiração, o respeito e a gratidão que tenho por você. Agradeço as formas de carinho, dedicação e conselhos e por ter contribuído grandiosamente para a minha formação acadêmica. Grata por acreditar em mim desde a graduação e por ter me incentivado a seguir com a pós-graduação, com seu jeito leve e compromissado de ser.

À Prof.^a Dr.^a **Alexandrina Luz**, agradeço a participação na banca de qualificação de mestrado e as relevantes observações e contribuições teóricas para a construção da dissertação.

Aos Prof.^o Dr.^o **Hunaldo Lima** e Prof.^o Dr.^o **Lucas Gama Lima** que aceitaram participar da banca examinadora da defesa e pelo jeito cuidadoso e elucidativo com que analisaram a minha pesquisa, contribuindo amplamente para enriquecer a finalização da dissertação de mestrado.

Aos **professores** do PPGEIO agradeço a competência profissional, os ensinamentos e a forma reflexiva e instigadora de fazer geografia, o que deveras contribuiu veementemente para a minha pesquisa e para a forma de “ler” o mundo.

Aos **funcionários e coordenadores** do PPGEIO agradeço o atendimento prestativo.

Aos **trabalhadores, trabalhadoras** e a todos os entrevistados, que responderam com confiança, humildade e seriedade os questionários e as entrevistas sobre os desafios diários no trabalho e as perspectivas, atribuindo consistência a minha pesquisa.

À **FAPITEC**, por ter financiado o desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

A todos vocês meu eterno carinho e agradecimento por tudo e por tanto.

EPÍGRAFE

Não é possível abordar de maneira devidamente adequada o grande desafio do desenvolvimento sustentável, que hoje temos que enfrentar, sem a remoção dos constrangimentos paralisantes de caráter conflitual/adverso do nosso sistema de reprodução.

(ISTVÁN MÉSZÁROS, 2001)

RESUMO

Como corolário das transformações implementadas pelo processo de reestruturação produtiva e práticas neoliberais no contexto de crise estrutural do capital, o mundo do trabalho se desestruturou, se intensificaram as formas de precarização do trabalho, exploração e destruição da natureza. Como resultado da fase de reconfiguração do capitalismo, um novo modelo de desenvolvimento calcado na escala local foi estruturado no Brasil, nas últimas décadas do século XX. Neste eixo do desenvolvimento, políticas locais são estimuladas pelo Estado neoliberal, que transfere para os atores locais o protagonismo de promoverem o desenvolvimento, a partir de estratégias empreendedoras que valorizem as potencialidades do território e apresentem conotação sustentável. É esse contexto que revitaliza a discussão dos Arranjos Produtivos Locais, entendidos como uma “nova” proposta para dinamizar a produção econômica de um território. Em Sergipe, as olarias e cerâmicas vermelhas dispostas em APLs estão sendo incorporadas desde 2008 pelo governo do estado na política de desenvolvimento local. Neste sentido, a presente pesquisa objetiva analisar o (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias do estado de Sergipe, organizadas em Arranjos Produtivos Locais, sob a égide do discurso do desenvolvimento local/sustentável e seus rebatimentos na forma de apropriação da natureza e do trabalho na produção espacial. A trajetória de desenvolvimento das cerâmicas e olarias dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá – concentradores desta atividade econômica em Sergipe – está assentada na contraditória relação homem/natureza, marcada por explorar avidamente os recursos naturais (argila e lenha) para atender as necessidades do mercado cerâmico. Assim como a natureza é apropriada para usufruto econômico, o trabalhador(a) é rendido à lógica do capital, sendo explorado e submetido as precárias condições de trabalho na perspectiva de arrumar emprego. Para entender esta realidade, o estudo foi realizado em uma pesquisa qualitativa através de referências bibliográficas e trabalho de campo que esteve alicerçado no método do materialismo histórico e dialético, permitindo desmascarar o discurso do desenvolvimento local/sustentável que constrói uma sociabilidade de relações harmoniosas entre os atores locais nos APLs, geração de emprego e renda e produção sustentável das cerâmicas e olarias, quando em essência serve para deslegitimar a produção desigual e contraditória do território, ou seja, abstrai-se o conflito capital/trabalho e as relações de poder avivadas no local. O desenvolvimento local/sustentável apregoado nas olarias e cerâmica vermelha de Sergipe, é reconhecido nesse estudo como mais uma estratégia para explorar novos territórios/espacos, explorar mais força de trabalho e recursos naturais que sustentem a reprodução do capital. Deslindar as contradições deste discurso nesta organização produtiva, torna-se fulcral para a ciência geográfica, que busca entender as desiguais e combinadas relações socioeconômicas engendradas na produção do espaço sergipano.

Palavras-chave: Desenvolvimento local/sustentável, Arranjos Produtivos Locais, cerâmicas e olarias, natureza, trabalho.

RESUMEN

Como una afirmación de los cambios implementados por el proceso de reestructuración productiva y las prácticas neoliberales en el contexto de la crisis estructural del capital, el mundo del trabajo se interrumpe, se intensificaron las formas de trabajo precario, la explotación y la destrucción de la naturaleza. Como resultado de esta fase de la reconfiguración del sistema capitalista, un nuevo modelo de desarrollo sustentado escala local se estructuró en Brasil, en las últimas décadas del siglo XX. Este eje de desarrollo, las políticas locales se les anima por el Estado neoliberal, que transfiere a los habitantes la promoción del desarrollo, a partir de las estrategias empresariales que mejoran el potencial del territorio y proporcionan connotación sostenible. Esta situación revitaliza la discusión de Arreglos Productivos Locales, entendida como una "nueva" propuesta para aumentar la producción económica de el territorio. En Sergipe, los talleres de alfarería y cerámica de color rojo en forma de racimos se están incorporando desde 2008 por el gobierno del estado, en la política de desarrollo local. En este sentido, la presente investigación tiene como objetivo analizar la (des) acoplamiento de las industrias de cerámica roja y alfarería del estado de Sergipe, organizada en Arreglos Productivos Locales, bajo el discurso del desarrollo local / sostenible y sus repercusiones en la forma de apropiación de la naturaleza y el trabajo en la producción del espacio. La trayectoria del desarrollo de la cerámica y alfarería de los municipios de Itabaiana, Itabaianinha y Propriá - concentradores de esta actividad económica en Sergipe - se sienta en la contradictoria relación hombre / naturaleza, marcada por la explotación codiciosa de los recursos naturales (arcilla y madera) para satisfacer las necesidades de mercado de cerámica. Así como la naturaleza es adecuado para beneficio económico, el trabajador (a) se rindió a la lógica del capital, siendo explotado y sometido a malas condiciones de trabajo ante la perspectiva de conseguir un puesto de empleo. Para comprender este hecho, el estudio se realizó en una investigación cualitativa a través de referencias y trabajos de campo que fue fundada en el método del materialismo dialéctico e histórico, lo que permite desenmascarar el discurso del desarrollo local / sostenible que construye una sociabilidad de las relaciones armoniosas entre actores locales en racimos, la generación de empleo y remuneración, además de la producción sostenible de cerámica y alfarería, cuando en esencia sirve para deslegitimar la producción desigual y contradictoria de el territorio, o sea, los resúmenes de conflicto de capital / trabajo y relaciones de poder revividos en sitio. El desarrollo local / sostenible proclamado en los talleres de cerámica de color rojo y alfarería de Sergipe se reconoce en este estudio como una estrategia para explorar nuevas áreas / espacios, explorar más mano de obra y los recursos naturales para apoyar la reproducción del capital. Desentrañar las contradicciones de este discurso en esta organización productiva, que es fundamental para la ciencia geográfica, que busca comprender las relaciones socioeconómicas desiguales y generadas en la producción del espacio en Sergipe.

Palabras clave: Desarrollo local / sostenible, Arreglos Productivos Locales, cerámica y alfarería, naturaleza, trabajo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Maquinário utilizado no processo produtivo das olarias de Sergipe.....	85
Figura 02- Robô empregado no processo produtivo na indústria de cerâmica vermelha automatizada.....	87
Figura 03 -Trabalho feminino nas olarias do município de Itabaiana-SE.....	100
Figura 04 - Fluxograma do processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha.....	156
Figura 05 - Depósito de argilas no pátio da indústria de cerâmica vermelha.....	157
Figura 06 - Máquina extrusora utilizada no processo produtivo da cerâmica vermelha.....	158
Figura 07 - Esteira transportadora de blocos no processo produtivo das cerâmicas.....	158
Figura 08 - Trabalhadores no processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha.....	159
Figura 09 - Processo de secagem natural dos blocos na parte interna da indústria de cerâmica vermelha.....	160
Figura 10 - Processo de secagem natural das telhas na parte externa das olarias.....	160
Figura 11- Processo de secagem natural de telhas nas olarias de Itabaianinha.....	160
Figura 12- Jazida de argila no município de Cedro de São João em Sergipe.....	168
Figura 13 - Processo de extração de argila na jazida do município de Estância/SE.....	168
Figura 14 - Plantação de eucalipto na região de platô de Neópolis.....	174
Figura 15 - Forno Hoffman utilizado nas cerâmicas vermelhas de Sergipe.....	175
Figura 16 - Forno caieira utilizado nas olarias do município de Itabaiana/SE.....	178
Figura 17- Olarias nas proximidades das residências no povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Características no segmento das indústrias de cerâmica vermelha no Brasil.....	24
Tabela 02 - Produto Interno Bruto. Composição e participação setorial em Sergipe, 2011.....	25
Tabela 03 - Produto Interno Bruto. Composição e participação setorial em Sergipe, 2012.....	26
Tabela 04 - Taxa do desmatamento ocorrido na caatinga no período de 2008-2009.....	64
Tabela 05 - Situação do grau de antropismo por estado no período 2008-2009.....	65
Tabela 06 - Indicadores de Participação Econômica, por sexo, Brasil, 1981 a 1998.....	97
Tabela 07 - Evolução da Participação de Homens e Mulheres na População Economicamente Ativa – PEA, Brasil, 2001 a 2013.....	98
Tabela 08 - Distribuição dos estabelecimentos formais da atividade de fabricação dos produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil, por território, em Sergipe-2006-2014.....	140
Tabela 09 - Empregados formais da atividade de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil, por território, no estado de Sergipe, 2006-2014.....	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização da área de estudo no estado de Sergipe.....	28
Mapa 02- Territorialização dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe.....	132
Mapa 03- Territorialização dos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha em Sergipe.....	135
Mapa 04- Distribuição dos estabelecimentos de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção, segundo o porte, por município e a força de trabalho empregada, por municípios, no estado de Sergipe, 2014.....	145
Mapa 05- Municípios de extração de argila para a indústria de cerâmica vermelha e olarias em Sergipe.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Consumo Privado de Recursos Naturais no Mundo – Organização das Nações Unidas, 2002.....	62
Gráfico 02- Taxa de desocupação para os trimestres móveis de 2012 a 2016.....	91
Gráfico 03- Indústrias de cerâmica vermelha que oferecem os Equipamentos de Proteção individual(EPIs) aos trabalhadores.....	102
Gráfico 04- Motivos que impulsionaram as mulheres a trabalharem nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe.....	104
Gráfico 05- Distribuição dos estabelecimentos formais de cerâmica vermelha, por território, no estado de Sergipe, 2014.....	143
Gráfico 06- Empregados formais nas indústrias de cerâmica vermelha, por município, no estado de Sergipe, 2014.....	147
Gráfico 07- Combustível utilizado nos fornos das olarias de Sergipe.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Políticas de apoio as empresas dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe.....	130
Quadro 02- Desafios e oportunidades de desenvolvimento no Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha em Sergipe.....	134

LISTA DE SIGLAS

ABCERAM – Associação Brasileira de Cerâmica
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACERTUBOS – Associação Latino-Americana de Fabricantes de Tubos Cerâmicos
ADEMA – Administração Estadual de Meio Ambiente
APL – Arranjo Produtivo Local
ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica
ASN – Agência Sergipe de Notícias
BANESE – Banco do Estado de Sergipe
BNH – Banco Nacional da Habitação
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CEPIS – Centro de Produção Industrial Sustentável
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
EPP – Empresas de Pequeno Porte
FAPITEC – Fundação de Apoio à pesquisa e à inovação
GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial
IPC – Instituto Pró-Cerâmica
ITPS – Instituto Tecnológico e de Pesquisas de Sergipe
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEAPL– Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais
ONU – Organização das Nações Unidas
PBQP-H – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat
PD – Plano de Desenvolvimento
PEA – População Economicamente Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIEX – Programa de Extensão Industrial e Exportadora
PME – Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PSQ – Programa Setorial de Qualidade
PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
REDESIST– Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
RENAPI – Rede Nacional de Política Industrial
SEAGRI – Secretária da Agricultura
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEDETEC – Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
SEIDE– Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe, da Inclusão Social
SEMARH – Secretária de Estado Do Meio Ambiente e Dos Recursos Hídricos
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG – Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de Sergipe
SERGIPETEC – Sergipe Parque Tecnológico
SINDICER-SE – Sindicato de Indústrias de Cerâmicas e Olarias do Estado de Sergipe
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SFH – Sistema Financeiro Habitação
TASS – Território do Alto Sertão Sergipano
UD – Unidade Demonstrativa
VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

RESUMEN

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 21

**CAPÍTULO 01 – A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO PELO CAPITAL E OS (DES) CAMINHOS DO DISCURSO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... 35**

1.1 – A histórica e indissociável relação homem/natureza..... 35

1.2 – A (ir) realização do trabalho na sociedade capitalista: expressão da contraditória
relação capital/trabalho..... 40

1.3–Domínio e produção da natureza pelo capital a serviço do
progresso/desenvolvimento..... 47

1.4 – A proposta do Desenvolvimento Sustentável sob a égide do capitalismo..... 52

1.5 – A falácia da “preservação da natureza” sob o mantra do desenvolvimento sustentável:
breves considerações no contexto brasileiro..... 59

1.5.1–Desenvolvimento sustentável na “sociedade do desperdício” e da
destruição..... 67

**CAPÍTULO 02 – AS FACETAS DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA DO CAPITAL E A (DES) ESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO
TRABALHO..... 74**

2.1– A reestruturação produtiva do capital na sustentação do sistema capitalista: do modelo
fordista de produção ao regime de acumulação flexível..... 74

2.2 – A (des) estruturação do mundo do trabalho como ofensividade da reestruturação produtiva do capital.....	82
2.3 – As facetas do trabalho feminino no precário mundo do trabalho das olarias e cerâmicas vermelhas em Sergipe.....	94
CAPÍTULO 03 – A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NEOLIBERAL E DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	107
3.1– A funcionalidade do Estado na sociedade do capital: O Estado Neoliberal.....	107
3.2– Desenvolvimento local: “Novo” cenário favorável à reprodução do capital.....	113
3.3 – “Nova” organização produtiva sob velhos interesses do capital: Os Arranjos Produtivos Locais.....	121
3.3.1– A política nacional e estadual de apoio aos Arranjos Produtivos Locais e o APL de cerâmica vermelha como instrumento para o desenvolvimento de Sergipe.....	126
CAPÍTULO 04 – INDÚSTRIAS DE CERÂMICA VERMELHA E OLARIAS EM SERGIPE E OS REVESES DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA.....	138
4.1– A espacialização e a dinâmica das cerâmicas vermelhas e olarias no estado de Sergipe.....	138
4.2 – O crédito como “alternativa” para o (des)envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias em Sergipe.....	151
4.3 – O processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha e o usufruto da natureza.....	156
4.3.1 – Argila: matéria-prima utilizada na produção das cerâmicas e olarias.....	162
4.3.2– Lenha: matéria-prima utilizada na produção das cerâmicas e olarias.....	171
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
6 – REFERÊNCIAS	186

INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento da sociedade capitalista é marcada pela relação contraditória, desigual e destrutiva do homem com a natureza. Com a evolução das forças produtivas, o processo de transformação e apropriação da natureza se acentuou para atender a produção econômica e aos interesses da classe dominante. A relação social de exploração e dominação dos recursos naturais desvaloriza a dinâmica natural, submetendo-a aos regramentos da lógica mercantil capitalista, o que provoca um amplo cenário de degradação da natureza e transformações sócioespaciais.

A tendência do capital é a apropriação da natureza nas distintas “frações” do espaço geográfico enquanto recurso que, na racionalidade capitalista, precisa ser mercantilizado. O *devoir* da natureza em mercadoria, nesta organização societal, se apresenta como necessário para viabilizar o processo de reprodução do capital, que em meio a sua espontaneidade expansiva e destrutiva subjuga o valor de uso da natureza em valor de troca.

Determinada historicamente pela conflituosa relação capital/trabalho, a dinâmica social capitalista tem produzido, concomitantemente, crescimento econômico e devastação da natureza. Com as vicissitudes engendradas pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, a natureza não consegue ficar imune a agressividades, sendo tomada em ampla escala pelo capital.

Com a produção de valores de troca para a (re)produção do capital, a natureza passa a ser apropriada pelo capital de forma contínua e em ritmo acelerado, sobretudo, neste cenário de crise estrutural em que os recursos naturais passaram a ser ainda mais explorados, com uso irracional e predatório para sustentar este sistema econômico calcado na produção destrutiva, na lógica do desperdício. Antunes (2005), afirma que é como desdobramento da crise estrutural do capital, dos quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são expressão, que a degradação se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza direcionada veementemente para a produção de mercadorias, que o meio ambiente é destruído em dimensão global.

As ofensividades do capital se evidenciam bem mais com a severidade desta crise, que se revela por atingir todas as dimensões do complexo da humanidade, sendo a natureza fortemente apropriada e deteriorada para atender às “novas” necessidades do sistema sociometabólico do capital, nesta fase de reconfiguração do capitalismo, que valoriza a produção destrutiva e fugaz, a descartabilidade dos bens materiais.

Neste “novo” momento do capitalismo as mercadorias assumem valor de uso curto para acelerar o processo de rotação do capital e com essa realização temos, conseqüentemente, a elevação do ritmo de apropriação dos recursos naturais, exploração e degradação da natureza para atender à lógica destrutiva do capital e as suas propensões que se traduzem pela busca incessante do lucro. A apropriação constante da natureza para a mercantilização e a resultante degradação caracteriza a dinâmica produtiva das olarias e das indústrias de cerâmica vermelha de Sergipe que utilizam, principalmente, a argila como matéria-prima para a fabricação dos produtos cerâmicos.

A cerâmica é o material artificial mais antigo produzido pelo homem, produzida em torno de dez a quinze mil anos atrás. Do grego “Kéramos” (“terra queimada” ou “argila queimada”) é um material de imensa resistência, sendo frequentemente encontrado em escavações arqueológicas¹. O setor cerâmico é vasto e heterogêneo, se traduz por oferecer produtos cerâmicos que são utilizados pela sociedade para uma diversidade de usos. Por ser tão abrangente o setor cerâmico é repartido em segmentos, sendo que na pesquisa em pauta a análise se concentra na especialização do segmento de cerâmica vermelha que se caracteriza por fabricar produtos materiais empregados na construção civil.

O setor cerâmico brasileiro começou, historicamente, a se desenvolver a partir do século XX, seguindo as mudanças socioeconômicas (industrialização, urbanização, etc) que se engendraram no país. O grande impulso ao desenvolvimento do setor ceramista brasileiro ocorreu, principalmente, em meados da década de 1960, em virtude da efetuação de políticas públicas de habitação, sobremaneira, a instituição do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH). Foi em decorrência do *boom* do setor da construção civil, em 1970, que ocorreu a expansão da indústria cerâmica no país (SERGIPE, 2008).

O mercado da construção civil passava por transformações na primeira década do século XXI, em decorrência da crise financeira originada no mercado imobiliário, nos Estados Unidos, em 2008. A recorrente prática de hipoteca/refinanciamento de imóveis nos Estados Unidos acabou estourando o mercado imobiliário, pois o impulso à propriedade privada, a proposição de adquirir seu próprio imóvel resultou na elevação da demanda. Depois de atingir o topo em 2006, os preços dos imóveis começaram a declinar, os juros aumentaram e, concomitantemente,

¹ No contexto Brasileiro, a cerâmica tem seus primórdios na Ilha de Marajó. A cerâmica marajoara sinaliza a avançada cultura indígena que floresceu na ilha; configurava-se de forma bem elaborada e de uma especialização artesanal que compreendia diversas técnicas: raspagem, incisão, excisão e pintura. Não obstante, as práticas utilizadas pelos indígenas sofreram mudanças, com as instalações de olarias nos colégios, engenhos e fazendas jesuítas, onde se produziam tijolos, telhas e louça de barro para consumo diário. Consultar: <http://www.anfacer.org.br/historia-ceramica>. Acesso em: 21. Mar. 2016.

a inadimplência subiu. A dificuldade financeira de arcar com as hipotecas realizadas ou tentar pelo menos um refinanciamento fez com que a oferta do crédito sofresse retração, esses acontecimentos canalizaram para a explosão da intitulada crise do *Subprime*, em 2007/2008 (HARVEY, 2011).

Os rebatimentos desta crise não ficaram circunscritos ao centro norte-americano, pelo contrário, seus efeitos ressoaram por outros países capitalistas, principalmente, da Europa. Para Harvey (2011), a crise se propagou no cenário internacional por uma rede financeira e comercial coesa que supostamente partiria o risco, em vez de estimular a confusão financeira. As consequências da crise de crédito imprimiram impactos distintos conforme a dinâmica de cada país. Vastos são os fatores que implicaram na diferenciação:

Tudo dependeu do grau com que os bancos locais e outras instituições como fundos de pensão investiram em ativos tóxicos distribuídos pelos Estados Unidos; do grau com que os bancos em outros lugares copiaram as práticas dos EUA e foram atrás de investimentos de alto risco; da sujeição das empresas locais e instituições estatais (como os governos municipais) a abertura de linhas de crédito para rolar suas dívidas; do impacto da rápida queda do consumo nos EUA e em outros lugares com economias baseadas em exportações; dos altos e baixos da demanda e preços das matérias-primas (o petróleo, em particular); e das diferentes estruturas de emprego e de apoio social (incluindo os fluxos de remessas) e a provisão social prevalecente em um lugar e não em outro (ibid, 2011, p.117).

Esta crise financeira atingiu fortemente a dinâmica brasileira, ao instaurar insegurança e reajustes no segmento político, econômico e social e provocar a diminuição do crédito privado para o setor da construção civil. Segundo Andrade (2013), como estratégia de enfrentamento da crise o governo brasileiro passou a investir na política habitacional, criando o Programa Minha Casa, Minha Vida, difundido enquanto política capaz de resolver a carência de moradia no país, entretanto este foi um dos principais instrumentos para atenuar as ofensividades da crise de 2008.

Nesta trama, o Estado assume a função de financiador do crédito para moradia, desenvolvendo programas e ações que asseguram o fluxo financeiro na garantia do funcionamento e crescimento do setor da construção civil. O crédito imobiliário passou a ser ofertado a juros mais “baixos” para facilitar a viabilização do acesso e consumo. Incentivar a construção de habitações foi umas das alternativas estrategicamente aludidas pelo Estado para favorecer o crescimento econômico do Brasil e o funcionamento do sistema capitalista.

Não se pode negar que o *boom* do mercado imobiliário, serviu para atenuar a insuficiência habitacional que assolava o país. Destarte, é preciso identificar que a intenção escamoteada desse projeto político é propiciar a reprodução do capital no contexto de crise.

Uma vez que, com a ampliação da construção de habitações, o setor da construção civil ganha novo impulso, é reanimado. Portanto, com a dinâmica positiva da construção civil no Brasil, o setor cerâmico é afetado, ganhando novo “fôlego” para continuar a se expandir.

Sendo o setor cerâmico atingido com o desempenho da construção civil, as cerâmicas vermelhas também são beneficiadas por fornecerem materiais a este setor da indústria. No Brasil existem aproximadamente 6.903 empresas de cerâmica vermelha e olarias, sendo que deste total 4.346 correspondem a empresas de blocos/tijolos que fabricam mensalmente em torno de 4 bilhões de peças. Apesar de serem fundamentais para o desenvolvimento do segmento de cerâmica vermelha, a produção das telhas e dos tubos acontece em uma escala menor em comparação aos blocos. Nesta abordagem, a produção de telhas e tubos abrange apenas 2.547 do total do número de empresas (Tabela 01). No Brasil a indústria de cerâmica vermelha fatura em torno de 18 bilhões ao ano e corresponde a 4,8% da construção civil; gera aproximadamente 300 mil empregos diretos e 900 mil empregos de forma indireta (ANICER, 2014).

Tabela 01- Características no segmento das indústrias de cerâmica vermelha no Brasil.

	Nº Empresas Aproximado	% Aproximado por Área	Prod./Mês (Nº de peças)
Blocos/tijolos	4.346	63%	4.000.000.000
Telhas	2.547	36%	1.300.000.000
Tubos	10	0,10%	325.5 km*

Fonte: Associação Nacional da Indústria da Cerâmica (ANICER), 2008. *Produção apontada pela Associação Latino-Americana de Fabricantes de Tubos Cerâmicos (Acertubos), considerando o número de 10 empresas, responsáveis pela fabricação de 3.906km/ano. Adaptada por: Genivânia Maria da Silva, 2015.

O desenvolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olaria se encontra atrelado, sobremaneira, ao setor da construção civil que faz parte do grande setor industrial, que por ser diversificado, tem se revelado um importante estimulador do crescimento e do desenvolvimento econômico e social do Brasil, nos momentos de crises, principalmente nos últimos anos. De acordo com informações divulgadas em 2011 no banco de dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em 2010 o PIB da construção civil alcançou 11,6%, um crescimento recorde em comparação aos anos anteriores no Brasil.

Em Sergipe a atuação deste setor também foi sentida de maneira positiva em 2010. O macro setor industrial se apresenta relevante para a economia e para o desenvolvimento do estado. Os dados divulgados através do Observatório de Sergipe mostraram que em 2011 este setor cresceu 8,1% elevando sua participação para 28,8% no valor adicionado do estado em relação ao ano de 2010, que correspondeu ao total de 28,6%. Em 2011 a participação do setor

industrial foi superior ao setor da agropecuária que foi de 3,5% e inferior ao setor de serviços, que registrou 67,7%. No setor da indústria, a construção civil se destacou ao atingir um crescimento de 13,4%, chegando a representar 7,7% de participação no VAB (Tabela 02).

**Tabela 02 – Produto Interno Bruto
Composição e participação setorial em Sergipe, 2011².**

Atividades	Valor (R\$ milhões)	Participação (%) no VAB
Agropecuária	827	3,5
Indústria	6.739	28,8
Indústria extrativa mineral	1.664	7,1
Indústria de transformação	1.755	7,5
Construção civil	1.795	7,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	1.526	6,5
Serviços	15.847	67,7
Comércio e serviços de manutenção e reparação	2.717	11,6
Transportes, armazenamento e correio	1.125	4,8
Serviços de informação	543	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	985	4,2
Atividades imobiliárias e aluguel	1.827	7,8
Administração, saúde e educação pública	6.429	27,5
Outros	2.221	9,5
Valor Adicionado Total	23.413	100,0
Impostos sobre produtos líquidos de subsídio	2.786	-
Produto Interno Bruto	26.199	-

Fonte: IBGE/SEPLAG, 2011. In: Observatório de Sergipe. Adaptada por: Genivânia Maria da Silva, 2016

A construção civil tem se configurado em uma das possibilidades de desenvolvimento para a economia de Sergipe, embora no ano de 2012 o setor industrial tenha representado uma participação de 28,9% no Valor Adicionado Bruto, com um acréscimo de 0,1% em comparação ao ano anterior, a sua taxa de crescimento foi apenas de 5,6%, inferior ao ano anterior que foi de 8,1%. Os dados publicados pelo Observatório de Sergipe mostraram que a construção civil chegou a responder pelo valor de R\$ 1,720 bilhão e com uma taxa de crescimento registrada em 12,8% em 2012, por mais que tenha sido inferior ao ano de 2011, continua sendo o segmento com maior representatividade neste macro setor (Tabela 03).

²O resultado dos dados sobre o PIB Sergipano para o ano de 2011, foi divulgado pela Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão - SEPLAG, através do Observatório de Sergipe. Esse estudo sobre os números da economia é fruto de uma parceria entre o IBGE e os órgãos de estatística de todas as unidades da federação. Dessa maneira, são números comparáveis, pois são elaborados sob uma mesma metodologia conduzida pelo instituto e comparável às Contas Nacionais. Disponível em: www.observatorio.se.gov.br. Acesso em: 22 Fev. 2016

Tabela 03 – Produto Interno Bruto
Composição e participação setorial em Sergipe, 2012*

Atividades	Valor (R\$ milhões)	Participação no VAB (%)	Taxa de crescimento (%)
Agropecuária	1.034	4,2	-6,8
Indústria	7.084	28,9	5,6
Indústria extrativa mineral	1.984	8,1	-3,4
Indústria de transformação	1.597	6,5	9,5
Construção civil	1.720	7,0	12,8
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	1.783	7,3	3,1
Serviços	16.414	66,9	3,0
Comércio	2.787	11,4	6,4
Transportes, armazenagem e correio	974	4,0	6,2
Serviços de informação	313	1,3	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	994	4,1	5,4
Atividades imobiliárias e aluguel	1.978	8,1	0,0
Administração, saúde e educação pública	6.619	27,0	2,0
Outros	2.749	11,2	1,9
Valor Adicionado Total	24.532	100,0	3,5
Impostos sobre produtos líquidos de subsídio	3.292	-	
Produto Interno Bruto	27.823	-	3,6

Fonte: IBGE; SEPLAG/SUPES/DEPEA, 2012. In: Observatório de Sergipe. Adaptada por: Genivânia Maria da Silva, 2016.

* Resultados preliminares

Os programas habitacionais e financiamentos imobiliários consolidados, são alguns dos elementos que contribuíram para o desenvolvimento do setor da construção civil em Sergipe nos anos referidos. Com o crescimento da cadeia da construção civil as oportunidades de empregos se acentuam, já que se trata de um setor da economia que incorpora muitos trabalhadores, sobretudo, uma parcela relevante da força de trabalho humana com pouca especialização profissional. Na perspectiva governamental, a construção civil tem se apresentado como promitente alternativa para aquecer a economia e contribuído para a expansão das cerâmicas vermelhas em Sergipe.

A existência expressiva de olarias e cerâmicas vermelhas distribuídas pelos municípios de Sergipe e o reconhecimento econômico desta atividade produtiva para o desempenho da comunidade local serviram para despertar o interesse do governo do estado de Sergipe que desde o ano de 2008, assentado na política de desenvolvimento local, passou a estimular a coadunação destas empresas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), como estratégia para

fortificar o desenvolvimento do segmento de cerâmica vermelha no mercado e promover o desenvolvimento social e econômico para a comunidade local e para Sergipe.

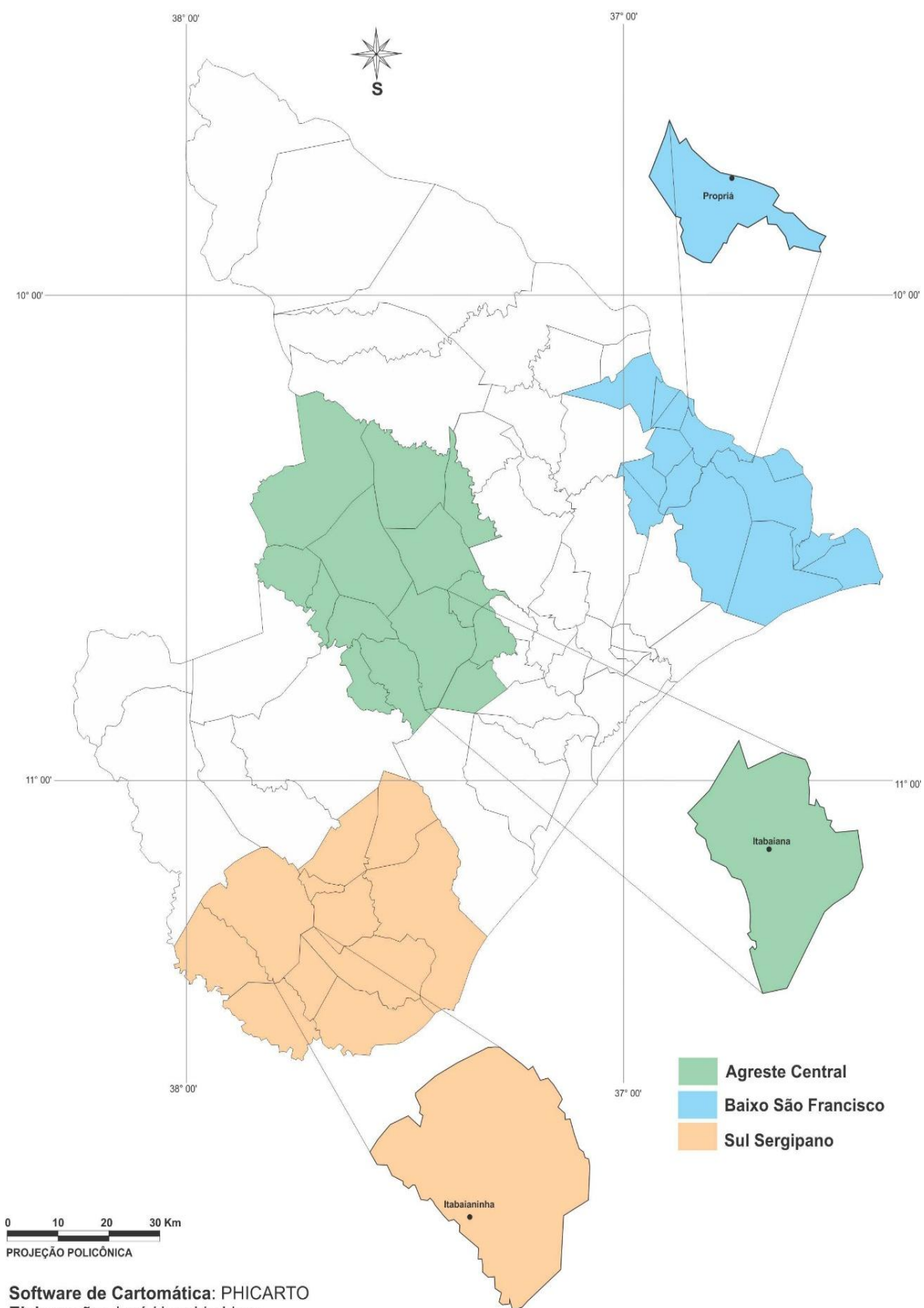
No Brasil, a abordagem dos Arranjos Produtivos Locais vêm sendo fortemente disseminada e incorporada na política de desenvolvimento local desde a última década do século XX. Como corolário das transformações implementadas com o processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo no contexto de crise estrutural do capital, o local passa a ser assimilado como fulcro do desenvolvimento econômico e social.

Na ampla literatura econômica a escala operativa local vem sendo alçada como o paradigma do desenvolvimento que permite dirimir as disparidades socioeconômicas, favorece a inclusão social, com a participação dos atores locais nas decisões que serão erigidas para direcionar o desenvolvimento no território. “É como se no plano local fosse possível resolver os problemas aguçados pela crise do capital” (LISBOA, 2007, p.30). Em essência, a dimensão local do desenvolvimento passa a ser a “nova” trama favorável à reprodução ampliada do capital no contexto de crise econômica.

Sob o jugo da ideologia neoliberal, as políticas locais assumiram nova funcionalidade e passaram a ser estimuladas pelo Estado neoliberal, o qual transfere para os atores locais o protagonismo de garantirem o desenvolvimento, a partir da sua capacidade empreendedora/inovadora, que deverá enaltecer a cultura, as potencialidades do território e apresentar conotação sustentável. A ação do Estado se circunscreve na capacidade de promover territórios dinâmicos favoráveis ao “florescimento” das ações principiadas pelos atores locais e não conduzindo e garantindo o desenvolvimento econômico e social no território, tornando-se incumbência da própria comunidade local.

É nesta orientação teórica que as indústrias de cerâmica vermelha e olarias dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá – recorte espacial desta pesquisa – organizadas em Arranjos Produtivos Locais, estão sendo conduzidas pelos atores locais e sujeitos sociais para o alcance do (des)envolvimento sob o embuste do desenvolvimento local/sustentável. Trata-se de municípios que se destacam por abarcarem a maior quantidade de empreendimentos cerâmicos e oleiros nos APLs em que estão inseridos no estado de Sergipe. O mapa 01 demonstra a territorialização dos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha de Sergipe e a área de estudo sobre a qual nos dedicamos a analisar nesta pesquisa com os três principais municípios responsáveis pelo desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Mapa 01: Localização da área de estudo no estado de Sergipe.



Os municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá concentram juntos setenta e sete (77) das cento e quatorze (114) indústrias formalizadas de cerâmicas vermelhas do estado de Sergipe, no período correspondente ao ano de 2014³. A “cultura” empresarial do lugar, as potencialidades do território, a disponibilidade expressiva das jazidas de argilas convergiram para a instalação e desenvolvimento das cerâmicas e olarias nos municípios encimados. O discurso do desenvolvimento local/sustentável referenciado no território, procura demonstrá-lo como o lugar das relações “harmônicas” e propício ao desenvolvimento econômico e social equilibrado, quando se atribui essa função aos atores locais nos APLs a partir da participação na organização produtiva.

Por se tratar de uma atividade econômica, marcada por explorar e destruir a natureza de forma intensa, se tornou emergente direcionar o segmento de cerâmica vermelha para a necessidade de produzir de maneira sustentável, comprometida com a “preservação da natureza”, como garantia de sustentar a continuidade da produção, já que dependem da extração dos recursos naturais (argila e lenha, por exemplo) disponíveis no estado de Sergipe para “alimentar” as indústrias de cerâmica. Na produção cerâmica a natureza está sendo apropriada para usufruto econômico e conduzida para atender a demanda de mercado. De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de cerâmica vermelha (2008), tornar todas as cerâmicas vermelhas sustentáveis é um dos proeminentes objetivos a ser alcançado pelo setor ceramista de Sergipe.

Para atender à lógica produtiva estabelecida nas cerâmicas e olarias, os trabalhadores e trabalhadoras também são inscritos nessa dinâmica do capital, que explora, degrada e subjaz tudo ao seu processo expansivo e destrutivo, desde a natureza até o trabalhador, para favorecer as condições de realização do capital nesta atividade produtiva. “O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p.800). Com a reestruturação produtiva do capital, o mundo do trabalho se desestruturou, acentuaram as formas de precarização/precariedade das relações de trabalho, exploração e destruição da natureza, provocando mudanças na produção do espaço geográfico.

Nesse entendimento, em consonância com a discussão encimada, o objetivo da dissertação é analisar o (des) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias do estado de Sergipe, organizadas em Arranjos Produtivos Locais, sob a égide do discurso do

³De acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014.

desenvolvimento local/sustentável e seus rebatimentos na forma de apropriação da natureza e do trabalho na produção espacial.

Embasado neste objetivo geral tornou-se exequível discorrer nesta proposição os questionamentos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa sendo expressos como: De que forma a relação sociedade/natureza se estabelece na produção das cerâmicas e olarias nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá e quais seus desdobramentos espaciais? Em que dimensão o discurso do desenvolvimento sustentável, incorporado nas cerâmicas, tem contribuído para a preservação da natureza? Quais as perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras em se empregarem no segmento de cerâmica vermelha e olaria e sob quais condições realizam o trabalho? Em que medida a política estadual de apoio aos APLs tem promovido o fortalecimento das cerâmicas vermelhas e melhorias para a comunidade local que abarca as indústrias integrantes dos arranjos produtivos? Há diferenças entre as cerâmicas e olarias na forma de produzir, nas relações de trabalho e nos benefícios oferecidos pela política de APL para o (des) envolvimento desta atividade produtiva? A política de desenvolvimento local consiste em ser estratégia para promover o desenvolvimento social e econômico ou para assegurar a incorporação das cerâmicas e dos trabalhadores no circuito do capitalismo?

Para a compreensão dessa realidade concreta, com base nos questionamentos e objetivos determinados, o estudo encontra-se calcado no método de análise do materialismo histórico e dialético que permitiu desmascarar as contradições enrustidas na ideologia do desenvolvimento local/sustentável, que propagandeia a promoção do (des)envolvimento das cerâmicas vermelhas em aglomerações produtivas e olarias a partir da valorização das potencialidades territoriais, bem como da produção cerâmica em consonância com a “preservação da natureza”.

Atrela-se nesta forma de organização produtiva a perspectiva do desenvolvimento econômico e social, a estratégia de geração de emprego, renda e trabalho para os sujeitos sociais locais. Deslindar as contradições e as intencionalidades deste discurso, impregnado no segmento de cerâmica vermelha e olaria, torna-se fulcral para a ciência geográfica, que busca entender às desiguais e combinadas relações socioeconômicas engendradas na produção do espaço sergipano.

Esta análise se assenta no pensamento dialético marxista, que realiza uma leitura transcendente a forma abstrata, a aparência imediata dos fatos e acontecimentos, possibilitando desvendar as contradições da realidade e chegar a sua essência munida de conteúdo e história. A lógica dialética valoriza o movimento concreto e contraditório da realidade que se revela permeada de transformações, pois “[...] a dialética é a lógica do movimento, da evolução, da mudança. A realidade está demasiadamente cheia de contradições, demasiadamente fugidia,

por demais mutável para amarrá-la numa fórmula ou conjunto de fórmulas” (NOVACK, 2006, p.62).

A contradição dialética é capturada no movimento da realidade existente, pois somente se traduz como real aquilo que mostra contradições, aquilo que se mostra como unidade de contradições (LEFEBVRE, 1991). Contrário à lógica dialética está a lógica formal que se expressa pela busca do conhecimento na abstração. Para Novack (2006, p.41), “a lógica formal em si não tolera uma verdadeira contradição. A suprime, a anula, a proscreeve (ou assim supõe)”. A história real não se sustenta quando explicada em um movimento desconexo, linear e sob fórmulas, uma vez que essas determinações descaracterizam o entendimento contraditório da realidade na sua totalidade.

A categoria totalidade da dialética possibilitou analisar a ideologia do “novo” projeto de desenvolvimento do capitalismo centrado na escala local e a impulsão dos arranjos produtivos das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe, em sua base concreta, inseridos em um determinado contexto histórico-social e com relações que se estendem a outras dimensões escalares, e não de forma mecânica, a-histórica, isolada de toda uma dinâmica que acontece ao seu entorno. Por mais que seja necessário destacar o recorte espacial da pesquisa, com o desígnio de aproximar e contemplar informações de forma específica, o objeto de estudo precisa se articular com outros acontecimentos e relações socioeconômicas no espaço, os quais lançam os fundamentos para captar sua essencialidade e contradições.

A análise da realidade de forma individual e dissociada das partes e do todo compromete o entendimento concreto e verdadeiro da totalidade. Não que as particularidades sejam suprimidas nesse movimento, pelo contrário, as especificidades devem ser valorizadas e entendidas na totalidade. De acordo com Carvalho (2007, p.181), “não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados os seus elementos entre si e em relação à totalidade e desconhecidas suas leis”. Nesta compreensão afirma Lefebvre,

Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo (...) A pesquisa racional (dialética) considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é “fenômeno”, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial (1991, p.238).

Para oferecer melhor organização e consistência a concretização desta pesquisa, optamos pelo conjunto de procedimentos metodológicos sustentados nos pressupostos do

materialismo histórico e dialético. Na primeira etapa foi realizada uma investigação bibliográfica concernente à temática discutida em artigos, dissertações, teses, livros, relatórios e documentos com embasamentos teóricos que versavam sobre a relação sociedade/natureza, desenvolvimento sustentável, processo de reestruturação produtiva do capital, trabalho feminino, Estado, ideologia neoliberal, desenvolvimento local, abordagem e política de apoio a Arranjo Produtivo Local no Brasil e em Sergipe, produção e reprodução do espaço.

O entendimento referenciado nas teorias determinadas nesta pesquisa lançaram bases para compreender a forma de incorporação das indústrias de cerâmica vermelha na dinâmica do discurso do desenvolvimento local/sustentável e como essa lógica rebate na organização do trabalho e na apropriação da natureza pelo capital. Ao abordar a proposição dos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha enredados pelo capital nos municípios delimitados, a leitura crítica das transformações no território foi realizada em sua totalidade a partir de uma abordagem metodológica que priorizou a pesquisa qualitativa, de forma a ir além da constatação dos acontecimentos construídos no espaço sergipano, assumindo função conspícua para a geografia, que busca entender essa dinâmica na escala local, entrelaçando-a com as relações de ordem socioeconômica, ocorridas na escala nacional e global.

Com o propósito de obter informações efetivas e amplas sobre a dinâmica e funcionalidade das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe, em primazia, nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Própria, foi necessário realizar pesquisa de campo junto aos órgãos e instituições de Secretarias do Estado de Sergipe como: Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL-SE), Sindicato de Indústrias de Cerâmicas e Olarias do Estado de Sergipe (SINDICER-SE) e no Sergipe Parque Tecnológico (SERGIPETEC), que exercem ações de respaldo as indústrias de cerâmica vermelha e olarias e que pudessem, por sua vez, fornecerem informações e dados quantitativos secundários sobre o objeto de pesquisa.

Ao considerar uma leitura da realidade, em que se expõem as interligações com outras bases e o caráter material e histórico dos fatos específicos na totalidade, as pesquisas de campo se revelaram imprescindíveis na concretização da dissertação. Por meio das investigações práticas, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa dos dados e informações auferidas nas entrevistas e nos questionários aplicados aos sujeitos sociais e atores da pesquisa. Convém mencionar que foram aplicados 30 questionários semiestruturados aos trabalhadores e trabalhadoras nas olarias e cerâmicas vermelhas dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá em Sergipe e realizamos entrevistas com os proprietários e/ou gerentes das indústrias de cerâmicas e olarias.

Esta dinâmica se estendeu ao gestor do núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do SergipeTec, responsável por conduzir o projeto Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas Vermelhas do estado de Sergipe, que se prontificou a ser entrevistado e forneceu informações e documentos atinentes às proposições requisitadas.

Nesta coadunação, foi realizada a aplicação de 20 questionários ao gerente de projetos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe, que disponibilizou informações fundamentais do Ministério do Trabalho e Emprego/Relação Anual de Informações Sociais sobre o crescimento e espacialização das cerâmicas vermelhas em condições de formalidade e dados quantitativos dos empregos formais na atividade de fabricação de produtos cerâmicos no estado de Sergipe, no período correspondente ao ano de 2006 a 2014.

As pesquisas empíricas se mostraram funcionais para fundamentar a dissertação, assumiram um elo de proximidade entre o sujeito/pesquisador e o objeto de pesquisa nas cerâmicas e olarias dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, na medida em que possibilitaram que o “investigador” conhecesse quem são de fato os sujeitos sociais que atribuem sentido a sua pesquisa; permite que o pesquisador vivencie a realidade concreta como ela se apresenta e, principalmente, consiga descobrir o que há por trás das suas “cortinas”.

O trabalho de campo realizado nessa pesquisa geográfica se revelou imprescindível por substanciar a teoria e por relacionar o específico à totalidade. As investigações *in lócus* permitiram compreender as particularidades do objeto de pesquisa na prática, no entanto, sem dissociá-lo da teoria, das outras partes do conhecimento no contexto histórico-social em que se encontra inserido. As especificidades foram analisadas na totalidade, pois a lógica dialética possibilita entender a totalidade dos acontecimentos no espaço social sem desprezar as partes do conjunto.

A busca do particular na totalidade, das interligações e das contradições mostrou-se essencial nessa pesquisa para entender como a natureza e o trabalho estão sendo apropriados e explorados pelo capital de forma mascarada nas indústrias de cerâmica vermelha e olarias de Sergipe sob o discurso do desenvolvimento local/sustentável que esconde suas facetas.

Neste sentido, a dissertação encontra-se dividida em seis partes: Introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo discorre-se sobre a relação homem/natureza na produção do espaço geográfico pelo capital e como o discurso do desenvolvimento sustentável se apresenta contraditório ao se fundamentar na defesa da “preservação da natureza”, sendo que a sua essência é a apropriação e dominação escamoteada da natureza para assegurar a lógica destrutiva do capital. Esta discussão está concatenada ao

objeto de pesquisa ao lançar base teórica para entender como a natureza está sendo apropriada pelo capital no segmento de cerâmica vermelha e nas olarias.

No segundo capítulo analisa-se as facetas do processo de reestruturação produtiva do capital e as mudanças engendradas no mundo do trabalho. Apresenta-se a forma de incorporação e as condições de trabalho desenvolvidas nas indústrias de cerâmica vermelha e olarias nos municípios do recorte espacial da pesquisa. Acresce neste capítulo um tópico que faz um resgate histórico-social do trabalho feminino e a inserção das mulheres no segmento cerâmico, sobremaneira, nas ocupações mais precárias.

No terceiro capítulo analisa-se o Estado como um instrumento a serviço dos interesses do capital, destacando as ofensividades do Estado neoliberal e a sua funcionalidade para a reprodução ampliada do sistema do capital. Em seguida foi feita uma análise sobre o discurso do desenvolvimento local acompanhada da discussão que destaca o ressurgimento dos estudos dos Arranjos Produtivos Locais e da Política nacional e estadual de apoio aos APLs, bem como uma discussão específica sobre o APL de cerâmica vermelha como instrumento para o desenvolvimento de Sergipe.

No quarto capítulo é analisada a dinâmica e a espacialização das cerâmicas vermelhas e olarias em Sergipe. Apresenta a distribuição dos estabelecimentos e dos empregos formais ofertados nesta atividade produtiva que se encontra associada à “cultura” empresarial e às potencialidades locais. Discute-se a relação dos ceramistas e oleiros com o sistema de crédito. Em seguida foi destacado o processo de apropriação e destruição da natureza e as medidas “sustentáveis” apresentadas como forma de atenuar os impactos ambientais que a produção cerâmica provoca no espaço geográfico.

Finalmente, têm-se as considerações finais que representam as reflexões da coadunação da fundamentação teórica e das pesquisas práticas desenvolvidas.

CAPÍTULO 01 – A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO CAPITAL E OS (DES) CAMINHOS DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

1.1 – A histórica e indissociável relação homem/natureza.

A interação metabólica entre o homem e a natureza (mediada pelo trabalho) tem produzido, historicamente, um espaço geográfico conflituoso e contraditório com formas e conteúdos desiguais. Pensar na materialização desta trama é recorrer ao movimento dialético da natureza, sobretudo, nos meandros do sistema capitalista, em que a natureza se transformou em mercadoria a serviço do capital. Assevera Smith (1988, p.67), “com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum material* torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais.”

É incontestável que toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza (NETTO; BRAZ, 2009), embora com ritmos e dinâmicas diferenciadas. À medida que a sociedade evolui, as forças produtivas e as relações de produção se modificam, atribuindo novas formas no processo de transformação da natureza, por conseguinte, na relação homem-natureza. É real que a sociedade necessita da interação com a natureza para se sustentar, pois “ela é um meio de vida imediato, quanto o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 2004, p.84), já a natureza não depende do homem para existir, embora seja transformada pelo seu trabalho, possui dinâmica própria e ainda tem o homem como parte do seu processo.

A natureza constitui uma totalidade do mundo *sensível* e existe de forma independente dos seres humanos. *Objetivamente* a natureza representa os processos físicos, químicos e biológicos, que, apesar de terem dinâmica própria, estão em constante transformação, da qual o homem tanto faz parte como é produto. A natureza também é uma realidade *subjetiva*, pois toda e qualquer produção humana só ocorre pela ação metabólica e universal do trabalho na natureza (OLIVEIRA, 2007, p.27- grifos nossos).

A história do homem se entrelaça amplamente com a história da natureza. Dessa forma, seria tautológico afirmar que, desde a origem humana na face da terra, os homens vivem em constante troca entre os próprios homens e com a natureza. É a necessidade de assegurar a vida humana que ampara, ininterruptamente, o processo normal de apropriação e transformação da

natureza pela ação do homem, já que ela é a base natural da construção social. Contudo, por não oferecer em uma abrangência quantitativa e qualitativa os bens condizentes ao desenvolvimento humano, a natureza é alterada a fim de produzir os objetos de produção para suprir suas carências.

Os seres humanos nascem com certas necessidades naturais – alimentação, sexo, carinho, interação social – e eles estão inseridos num mundo onde a natureza providencia, direta ou indiretamente, os meios para preencher essas necessidades. Os meios de subsistência são os das exigências materiais consumidas diretamente da natureza a fim de preencher as necessidades naturais. Onde os meios de subsistência não são naturalmente disponíveis em qualidade e quantidade adequadas, os meios de produção – os objetos de produção a serem trabalhados com e os instrumentos com os quais os trabalhos são realizados – são apropriados da natureza e empregados pelo trabalho a fim de produzir produtos consumíveis (SMITH, 1988, p.72).

É através do trabalho que o homem atribui à natureza formas condizentes com as suas aspirações materiais, pois o “trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (MARX, 2004, p.81). De acordo com este autor, o trabalho na sua dimensão natural se apresenta como essencial, pois é condição para a existência do ser social. Neste viés, a natureza do trabalho é livre, concreta e conscientemente coordenada para a realização do trabalhador.

Nas organizações sociais pré-capitalistas, a relação homem-natureza estava, de certa forma, em consonância com as intencionalidades e condições objetivas dessa fase do desenvolvimento da sociedade e apresentava traços de desigualdades e conflitos, porém, esse processo se dava de maneira diferente do que ocorre na sociedade capitalista que prioriza a apropriação da natureza para a produção de riquezas e distancia a relação homem/natureza.

Nas relações sociais primárias, os laços estabelecidos no intercâmbio do homem com a natureza eram de unicidade; partícipes de um mesmo processo. Ou seja, o homem era parte integrante da natureza e o trabalho realizado era, substancialmente, despojado das amarras da sociedade de classes que o domina e subordina. Estas condições ontológicas fazem parte de um sistema de mediações destacado por István Mészáros, nesta situação, como *mediação de primeira ordem*.

Em consequência dessas condições e determinações ontológicas, os indivíduos humanos devem sempre atender às inevitáveis exigências materiais e culturais de sua sobrevivência por meio das indispensáveis funções primárias de mediação entre si e com a natureza de modo geral. Isto significa assegurar e salvaguardar as condições objetivas de sua reprodução produtiva

sob circunstâncias que mudam inevitável e progressivamente, sob a influência de sua própria intervenção através da atividade produtora – a ontologia unicamente humana do trabalho – na ordem original da natureza, que só será possível se envolver plenamente todas as facetas da reprodução humana produtiva e a complexa dialética do trabalho e da história da reprodução autoprodutiva (MÉSZÁROS, 2002, p.212).

Privilegiar a interconexão homem-natureza significa respeitar a relevância e a influência que cada dimensão exerce sobre a outra e como as partes se unificam num processo correlacionado, uma vez que o homem precisa da natureza para viver, se realizar e ela consegue servir o homem neste sentido, ao lançar as bases para este propósito.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza, significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p.84 - grifos do autor).

Esta assertiva exprime a dependência e a indissociável relação homem e natureza na sua totalidade. De forma real-concreta o homem mantém vínculos perpétuos com a natureza, transforma e está inserido na natureza em um movimento dialético de ações e reações. Reconhecendo isso, torna-se conspícuo assinalar que não existe homem afastado da natureza. A temporalidade histórica e social revela a evolução humana, e nesse processo é possível compreender que o homem é tanto “natural” como “humano”⁴. A partir do momento em que o homem transforma a natureza, por meio do trabalho, para suprir suas carências elementares físicas e espirituais, o homem também é eminentemente autotransformado, tornando-se um ser social.

Portanto, é a capacidade de transcender os limites “naturais” que eleva o homem, tornando-o diferente do ser natural e, por conseguinte, ser social dotado de ações e vontades próprias não tão subjugadas aos contornos e imposições da dinâmica natural. Não obstante, é preciso aludir neste movimento dialético, que o ser social não é excluído da natureza. Entende-se que a natureza socializada, o homem, não exerce a capacidade de aniquilar a sua existência

⁴O *homem* é imediatamente *ser natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um natural ativo; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades, como pulsões; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que sofre, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele. Mas esses objetos são *objetos* de seu *carecimento*, objetos essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais*. Mas o homem não é apenas um ser natural, é também um ser natural humano, isto é, um ser que é por si mesmo, e em seguida um ser genérico; como tal, ele deve atuar e confirmar-se tanto no seu ser como no seu saber. (MARX, 2004, p.127- grifos do autor).

da natureza primeira; pelo contrário, ratifica sua integridade ao evidenciar que a condição do homem permanece enquanto ser natural, proveniente da natureza, mesmo reconhecendo que encontra-se mais complexa em virtude do processo de humanização do homem operante na história.

Neste processo, inscreve-se que à medida que a natureza “natural” é delineada pela ação do trabalho passa a se inserir na história dos homens, ou seja, é produzida uma segunda natureza: a natureza humanizada imbuída de história. Por outro lado, nessa relação de transformação homem-natureza, sintetiza que o homem naturaliza-se historicizando a natureza e historiciza-se naturalizando a história (MOREIRA, 2009). Acrescenta-se que:

A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que o natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza (se tornou) para ele o homem. Portanto, a sociedade é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito (MARX, 2004, p.106).

Doravante, é entendível que, a natureza está no homem e o homem está na natureza, é o trabalho que está verdadeiramente tecendo a dialética da história, é ele que faz o homem estar na natureza e a natureza estar no homem, segundo uma forma sempre nova (MOREIRA, 2009, p.37). Nos escritos de *O Capital*, Marx (2013) aponta que o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

Portanto, se é através da mediação do trabalho que a unidade entre sociedade e natureza se materializa – com seus versos e reversos – então, torna-se viável afirmar que o trabalho na sua dimensão concreta é indispensável à reprodução humana, independentemente da sociabilidade humana. Por isso, não se pode pensar no entendimento das relações sociais e econômicas na produção do espaço geográfico, sem considerar o papel articulador e transformador do trabalho no processo de evolução/ desenvolvimento da humanidade. É nessa tessitura que se defende a centralidade da categoria trabalho na ciência geográfica, enquanto mecanismo essencial para deslindar os conflitos e contradições da relação capital/trabalho na (re)produção do espaço.

A despeito das proposições encimadas, entende-se que no interior do complexo processo de sociabilidade humana, o homem produz não só objetivações como também produz

subjetivações, que em consonância convergem para a efetividade dos produtos viáveis à vida material humana. Neste sentido, o trabalho é o veículo que possibilita o desenvolvimento da consciência humana⁵ e conduz, veementemente, para a distinção elementar entre o homem e os demais seres vivos da natureza, tornando-o superior e capacitado de imprimir na natureza suas perspectivas, modelando-a de acordo com suas múltiplas intencionalidades no contexto histórico-social.

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2013, p.255-256).

Dessa forma, compreende-se que, o despertar da consciência manifesta a estruturação da racionalidade dos seres humanos em projetar, ainda que mentalmente, a forma e o conteúdo dos objetos que desejam concretizar. Mesmo que a finalização do produto não corresponda totalmente aos traços que foram delineados no plano subjetivo, sua materialização se realiza, pois já foi incutido um conjunto de conhecimento e força física do homem na natureza no produto findado.

Essas condições permitem a externalização do trabalho via produtos úteis ao homem que possibilitam a formação e organização social, ao denotar um conjunto de esforços e habilidades conscientes do homem na relação metabólica com a natureza e com o próprio homem. Quanto mais aperfeiçoadas são as objetivações erigidas pelo homem, mais proeminente se mostra o nível de desenvolvimento do ser social e de suas ações no domínio da natureza, tornando-se menos dependente das determinações naturais. Ratifica Netto e Braz (2009, p.42), “pela consciência, o ser social toma a sua atividade e se toma a si mesmo como objeto de reflexo; através dela, o ser social conhece a natureza e conhece a si mesmo em um processo contraditório de dominação e libertação”.

⁵Sobre a consciência humana Karl Marx (2004) aponta a consciência genérica que o homem confirma sua vida social real e repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si apenas.

De acordo com Moreira (2009, p.37), “o homem é o único animal que se autorreproduz com consciência. A alienação capitalista é exatamente a sua quebra”. O trabalho na condição de alienação não exerce fascínio e sentido concreto ao trabalhador, já que a lógica é produzir para sustentar a reprodução em primazia do capital e não os bens materiais precípuos a sobrevivência e reprodução humana.

1.2 – A (ir) realização do trabalho na sociedade capitalista: expressão da contraditória relação capital/trabalho.

Conforme já fora evidenciado, as formas concretas e históricas do desenvolvimento da humanidade revelaram a essencialidade de entender o processo de trabalho na produção e reprodução social mediante a relação sociedade/natureza. Se nas formas anteriores de reprodução social o trabalho na sua condição concreta era imbuído de sentido, autodeterminado; com a emergência e consolidação do capitalismo a dinâmica estabelecida pelo sistema do capital é, contundentemente, contraditória, destrutiva e desvaloriza essa condição do trabalho humano concreto.

Sob os auspícios do sistema capitalista, uma nova e lucrativa dinâmica é instaurada no metabolismo social do homem com a natureza. O sistema do capital fragmenta a unidade homem-natureza, além de viabilizar a predominância do trabalho abstrato, o processo de generalização do valor de troca, que canaliza para a produção de mercadorias para atender as necessidades do mercado guiado pelo capital no seu processo expansivo e acumulativo.

Surgida da dissolução da sociedade feudal, a sociedade capitalista reproduz a individualização dos trabalhadores, separando-os entre si e das condições de realização do seu trabalho, além de os tornar assalariados sujeitados aos preceitos do capital. Esse processo tem raízes explicativas iniciais com a expropriação do produtor, da terra de produzir. Esse, destituído do acesso à terra, é impelido tornar-se proletário, subordinado e explorado por capitalistas. Essa disjunção entre produtor direto das riquezas e dono dos meios de produção se configura no que Karl Marx intitulou de acumulação primitiva ou original do capital, [...] “ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (2013, p.786). Neste alinhamento, acrescenta que:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no

mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2013, p.787).

Com o delineamento do capitalismo uma nova sociabilidade humana é estruturada sob os mecanismos de funcionamento regados à intensiva extração de trabalho excedente para acumulação do capital. Nestas condições, o trabalho encontra-se descaracterizado do seu sentido real, ao valorizar a realização do capital em detrimento das necessidades de realização humana, do trabalho livre, natural. Essa organização societal de sobreposição e valorização do trabalho abstrato, que subordina e explora o trabalhador, é expressão de uma relação societária que segundo Marx (2004), embasada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão hierárquica do trabalho, conduz tendencialmente à separação do trabalhador do seu produto de trabalho. Ou seja, traduzindo-se nessa subjugação de classe social e de poder e na (ir)realização do trabalho como sentido para realização do capital.

Com a lógica capitalista dar-se-á a universalização das mercadorias, as relações sociais são “coisificadas”, na verdade tudo tende a ser transformado em “coisas” / mercadorias para serem comercializadas e gerarem lucros para a reprodução ampliada do capital, em expansão contínua. De acordo com Marx (2013), a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. A mercadoria é um objeto externo que serve para atender as necessidades humanas de um tipo qualquer.

A natureza e a força de trabalho humana, passam a ser convertidas em mercadorias e ficam subjugadas ao controle do capitalismo. No entanto, a força de trabalho é especial pelo fato de ser a única mercadoria capaz de produzir mais valia, “por em movimento os meios de produção e gerar mercadorias” (MOREIRA, 2009, p.38).

O trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista e em troca recebe um salário que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para o trabalhador reproduzir seu trabalho. Para Marx, o capitalista paga ao trabalhador uma quantia condizente ao valor de troca da sua força de trabalho e não, evidentemente, ao valor criado por ela na sua utilização, “como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria (MARX, 2013, p.308). Correspondente a essa análise Neil Smith expõe:

A classe trabalhadora no capitalismo é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. Somente com a generalização desta relação, salário-trabalho, é que o valor de troca se torna uma expressão consistente, cuja base é o valor de uma mercadoria, expressa na troca como um valor de troca, é a medida do tempo

de trabalho socialmente necessário requerido para a produção daquela mercadoria. A força de trabalho como mercadoria não é uma exceção: o salário dos trabalhadores é a medida do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução de seu trabalho (1988, p.86).

Ao ser inserido no âmago da produção e reprodução da lógica capitalista, o trabalho é veementemente afastado do seu sentido ontológico e revestido com uma conotação de trabalho “livre”. Nesta organização social, o sentido real do *devoir* “livre” significa que o trabalhador tem apenas a “liberdade” de escolher para qual capitalista venderá sua força de trabalho, ou seja, por quem será explorado em troca de um salário.

Esta trama acaba deixando o trabalhador de certa forma cerceado e submisso às imposições do sistema do capital, ao falsear uma relação de “liberdade” e “igualdade” entre os sujeitos sociais no oferecimento da sua força de trabalho no mercado de trabalho, quando em essência tende a beneficiar, sobremaneira, os donos dos meios de produção. É neste sentido duplo que afirma Smith (1988, p.170), “a universalização da relação salário-trabalho pressagia ao trabalhador uma liberdade oferecida com uma mão – a liberdade de comprar e vender sua força de trabalho – mas tomada com a outra”.

Com o desenvolvimento do capitalismo, prioritariamente, na sua fase de produção industrial, a concepção antecipada do produto pelo trabalhador no processo de trabalho não é mais exequível; há um processo de divisão mecanizada das tarefas que desumaniza o trabalhador, alienando-o. Ou seja, na relação capitalista o trabalhador não se apodera do objeto produzido, pelo contrário, há um distanciamento, uma cisão entre quem produz e quem controla e se apropria da produção de riquezas. O produto final do trabalho – a mercadoria – aparece para o trabalhador de forma externa, como se ele não estivesse participado da sua produção; essa alienação se traduz na forma de trabalho abstrato (assalariado) em que o trabalhador é controlado pelo e para o capital.

Com a propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho, o produtor tende a perder a propriedade (e o controle) dos meios de produção. Com a civilização do capital emerge um trabalho de novo tipo, o *trabalho assalariado* (...) ou o *regime de salariato*. Ocorre a separação entre as condições subjetivas e as condições objetivas do processo de trabalho. De um lado, o homem, e de outro, os meios de produção. Como diria Marx, de um lado, a *concha* e de outro o *caracol* (ALVES, 2007, p.37- grifos do autor).

Por meio da leitura marxista entende-se que o processo de alienação que se estabelece na sociedade capitalista, na dimensão abstrata do trabalho, é tão nefasto e complexo que mantém o trabalhador alienado, não tão somente ao processo produtivo como também mantém a firmeza de alienar o homem em relação ao próprio homem. No livro, “*Manuscritos*

Econômico-Filosóficos”, Marx destaca o conceito de “trabalho alienado” nas suas análises das relações sociais de produção capitalista e discorre que o trabalho alienado-estranhado se revela na medida em que:

1) estranha do homem a natureza e 2) a si mesmo, sua própria função ativa, sua atividade vital, estranha do homem o gênero. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada (MARX, 2004, p. 84).

O trabalho realizado pelo produtor para a geração de riqueza que é controlada e apropriada pela classe dominante não atribui importância ao trabalhador, aparece como um trabalho alienado que degrada e desmotiva o trabalhador na sua plenitude. A alienação do trabalho é expressão, portanto, de uma organização societal calcada na contraditória relação capital-trabalho, que precisa ser sustentada e reproduzida para assegurar a perpetuação do sistema capitalista.

O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero “fator material de produção” – e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto. Para o capital, entretanto, o problema é que o “fator material de produção” não pode deixar de ser o sujeito real da produção. Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência exigida pelo processo de produção como tal – sem o que deixaria de existir o próprio capital –, o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito. Para isto, o capital precisa de personificações que façam a mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos como ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real, potencialmente o mais recalcitrante, do processo de produção (MÉSZÁROS, 2002, p.126).

O trabalhador não se engrandece mais no ato laboral, pois este, o trabalho, se apresenta alienado e fetichizado; o trabalho negado é fundamental para a realização do capital e, consequentemente, para a irrealização do ser social. O trabalhador é guiado para a produção de mercadorias e de mais-valia a serviço da acumulação do capital. Assim, quanto mais valores cria mais sem prestígio, infelicitado, exaurido e irrealizado se torna; a riqueza do capital se sustenta, contraditoriamente, no empobrecimento do trabalhador que se torna “inferior” ao fazer “superiores” os representantes do sistema do capital. Na sociedade capitalista, o trabalho é sinônimo de submissão e desvalorização da força de trabalho humana, de estranhamento do trabalhador no processo de trabalho.

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado e ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e sevo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p.87).

Nestas condições, o trabalho alienado – o trabalho na sua dimensão abstrata – é irrefutavelmente útil ao capital, uma vez que é condição elementar para fragilizar, explorar e subjugar o trabalhador aos seus comandos e desmandos corrosivos. Neste emaranhado, as condições existencialmente naturais do trabalho perdem sentido para o capital, mas não deixa de existir. A lógica é vivificar o trabalho criador de valor, alienado que “alimenta” a ganância exacerbada da expansão e acumulação do capital. As necessidades humanas estão subjugadas à reprodução de valor de troca.

Neste enleio, o trabalhador é desumanizado para “humanizar” o capital, o trabalhador realiza o trabalho que lhe desrealiza por atender às motivações do sistema sociometabólico do capital. A lucidez lucrativa do capitalista obscurece o trabalhador que se vê desconhecido e imerso no mercado de trabalho, submisso a regência deste modo de produção. Ou seja, o capitalismo se encarrega de capturar o encanto que há na realização do trabalho e transforma-o em uma atividade tediosa e “asfíxiante”, encarada com muito sacrifício pelo trabalhador, pois “o trabalho, instrumento de libertação da dependência material, virou um carcereiro. Nada neste homem lembra aquele da ontologia comunitária” (MOREIRA, 2009, p.38). A realidade histórico-social do trabalho permite desvelar as condições do trabalho abstrato que explora e degrada o trabalhador.

Controlar e dominar são pares constitutivos da lógica subversiva do metabolismo societal do capital. Para isso foi instituída a fragmentação das relações sociais que atuavam conjuntamente. Por outro lado, buscou-se unificar as forças econômico-políticas, que se encontravam separadas num movimento dialético e contraditório do capitalismo. Esta caracterização do movimento do capital estabeleceu o rompimento da unidade homem-natureza; o trabalho passou a ser destituído do seu sentido natural, o valor de uso é subordinado ao valor de troca e a alienação do trabalho é necessária à realização da tendência do capital.

Encarar esse processo antagônico como uma “normalidade” particular e existencial da dinâmica do sistema produtor de mercadorias é recorrer ao embate trabalho *versus* capital, para assim analiticamente compreender a marcante expressão da *mediação de segunda ordem* no modo de produção capitalista. Para Mészáros (2002), as condições necessárias para a vigência das *mediações de segunda ordem*, são encontradas nos elementos fetichizantes e alienantes; o

trabalho é estruturalmente separado da possibilidade de controle pelo trabalhador. As estruturas de dominação e subordinação que configuram o sistema de metabolismo e suas *mediações de segunda ordem*, deterioram e subjazem os trabalhadores no processo produtivo, deixando-os alienados e subsumidos às determinações materiais do capital. Tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem levar em consideração as necessidades vitais da sociedade.

As mediações de segunda ordem do capital ou seja, os meios alienados de produção e suas “personificações”; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles. (...)as mediações de segunda ordem produzem realmente uma inversão completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar, trazendo consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p.71).

Mesmo com a predominância das *mediações de segunda ordem* na sociedade capitalista, as de *primeira ordem* não sucumbem. É verdade que as formas primárias são modificadas para atender aos imperativos reprodutivos do capital, tornando-se subalternas às mediações conduzidas pelo capital. No entanto, tanto as *mediações de primeira e segunda ordem*, atuando com suas particularidades, são funcionais a reprodução e acumulação de capital. Em consonância com as explanações de Mézáros, elucida Menezes (2007):

As mediações de primeira ordem são tão importantes ao capital (pois é o “meio” por onde se realiza sua reprodução, onde se efetiva a geração da riqueza pelo trabalho) quanto ao fato delas não poderem ser reconhecidas pelo sujeito que trabalha. Já as mediações de segunda ordem são também tão necessárias para a manutenção do processo de valorização e acumulação de capital quanto a necessidade delas terem que ser reconhecidas como as próprias relações “naturais” do homem (p.95).

Portanto, as *mediações de segunda ordem* ocorrem no interior de um sistema contraditório, totalizador e destrutivo que apregoa, impiedosamente, a disjunção do homem do seu objeto/instrumento de trabalho para que assim consiga dominá-lo, deixando-o submisso, competitivo e em conflito com o outro homem e com o sistema sociometabólico do capital. Dessa forma, sob o jugo das mediações do sistema econômico em vigor, o trabalhador é “forçado” a produzir valor de troca para a autorreprodução do capital, mesmo que esse processo lhe cause espoliação e opressão.

Não estão em avaliação os impactos e manifestações engendradas pela valorização real das *mediações de segunda ordem* na sociedade pela burguesia, no que concerne à produção da

pobreza, o que realmente importa é o lucro e não a deterioração do trabalho e da natureza. Por controlar a produção e o fluxo de riquezas, os capitalistas comandados pelo capital conduzem a supressão das carências básicas sociais, em valor do capital. O rompimento da relação orgânica do homem com a natureza pelo capitalismo é condição de manutenção da alienação do trabalhador em relação ao próprio homem, bem como das condições de sustentação da produção da natureza e da relação contraditória capital/trabalho que transforma e produz desigualmente o espaço geográfico.

A conexão desse pensar, que expõe a interação homem/natureza mediada pelo trabalho, lança base para a compreensão dessa relação contraditória e destrutiva na produção das indústrias de cerâmicas e olarias do estado de Sergipe, especialmente, nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá que fazem parte do recorte espacial desta pesquisa e se destacam por concentrarem esta forma de atividade econômica.

Apesar de depender veementemente dos recursos naturais, tais como a argila e a lenha, que se encontram em grande disponibilidade nos territórios em que estão situadas as cerâmicas, esta organização produtiva mostra que a relação do homem com a natureza é dicotômica e degradante. O trabalho que é realizado como condição para explorar a natureza e para ser explorado pelo capital expõe a agressividade desta atividade produtiva, direcionada para sustentar a (ir)realização do trabalhador e a mercantilização da natureza.

Mesmo nas olarias, que se expressam enquanto atividade tradicionalmente familiar e uso de técnicas mais simples, as relações de trabalho e de produção atendem aos interesses capitalistas, o contato com a natureza é de domínio e exploração para assegurar o desenvolvimento dos empreendimentos. É nesta base de relação homem/natureza que a produção das cerâmicas e olarias de Sergipe se assenta, embora se apresentem como uma expressiva alternativa de gerar emprego, renda e trabalho para a comunidade local, a forma descompromissada e destrutiva da relação social com a natureza e com os trabalhadores revela as fragilidades que se processam nesta atividade.

Sob os anseios do sistema do capital, a natureza é transformada e dominada sem medidas, o que importa são os benefícios que o domínio e a produção da natureza venha possibilitar para o desenvolvimento/progresso do segmento de cerâmica vermelha e das olarias.

1.3–Domínio e produção da natureza pelo capital a serviço do progresso/desenvolvimento.

Se a introdução da atividade industrial, especificamente de cerâmica e olarias pressupõe a produção de riquezas e divisas para o estado de Sergipe, assim como nessa mesma esteira, a produção do cimento e da areia (extraída e peneirada), da madeira (beneficiada) e da telha, como produtos do trabalho alienado, o controle da natureza para a realização dessas mercadorias é condição de realização do valor.

Em seu processo contínuo de expansão e acumulação de riqueza social, o capital transforma e submete tudo/todos ao seu domínio. Neste emaranhado, a natureza é colocada como algo externo ao homem pelo capital, pronta para ser dominada e utilizada, conforme as (des)necessidades da sociedade capitalista. Com o avanço do capitalismo, a relação do homem com a natureza passa a ser, sobretudo, uma relação de valor de troca e a sua mercantilização é o destino determinado pela regência do capital.

A concepção de natureza é complexa e contraditória, imbuída de interpretações consoantes a uma específica razão histórica e ideológica. Para Smith (1988), o capitalismo trouxe à luz os significados acumulados da natureza, de modo que eles fossem moldados e transformados em concepções da natureza apropriadas à época atual.

A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim (SMITH, 1988, p.28).

Segundo o autor, a discussão acima reconhece que estes significados da natureza se mantêm na hodiernidade, porém, são estruturados em um dualismo conceitual. A natureza é externa, entendida como algo que está fora da sociedade que abarca os elementos naturais e, por outro lado, a natureza é universal ao passo que engloba tanto o humano como o não-humano da natureza (SMITH, 1988).

Na organização capitalista, a relação social com a natureza é refugada, uma vez que a ideologia burguesa da natureza reproduz o discurso de uma concepção de natureza exterior ao homem, ou seja, representando um objeto que deve ser veementemente transformado e dominado pelo homem para alcançar o progresso. É preciso que o homem conheça bem as leis da natureza, para explorá-la e extrair dos recursos naturais todos os valores possíveis, a fim de auferir melhores condições de vida, avançar nas relações econômicas e na conquista de novos

territórios. A ideia de dominação da natureza⁶ se origina no pensar de Francis Bacon, que defende a supremacia humana sobre a natureza:

Francis Bacon já havia afirmado que saber é poder, e deveríamos levar mais a sério a sua assertiva. Bacon, inclusive, usou a tortura como metáfora para assinalar como deveríamos obter da natureza a verdade. A ideia de dominação da natureza, em torno da qual gira o imaginário moderno-colonial, está impregnada dessa relação de poder por meio do conhecimento científico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.86).

O desenvolvimento científico concatenado à técnica é responsável por engendrar profundas mudanças na sociedade e contribuir, por conseguinte, para a sua evolução. A técnica atua como mediadora entre sociedade e natureza sendo, portanto, materialização dos interesses e das relações produzidas em cada organização social, “a técnica está associada as relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 79). É com o aperfeiçoamento e generalização da ciência e da técnica na sociedade que o processo de apropriação e dominação social sobre a natureza se intensifica e se amplia no espaço geográfico.

Assim, percebe-se com clareza que quanto mais acentuado o nível de modernização e desenvolvimento da sociedade capitalista, maior é a necessidade de dominar e mercantilizar a natureza à serviço das aspirações reprodutivas do capital. Essa realidade é bem revelada nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe, sendo que aquelas indústrias que são mais desenvolvidas comportam maquinários e tecnologias mais modernas, e produzem em expressiva escala, carecem bem mais dos recursos naturais (argila, lenha, água, etc.) e para tanto, procuram explorar impiedosamente a natureza para garantir o funcionamento produtivo cerâmico e avançar no cenário local.

Portanto, para se alcançar o progresso/desenvolvimento, a natureza precisa ser “devorada”, “pisoteada” sem restrições, conforme as orientações dos capitalistas e seus representantes na sociedade contemporânea. A ideologia burguesa procura explicar a história da dominação da natureza como necessária para o progresso da humanidade. Para Chauí (1980, p.33), “como a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista, porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a natureza e a sociedade, considera que todo o real se explica em termos de progresso”.

⁶ Francis Bacon é mais conhecido por sua defesa entusiástica do primado da natureza; é considerado o pai da ideia de dominação da natureza. O domínio da natureza, considerava ele, é uma tarefa divina, sancionada por Deus e tornada necessária pela Queda do Jardim do Éden. A concepção de natureza trazida por Bacon é exterior à sociedade humana. Para o autor a ciência e o poder do homem coincidem, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito, pois a natureza não se vence, senão quando se lhe obedece (SMITH, 1988).

[...] o historiador-ideólogo constrói a ideia de progresso histórico concebendo-o como a realização, no tempo, de algo que já existia antes de forma embrionária e que se desenvolve até alcançar seu ponto final necessário. Visto que a finalidade do processo já está dada (isto é, já se sabe de antemão qual vai ser o futuro), e visto que o progresso é uma lei da história, esta irá alcançar necessariamente o fim conhecido. Com isto, os homens se tornam instrumentos ou meios para a “história” realizar seus fins próprios e são justificadas todas as ações que se realizam “em nome do progresso” (ibid, 1980, p.33).

Na sua ampla conceituação hegemônica, o discurso de progresso é entendido de forma positiva e está associado à ideia de avanço, conquistas e melhorias para a sociedade. É inegável que a tecnologia e a ciência moderna possibilitaram/possibilitam o aumento da produção/produtividade, aproximaram as relações sociais e econômicas, tornaram os produtos e serviços mais acessíveis, etc. Entretanto, é preciso ir além dessa máscara “gloriosa” da ideia de progresso, que é disseminada na ideologia burguesa, utilizada para ocultar suas faces perversas. Enquanto os apologistas do capitalismo se regozijam com os benefícios advindos com os avanços da técnica e da ciência, os seus malefícios são escondidos e tratados com pouco entusiasmo de resolução.

É preciso entender que desnudar as contradições do discurso do “progresso” ou efetuar críticas ao mecanismo científico-tecnológico na sociedade capitalista, não significa rejeitar as vantagens oferecidas por estes vetores. A proposta se acomoda em denunciar o mito do progresso, que serve para justificar a expansão e o processo de acumulação do capital, mesmo que provoquem a destruição contínua da natureza. Segundo Dupas (2006, p.278-279), “a ciência e a tecnologia, a serviço da acumulação, não querem prestar contas a ninguém; e esse é o trunfo central da dinâmica bem-sucedida do capitalismo global”. E acrescenta que:

O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo - e glorioso - que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais (DUPAS, 2006, p. 290).

Submetida a uma lógica mercantil capitalista, a natureza passa a ser transformada e expropriada, cada vez mais, por intervenções tecnológicas avançadas a serviço do capital. Quanto mais moderna a técnica e a ciência, maior será o nível de agressão a natureza, ao trabalhador e na produção espacial. A lógica é, portanto, assegurar a dominação da natureza como base para o desenvolvimento da humanidade, não importando o quão desastroso seja para a natureza. Uma vez que a tendência do capital é se apropriar da natureza “natural”; o que vale

para o capital é a produção da natureza em dimensão global e o seu valor de troca, e não sua face de valor de uso.

As técnicas cada vez mais vão se expandido. A natureza e o trabalho se socializam sob a lógica instrumental do mercado, este processo faz com que a apropriação/produção da natureza passe a ocorrer em escala mundial. A relação social com a natureza passa a ser socialmente determinada, fundindo-se os valores de uso e os valores de troca (OLIVEIRA, 2007, p.87).

A relação social estabelecida com a natureza, pautada nessa lógica preocupada com a produção, com a quantidade e com o lucro, não corresponde à natureza produzida pelo trabalho no seu sentido livre. A natureza produzida pelo capital é externa a sociedade, dominada conforme o ritmo do capitalismo. Ou seja, ideologicamente a natureza tem sido incorporada pela sociedade capitalista globalizada como se fosse “algo” exclusivo aos seres humanos; uma estratégia discursiva que serve para naturalizar o domínio e produção da natureza pela sociedade em prol do desenvolvimento.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006), para dominar a natureza, como mandam os fundamentos da sociedade moderno-colonial, é preciso que se dominem os homens (e mulheres), sem os quais a natureza não pode ser dominada.

Para que a natureza possa ser submetida, numa sociedade fundada na propriedade privada da natureza, é preciso que haja um conjunto de técnicas que faça com que cada um aceite essa ideia como *natural*, como, por exemplo, sacerdotes ou juristas dizendo que a propriedade privada é sagrada ou é natural. Há técnicas para isso, no caso, técnicas jurídicas e técnicas pedagógicas. As técnicas, vê-se, não se restringem ao campo das relações dos homens e mulheres com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.81).

O discurso atinente ao domínio da natureza é imbuído de contradições e ressalvas. Com a expansão cada vez mais ampla das técnicas, a natureza deixa de ser regida exclusivamente pelas condições naturais. Todavia, mesmo com o desenvolvimento de toda inovação e progresso técnico-científico, que tem possibilitado ao homem intervir e se “prevenir” das intempéries da natureza, deve-se levar em consideração que a natureza é dinâmica e possui leis próprias que acabam por comprometer a compulsiva dominação social. A natureza é responsiva às práticas humanas capitalistas desregradas e destrutivas que a exploram e a dominam, contudo, “não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança” (ENGELS, 2010, p.32-33).

A emergente problemática ambiental e seus reversos na atualidade são expressões concretas e preocupantes das ações “devoradoras” e irresponsáveis desta organização social

mediada pelo capital. A degradação ambiental é social e histórica. No escrito “*O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”, Engels (2010) já mostrava um certo interesse e inquietude – no princípio das organizações sociais na antiguidade –, com a forma descompromissada que o homem vinha a se relacionar com a natureza.

Os homens que, na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões, devastavam os bosques para obter terra para cultivo sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo, difundiam por sua vez a escrofulose linfática). (ENGELS, 2010, p.33).

Mesmo sem a consciência de fato das consequências ambientais decorrentes destas práticas humanas, o domínio da natureza era o objetivo final. E dominar a natureza por intervenção das técnicas significa o poderio do homem sobre a natureza, o fortalecimento da relação dicotômica entre dominador/dominado, sujeito/objeto, a natureza passível as objetivações e ações humanas. Decerto, não é possível pensar a natureza dissociada do homem, pois a atuação de um respinga na dinâmica do outro, e quanto mais o homem conhece a natureza, mais está sujeito a se conhecer como parte desse processo e, por conseguinte, indissociável da natureza.

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos quanto as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo (...). (ENGELS, 2010, p.34).

A relação sociedade/natureza é uma unidade dialética, embora o capital tenha instituído a fragmentação para conseguir reinar e subjugar tudo aos seus regramentos. A natureza, tornada propriedade privada, passa a ser mercantilizada. Essa realidade é bem analisada no desenvolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe, que produzem destruindo a natureza, estabelecendo uma contraditória relação entre sociedade/natureza a serviço do capital, com rebatimentos nos territórios que incorporam essa

organização produtiva. Por depender fortemente dos recursos naturais para produzir, essa atividade econômica tem se apoiado no discurso do desenvolvimento local/sustentável como “salvaguarda” para continuar a se (des)envolver, ou seja, explorar e se apropriar da natureza.

Sob a ideologia do progresso a natureza – modificada a partir do trabalho que é categoria central neste estudo – é submetida aos auspícios perversos de dominação do capital e do homem, já que o capitalismo separa a relação metabólica homem e natureza, como condição para justificar e sustentar o domínio de um sobre o outro, sobre os recursos naturais utilizados na produção cerâmica.

A produção da natureza é útil por atender à reprodução dos interesses capitalistas e “na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que ele determina o destino da natureza” (SMITH, 1988, p.94), a exacerbada forma de exploração da natureza sinaliza para a sua destruição, o que convergiu para a ideologização do modelo de desenvolvimento sustentável, no âmago do capitalismo, como um “receituário” capaz de reparar a ofensividade do capital na sociedade contemporânea.

1.4 – A proposta do Desenvolvimento Sustentável sob a égide do capitalismo.

Subjacente às mudanças e imporias estabelecidas pela lógica do sistema sóciometabólico do capital, a sociedade capitalista contemporânea tem sido compelida a “experimentar” os “dissabores” produzidos pelo capital no seu movimento dialético de intensa apropriação/produção e destruição da natureza. A sua raiz histórica remete ao curso do contraditório processo de desenvolvimento do sistema capitalista, que comporta no seu cerne a apropriação privada, desigual e predatória da natureza, a propósito de sustentar a produção e reprodução desse sistema.

À medida que o capitalismo amadurecia e se expandia, com a aceleração do crescimento econômico, concomitantemente, provocava a espoliação da natureza de forma concreta e progressiva. Historicamente, reporta-se que foi com o advento da atividade industrial durante a Primeira Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, fase do capitalismo industrial, que a natureza passou a ser fortemente transformada. Neste emaranhado, a sociedade foi induzida a assumir relações bem mais descompromissadas e agressivas com a natureza, modelando-a de acordo com o novo tempo histórico do capitalismo.

Neste momento, a indústria se baseava na máquina a vapor e dependia do uso constante do carvão mineral e do ferro para viabilizar o funcionamento do processo produtivo, para a

produção das mercadorias. Esta necessidade implicou na corrosão destes recursos naturais; todavia, o que importava era “alimentar” a voraz “máquina” capitalista que se consolidava na nova (des)ordem mundial econômica.

Com o avanço da ciência e da tecnologia na primeira metade do século XX, a atividade industrial se intensificou e tornou suas técnicas de produção mais aprimoradas, o que serviu para potencializar a quantidade e a qualidade das mercadorias nos mercados. Neste tom, entende-se que a modernização das forças produtivas, dentre outras variantes, contribuíram para a conquista/exploração de novos territórios/espacos e, conseqüentemente, para o avanço do ritmo de exploração da natureza.

Decerto, esta dinâmica manifestava a nova fase de acumulação do capitalismo, que fundamentado no regime fordista de produção, valorizava a “universalização da produção de bens homogêneos com grandes estoques e inventários e disseminava a ideologia do consumo de massa” (HARVEY, 1992, p.167). A descombinada relação entre produção-consumo com orientação em alta escala, convergia para o desperdício, pois os defeitos dos produtos eram detectados tardiamente levando-os a ficarem acumulados nos estoques, o que acarretava no encarecimento dos produtos. Isso impulsionou em uma necessidade maior de exploração dos recursos naturais para manter o nível da produção econômica atrativamente acesa, pois o mundo vivenciava um período de exaltação da expansão econômica no pós-segunda guerra mundial.

Neste sentido, acompanhado do progresso propiciado pela consolidação da industrialização e expansão econômica estava a destruição exacerbada e a negação da natureza. O processo de modernização e industrialização impulsiva que se estabelecia na sociedade capitalista passara a ser sentida pelos países centrais e periféricos embora de forma diferenciada, deixando fissuras profundas por onde se firmava, e a natureza sentia sua face mais ofensiva.

Contudo, é a partir da crise estrutural, em meados dos anos 1970, e dos processos de mundialização – financeirização do capital que a destruição capitalista da natureza se agrava e espraia em escala global. A fase de reconfiguração do capitalismo se ancora em moldes produtivos altamente velozes e fugazes desvalorizando e desregulamentando tudo ao comando das diretrizes de valorização do capital. “O processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.25).

A revolução técnico-científica-informacional iniciada neste contexto promoveu um conjunto de mudanças nas relações geopolítica, geoeconômica e na conexão da sociedade com a natureza. O avanço da tecnologia e da ciência em meados do século XX, sob orientação dos dirigentes capitalistas, vem propiciar a aceleração do tempo histórico e da evolução da

humanidade; todavia, no seu âmago contraditório, estabeleceu concomitantemente o estreitamento e a desigualdade entre as nações e, por conseguinte, produzia a autodestruição “silenciosa” da humanidade.

É certo que as inovações tecnológicas, erigidas neste momento, imprimiram alterações nas esferas da produção e do consumo na sociedade contemporânea. A técnica e a ciência evoluídas serviram para continuar, portanto, de forma mais arrojada o processo de transformação e destruição da natureza. Assim, constata-se que, as diversas catástrofes ou desequilíbrios ambientais que atravessavam a sociedade não eram obras exclusivas da dinâmica natural da natureza e sim “efeitos de nossa ação por meio de poderosos meios técnicos e científicos” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p.123).

Nesta nova fase de reordenamento do capitalismo, o ritmo do crescimento econômico instituído se apresentava destrutivamente sem limites. A recuperação da economia capitalista, abalada por uma obscura e profunda crise, recaía na destruição dos recursos naturais. Os problemas ambientais em ebulição (desmatamento, destruição da biodiversidade, efeito estufa, etc.) se acentuaram e a degradação da natureza se anunciava com um alto teor de seriedade e concretude, não sendo mais possível embuçar esta realidade.

A discussão começava a se mover no sentido de buscar novos caminhos/diretrizes para a “preservação da natureza” diante da problemática ambiental instaurada na sociedade contemporânea, que se arrastava desde o início da atividade industrial, porém, sempre fora preterida e tratada de forma secundária. “Na verdade, o problema da ecologia é real já há algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele” (MÉSZÁROS, 2011, p.52). Os interesses dos capitalistas se sobrepõem às condições e ao ritmo natural da dinâmica da natureza, por isso a desatenção efetiva com este assunto:

Até então a natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos, como na era do fordismo e sua crença numa sociedade de consumo de massas ilimitada. O desafio ambiental se constituiu junto com o período histórico que se inicia ali nos anos 1960 e 1970, podendo mesmo dizer-se que o ambientalismo é um dos vetores instituintes da ordem mundial que então se inicia (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.61).

É neste cenário de consolidação da industrialização, expansão do capitalismo e de progresso a custo da destruição da natureza durante séculos, e sobretudo, em meados do século XX com a reestruturação produtiva do capital, que se ergue uma “atmosfera” de desconfortos e manifestações sociais contrárias à anunciada devastação ambiental. Os ambientalistas

defendiam limites para a dominação da natureza, reconhecendo a finitude dela frente ao desenvolvimento do capitalismo, que a tudo solapa.

Estas evidências levaram à formação de tratados internacionais e à mobilização das Nações Unidas quanto à carência de desenvolver projetos, políticas de preservação do meio ambiente. Assim, foi criado no primeiro momento o clube de Roma, em fins dos anos 1960, que discutia questões referente a economia, política e meio ambiente. Patrocinado pelo Clube de Roma, foi elaborado um relatório denominado *Limites do Crescimento*, que projetava a exasperação dos recursos naturais se, porventura, fosse assegurado o crescimento acentuado da população mundial, a industrialização, a produção de alimentos, os elevados patamares de crescimento econômico no sistema capitalista. Se essas tendências continuarem inalteráveis, os limites de crescimento neste planeta seriam atingidos dentro dos próximos cem anos (MEADOWS et al, 1973).

Sob influência das proposições do relatório do Clube de Roma, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo na Suécia, com o escopo de conscientizar a humanidade das suas ações agressivas ao meio ambiente, que poderiam comprometer a (re)produção humana.

O embate entre crescimento econômico e degradação dos recursos naturais desemboca e toma expressividade na conferência de Estocolmo. Há um jogo de forças antagônicas no cenário internacional que privilegia, sobretudo, interesses próprios concordantes com o processo de (re)produção do capital. Por um lado, a proposta de um crescimento zero em face de minimizar a obliteração da natureza era defendida pelos países industrializados do “primeiro mundo”⁷. Por outro lado, os países intitulados de “subdesenvolvidos”, mergulhados em profundos problemas de ordem socioeconômica, reagem contra essa proposta de proteção ambiental e defendiam o direito ao desenvolvimento industrial, pois os países favorecidos economicamente já se encontravam em nível acentuado de industrialização.

Os países industrializados estavam mais interessados em controlar o aspecto negativo da industrialização, a degradação ambiental. Houve temores por parte dos países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil, de que a proposta de controle dos efeitos do crescimento econômico significasse uma arma contra o chamado desenvolvimento dos países mais pobres (DIEGUES, 1992, p.25).

⁷A utilização dessa regionalização, “primeiro mundo” fazendo referência aos países que possuem economia desenvolvida e “terceiro mundo” aos países com economia subdesenvolvida, se refere ao posicionamento adotado por Meadows no livro *Limites do Crescimento*.

A conferência de Estocolmo (1972) foi marcada por subterrâneos desencontros entre os países envolvidos, em virtude das suas múltiplas intencionalidades. A discordância de ideias e de aceitabilidade das medidas de sustentabilidade, que começavam a se delinear neste cenário, convergiram de forma geral para que esta conferência não obtivesse o logrado êxito entre as nações, não conseguindo estabelecer um projeto de preservação ambiental suficientemente consistente e aceitável por todos.

Apesar da existência de conflitos e contradições nos debates e nas propostas, esta conferência se mostrou relevante por se constituir na primeira grande reunião internacional em alertar a sociedade das questões concernentes à degradação ambiental e da necessidade de buscar estratégias para o alcance de uma sociedade “sustentável”.

Diante da abissal fragilidade de realização e seguimento das propostas da conferência de Estocolmo, os problemas ambientais se ampliaram e intensificaram, tornando a preocupação ecológica ainda mais crítica. A mercantilização da natureza se elevava, com o processo de reestruturação produtiva do capital e, conseqüentemente, a sua dilapidação. Esta conjuntura inquietou os apologistas do capitalismo que, receosos quanto ao agravamento da destruição da natureza comprometesse os seus interesses e a espontaneidade expansiva e lucrativa do sistema vigente, passaram a defender estratégias capazes de enfrentar a “crise ambiental” em ebulição.

Neste tom de “preocupação” foi organizado em 1987 pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, um documento intitulado de “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland que definia o conceito Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprir as suas próprias necessidades” (CMMAD,1991, p.46). Ou seja, é preciso estabelecer um ajuste que privilegie o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação dos “recursos naturais” de forma que possa contemplar as aspirações humanas na atualidade e em tempo longínquo.

Este relatório serviu de base para a idealização de outras estratégias, planos de ações de combate à latente “crise ambiental”, como foi o caso da realização da segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro no Brasil. É nesta conferência, conhecida como ECO-92, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável se sedimenta definitivamente, sobretudo, através do documento Agenda 21 Global, que representara um acordo firmado internacionalmente entre os 178 representantes das nações em busca do alinhamento entre desenvolvimento e meio ambiente.

A Agenda 21 é um instrumento de planejamento direcionado à construção de sociedades sustentáveis, nas esferas local, nacional e global, que congre mecanismos de preservação ambiental, eficiência econômica e justiça social. A Agenda 21 se apresenta como um dos processos mais sólidos da ECO-92, por promover a realização de uma sociedade mais equilibrada e solidária ao oferecer coadunadas orientações e metas gerais a serem seguidas por todos, organizações não-governamentais e governamentais e toda a sociedade civil, em busca de refrear a degradação ambiental a caminho da sustentabilidade (AGENDA 21, 1997).

Portanto, o documento Agenda 21 se mostra como uma infalível direção ao desenvolvimento sustentável, ao se posicionar como parâmetro para a elaboração das Agendas nacionais e locais; além de contribuir para a construção de outros planos de ações, a serem operacionalizados neste século, que tenham como proposição o virtuoso discurso do corretamente “sustentável”. Dessa forma, apregoa-se a importância de cada país se articular para elaborar internamente a própria Agenda.

No Brasil foi elaborada a Agenda 21 Brasileira, um instrumento de planejamento de cooperação que envolve diferentes atores, para o desenvolvimento sustentável no país, contando com ações surgidas de vasta consulta à população brasileira. Foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS) e construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global⁸.

O encimado deixa claro que as estratégias estabelecidas no constructo lógico da Agenda 21 não se circunscreviam apenas às questões consoantes à “preservação dos recursos naturais”, reconheciam, todavia, a necessidade de atingir na sua plenitude a efetividade do conclamado desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões (social, econômica e ambiental), em escala global e local. Para tanto, se apresentava como premissa operativa a instituição de uma nova organicidade com mudança nos padrões de consumo da sociedade em vias da consecução da sustentabilidade.

Esta proposta do desenvolvimento sustentável – que se encontra imbuída de uma visão acrítica e harmoniosa da relação sociedade/natureza – legitima como possível o “diálogo” entre crescimento econômico, igualdade social e preservação do meio ambiente na sociedade capitalista de forma nivelada. É como se estivesse implícita na ideologia falaciosa do

⁸ As propostas da Agenda 21 Brasileira estão organizadas por meio de 21 objetivos desdobrados em ações e recomendações que se enquadram sob temas: economia da poupança na sociedade do conhecimento; inclusão social por uma sociedade solidária; estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; recursos naturais estratégicos - água, biodiversidade e florestas. Ver: Agenda 21 brasileira: Ações Prioritárias/ Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 27 set 2015.

desenvolvimento sustentável a apropriação socializada da riqueza e dos recursos naturais entre as nações, ou seja, todos são iguais e devem usufruir dos mesmos direitos para satisfazer as devidas necessidades. Como se, porventura, conseguisse dirimir a pobreza que “afoga” o desenvolver social das nações e comunidades mais carentes no espaço global, ou se pudesse cercear com veemência a expropriação desmedida dos recursos naturais.

Portanto, essa busca ilusória de equalização no cerne conceitual do desenvolvimento sustentável destoa da lei imperativa do sistema sociometabólico do capital, fundamentado na dialética e nas contradições: pobreza/riqueza, capital/trabalho, destruição/preservação, etc.

[...] é afastada a leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade (CONCEIÇÃO, 2004, p.83).

A compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, como proposta alternativa e efetiva para superar a “crise ambiental”, tem sido bastante disseminada e usual nos debates, conferências, projetos sociais e ambientais e na esfera política. Dessa forma, a discussão transcende o campo ambiental e aos ambientalistas. Embora sua definição teórica seja global e se apresente como a mais consensual, não deixa de ser contraditória e complexa. Há “brechas” no seu constructo formal, sendo assim, passível de interpretações por várias correntes de análises do movimento ecológico, desde as mais críticas que apregoam insatisfação geral com o modelo predatório da sociedade capitalista, até aquelas que “defendem” a “preservação da natureza” sem manifestar a necessidade de ruptura com a essência produtiva e destrutiva do sistema capitalista.

De todo modo, o discurso sustentável é questionável. Trata-se de um projeto assentado em uma carga utópica “flutuante” e tendencial, ou seja, eivado de um posicionamento político e ideológico de pouca viabilização social em virtude de não corresponder/atender com veemência às inquietudes e aos problemas que perpassam e angustiam a sociedade. Há um distanciamento entre o que este discurso propõe e sua efetividade nos moldes da sociedade capitalista, sendo que a essencialidade do desenvolvimento com caráter sustentável é se esconder na perspectiva de “preservação da natureza” como estratégia para viabilizar as condições de apropriação da natureza.

1.5 – A falácia da “preservação da natureza” sob o mantra do desenvolvimento sustentável: breves considerações no contexto brasileiro.

A conformação teórica do modelo de desenvolvimento sustentável, deliberado em acordos internacionais, é apropriada de forma mascarada pela classe dominante como instrumento para delinear novas formas de gestão da natureza, transformando-a em uma mercadoria ainda mais lucrativa. Desde a conferência de Estocolmo em 1972, a discussão ambiental passou a receber uma atenção mais particular e direcionada na legislação brasileira. A gravidade dos fatos requeria um respaldo legal que pudesse assegurar a preservação dos recursos naturais, bem como fortalecer a autoridade e a capacidade do poder público intervir legalmente nas questões ambientais.

Neste sentido, a Lei nº 6938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental⁹. Esta lei se mostrou relevante para a sociedade brasileira, pois simbolizava o primeiro instrumento na legalidade de proteção ambiental.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, no capítulo V em seu Art. 225, a questão ambiental é revelada da seguinte forma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade e vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2011, p.59).

O tratamento jurídico com a questão ambiental se mostrara necessário para fiscalizar e conter as agressões humanas ao meio ambiente. De acordo com informações divulgadas em 2010 no Portal Brasil sobre o meio ambiente, a legislação ambiental no Brasil se apresenta como uma das mais completas do mundo¹⁰, ao denotar um conjunto de leis expressivas, todavia, nem sempre são aplicadas com determinado rigor. São recorrente os crimes humanos contra o

⁹A LEI nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e de outras providências. Ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação brasileira sobre o meio ambiente. 2ª ed. – Brasília: Edições Câmara, 2010.

¹⁰ Conferir em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/10/legislacao>. Acesso em: 02.jan.2016

meio ambiente, assim como as impunidades. A ausência de uma consciência ecológica consolidada por parte da sociedade no que se refere à responsabilidade de preservar o meio ambiente converge para o cenário de degradação.

A cobiça histórica no território brasileiro, em abrangência nas possibilidades lucrativas oferecidas pelas riquezas naturais, foi despertada desde o princípio pela rica e exuberante biodiversidade existente no país. Foi o sistema do capital, imbuído de suas urgências expansivas, o estimulador do avanço da expropriação e mercantilização da natureza natural do país, configurando a profunda devastação hodierna.

O Brasil se destaca, em cenário global, por abarcar a maior biodiversidade do planeta, contudo enfrenta vastos desafios para assegurar a sua preservação. Há muitas disputas por aspirações econômicas e culturais, na exploração da valiosa beleza natural, tanto por sujeitos sociais na escala nacional como internacional. Essa intrincada disputa implica em práticas indiscriminadas e conflitos, cujo desfecho é a redução expressiva da biodiversidade brasileira.

Entretanto, como o capital é estranho a qualquer tipo de manifestação contrária a sua autorreprodução – neste caso a degradação intensiva da natureza lhe aparece como um limite – busca açular o desenvolvimento de estratégias que possam mitigar o avanço corrosivo da natureza e, para tanto, encarrega a sociedade para essa responsabilidade.

Como os guardiões do capitalismo não se mostraram dispostos e/ou capazes de solucionar com precisão as turbulências da nova fase de acumulação do capital, mesmo com a disponibilidade de todo aparato tecnológico, passaram agora a potencializar a problemática da “crise ambiental” como estratégia para desfocar a sociedade das tensões/conflitos, dos candentes problemas sociais e econômicos vivenciados. Para Conceição (2004), a ideologia do desenvolvimento sustentável tornou-se a estratégia para o desvio da crise do capitalismo do campo da luta de classe para o da crise ambiental.

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas – impressionados o bastante com o tom cataclísmico dos sermões – possam ser, com sucesso, desviados dos candentes problemas sociais e políticos (MÉSZÁROS, 2011, p.51).

Africanos, asiáticos e latino-americanos (especialmente estes últimos) não devem se multiplicar do jeito que desejarem, já que a forma descontrolada do crescimento demográfico poderia engendrar desequilíbrios ecológicos insustentáveis. Da mesma forma, as pessoas

deveriam se fazer “cegas” frente aos dispendiosos gastos com armamentos e consentir que seja reduzido o seu nível de vida em face de viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente” (MÉSZÁROS, 2011).

Procurava-se fazer acreditar que a sociedade na sua forma de reprodução quantitativa seria a causadora da desordem ecológica, e não as relações materiais sócio-históricas capitalistas, mediadas pela tecnologia e pelo capital na apropriação e expropriação da natureza. Nestes termos, a sociedade, principalmente dos países periféricos, é compelida a custear a despoluição do meio ambiente, criar estratégias sustentáveis de recuperação e harmonização da relação homem/natureza, capital/trabalho.

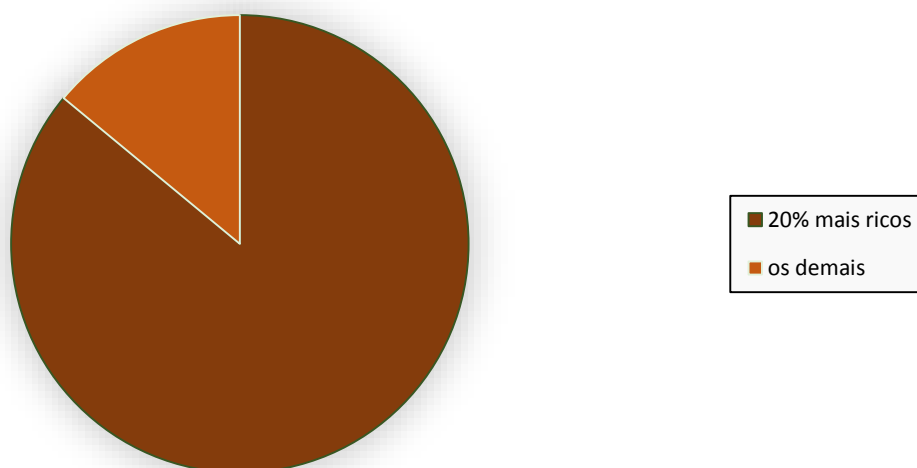
A responsabilidade de conter a “crise ecológica” é transferida à sociedade, que deve se fazer de “miope” diante da lógica destrutiva e lucrativa do capital e buscar caminhos que conduzam à sobrevivência de um sistema econômico – que definha com a crise estrutural – sob o disfarce da “preservação ambiental” para garantir a (re)produção humana”.

Afirmar que os custos da despoluição de nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade é ao mesmo tempo um óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre essa questão acreditem haver descoberto a pedra filosofal. *Obviamente*, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas o fato de *dever* sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o *possa* fazer. Certamente, dado o modo predominante de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade *não será capaz* de arcar com tais custos (MÉSZÁROS, 2011, p.53 - grifos do autor).

A classe dominante se destaca, no cenário internacional, por ostentar elevados níveis de consumo e, consequentemente, por ser a que mais polui e contribui para a degradação da natureza, uma vez que os países centrais são os que mais se apropriam do “discurso sustentável”. No entanto, a responsabilidade por engendrar os desequilíbrios sociais e ambientais é atribuída aos países economicamente desfavoráveis, que porventura, são os que menos consomem e degradam.

De acordo com os dados revelados pela ONU em 2002, registrava que 20% dos habitantes mais ricos do globo consumiam mais de 80% das matérias-primas e energia produzida anualmente. Em contrapartida, os mais pobres, que correspondiam a maioria espalhada no planeta, consumiam míseros 14% dos recursos naturais (Gráfico 01). Estes dados reais servem para desnudar a retórica envelhecida dos discursos burgueses que responsabilizam os países periféricos de serem os grandes causadores da destruição da natureza.

Gráfico 01 – Consumo Privado de Recursos Naturais no Mundo – Organização das Nações Unidas, 2002.



Fonte: ONU- Organização das Nações Unidas, 2002. Organização: Carlos Walter Porto-Gonçalves, 2006.

Portanto, enquanto uma parcela minoritária da sociedade capitalista controla e se apropria dos recursos naturais e da maior parte da riqueza produzida, a grande parcela da sociedade, inclusive dos países periféricos, é cerceada do acesso aos recursos naturais e materiais, amplamente produzidos por ela. Logo, infere-se que, enquanto o consumo privado de recursos naturais no mundo está sendo comandado por poucos, os riscos e prejuízos com a degradação da natureza são ironicamente socializados com todos da sociedade de forma desigual e injusta; sendo que, os grandes causadores se restringem a uma pequena parcela, a classe que controla os meios de produção, contradizendo-a.

A celeuma em torno da “problemática ambiental” é estrategicamente apaziguado com o sofisma ideológico da cultura de sustentabilidade, virilizado na mídia é acolhido pela sociedade alienada, que por sua vez é induzida a seguir o *slogan* ecológico: “Pense globalmente, aja localmente”. Neste emaranhado, as empresas e as comunidades locais devem se adequar à nova ordem e para isso precisam desenvolver práticas e projetos inovadores e sustentáveis, que levem em consideração as singularidades do território, que visem atenuar os impactos ambientais e consiga ser atrativo e favorável ao investimento do capital sob a proposta do desenvolvimento local.

Os discursos depois da Rio 92 apontam para o desafio de um processo de desenvolvimento que estimule o aparecimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir suas demandas, descobrir suas vocações e desenvolver o próprio potencial, dessa maneira, incorporando a abordagem, já em foco, do desenvolvimento local (LISBOA, 2007, p.186).

De maneira estrategicamente perversa, o capitalismo avassalador exorta toda a sociedade a contribuir para o alcance da ordem ecológica – do local para o global – sendo que os grandes beneficiados com esta situação são os paladinos da lógica capitalista, que buscam encobrir as vantagens que há na administração da (des)ordem ambiental. O próprio sistema que destrói o “verde”, o recria sob a justificativa ideológica do “discurso sustentável” com a “preservação da natureza”, para continuar a lucrar sob novas formas de administração da natureza pelo capital.

É nesta direção, que o estímulo ao desenvolvimento de projetos e medidas “sustentáveis”, tais como os APLs de cerâmica vermelha em Sergipe, que valorizam as potencialidades locais, propondo contornar os problemas ambientais no Brasil se especializam sob as exigências e fiscalizações dos órgãos ambientais.

No território sergipano é possível identificar que os esforços empreendidos na construção de projetos e ações direcionadas à preservação da natureza assumem novas formas e conteúdos na atualidade. A fiscalização mais objetiva por parte da Administração Estadual do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis guiados por uma proposta de desenvolvimento sustentável, reside em regularizar as atividades produtivas que acarretam impactos ao meio ambiente nos distintos espaços, campo/cidade, no estado de Sergipe. O desenvolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias se enquadra nesta trama, sendo que esta atividade contribui para a devastação da natureza, tanto no território alocado como também no seu entorno.

Esta atividade produtiva, que oferta peças cerâmicas para alimentar o setor da construção civil e habitacional, é caracterizada por fabricar produtos (telhas, blocos, tijolinhos, lajotas, etc) provenientes do material argiloso, que no seu processo constante de extração sem licenciamento degradou/degrada extensas áreas das jazidas. Assim como a argila, que é um componente fundamental no processo produtivo destas indústrias, a lenha é uma matéria-prima indispensável utilizada como fonte de produção de energia nas cerâmicas e olarias de Sergipe. Não obstante, a exploração contínua e indiscriminada do material lenhoso da caatinga, para fins energéticos, tem ocasionado o desmatamento florestal de extensas áreas da mata nativa.

A caatinga é o ecossistema predominante na região Nordeste do Brasil, com uma rica biodiversidade e com grandioso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção que, se bem explorado, será decisivo para o desenvolvimento da região e do país. Apesar da relevância, a caatinga tem sido desmatada de forma veloz, especialmente nos últimos anos, em virtude principalmente do consumo de lenha nativa,

explorada de forma ilícita e insustentável para fins domésticos e indústrias, sobrepastorio e a conversão para pastagens e agricultura¹¹.

O Ministério do Meio Ambiente (2011) lançou os resultados do monitoramento do desmatamento do bioma caatinga por satélite, realizado no período de 2008-2009, e revelou que a área dos remanescentes da vegetação caatinga decaiu, já que em 2008 a área era de 53,61% e passou para 53,38% em 2008-2009. Neste sentido, em números absolutos, a caatinga teve sua cobertura vegetal original e secundária reduzida de 443.039,06 km² para 441.117,88 km². Portanto, o bioma sofreu uma perda indicando uma taxa anual na ordem de 0,23% entre 2008-2009. Com relação ao desmatamento, a caatinga teve sua cobertura vegetal nativa suprimida, no período correspondente, em 1.921,18 km² (Tabela 04).

Tabela 04 –Taxa do desmatamento ocorrido na caatinga no período de 2008-2009*.

Classe	Até 2008	Até 2009
Vegetação suprimida	45,39%	45,92%
Vegetação remanescente	53,61%	53,38%
Corpos d'água	0,99%	1,01%

Fonte: Ministério do Meio Ambiente In: Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: monitoramento do bioma Caatinga, 2008-2009. Brasília, 2011.

*Os dados tem como referência a área total do bioma de 826.411,23 km² correspondente ao período determinado.

Dado o reconhecimento da dimensão do desmatamento da caatinga correspondente ao período de 2008-2009, torna-se necessário entender a ocorrência das ações antrópicas nos estados que abarcam este bioma. De acordo com os dados do monitoramento do bioma caatinga por satélite realizado neste período, a Bahia é o estado que abarca a maior área da vegetação caatinga, sendo também o que mais sofreu retirada da cobertura vegetal nativa entre 2008-2009. Posteriormente se apresenta o Ceará com uma área antropizada de aproximadamente 440,19 km² que juntamente com a Bahia 638,35 km² e o Piauí que abarcou 408,92 km² tiveram um área antropizada superior aos demais estados juntos (Tabela 05).

¹¹ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 29 dez. 2015.

Tabela 05 – Situação do grau de antropismo por estado no período 2008-2009.

UF	Área de Caatinga(km ²)	Área Antropizada (km ²)	% do Bioma Antropizado(km ²)
BA	300.927	638,35	0,21
CE	147.390	440,19	0,30
PI	157.759	408,92	0,26
PE	81.387	167,77	0,21
RN	49.714	98,19	0,20
PB	51.262	91,89	0,18
MA	3.754	32,32	0,86
AL	13.036	23,85	0,18
MG	11.099	15,16	0,14
SE	10.083	4,39	0,04
Total	826.411	1921	0,23

Fonte: Ministério do Meio Ambiente In: Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: monitoramento do bioma Caatinga 2008-2009. Brasília, 2011.

*Os dados tem como referência a área total do bioma caatinga de 826.411,23 km² correspondente ao período determinado.

A despeito dos dados do monitoramento, que desvelam a gravidade do desmatamento da caatinga, é possível inferir que o ritmo constante desse processo converge para a exaustão da vegetação original em um curto espaço de tempo para o longo prazo do capitalismo. Apesar de Sergipe ser o estado que compreendeu a menor área antropizada da caatinga no período de 2008-2009, a degradação deste bioma não se encerrou, pelo contrário, avança. A extração desmedida das florestas do bioma caatinga neste estado para utilidades diversas no setor domiciliar, assim como para as atividades econômicas no setor industrial, comércio e serviços, tem comprometido a existência desse bem natural e repercutido de forma desfavorável para aqueles que utilizam constantemente a lenha como fonte energética.

Nesse enquadramento, se encontram as indústrias de cerâmica vermelha e olarias do estado de Sergipe, que se apresentam extremamente dependentes do material florestal para assegurar o funcionamento dos processos produtivos. Como esta atividade econômica consome lenha nativa, procedente da caatinga como fonte energética, e comporta um histórico repulsivo de ações irregulares na extração/aproveitamento econômico desse recurso natural, apresenta-se como fator contribuinte para o cenário de degradação da vegetação nativa no espaço sergipano.

Como forma de abrandar o desmatamento da mata nativa, foi erigido em Sergipe o projeto de Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas. O projeto tem como propósito favorecer a promoção de eficiência energética para o setor ceramista, anuncia vantagens expressivas para o estado de Sergipe, destacadas especialmente pela redução de áreas propensas à desertificação e pela preservação da vegetação caatinga. A proposta é conscientizar o uso da lenha de origem legal nas cerâmicas e olarias e substituir,

portanto, o uso da madeira nativa por reflorestada, conforme as orientações da legislação ambiental¹².

Tornar as cerâmicas sustentáveis, com uma produção “Mais Limpa” direcionada para a “preservação da natureza”, tem sido um dos objetivos a ser alcançado pelos coordenadores do falacioso discurso do desenvolvimento sustentável disseminado no setor cerâmico de Sergipe e nos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha. A compreensão dessa discussão na pesquisa mostra de que forma as cerâmicas e olarias estão sendo incorporadas neste velado modelo de desenvolvimento, assim como a natureza está sendo apropriada e “preservada” para garantir as condições do (des) envolvimento desta atividade produtiva.

A ideia do desenvolvimento sustentável, assentada na preservação da natureza na sociabilidade capitalista, consiste em ser representação da ideologia burguesa. Trata-se de um discurso que oculta os conflitos reais, as intencionalidades e as desigualdades, ao propor uma sociedade possivelmente mais harmoniosa e equável na relação com a natureza, quando em síntese, suas ações concretas estão guiadas para assegurar a continuidade da reprodução do capital. Aponta Chauí que a ideologia “[...] cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade” (1980, p.34).

Diante deste arranjo montado pelo capital, é imprescindível indagar: como é possível pensar na materialização das propostas do discurso de desenvolvimento sustentável, no modo de produção capitalista, se a essência do capital é a maximização do lucro; é produzir de forma incomensurável que satisfaça não as necessidades humanas e sim as necessidades do capital? Como se desenvolver de forma socialmente sustentável se as premissas de desenvolvimento do capital estão arraigadas a um perverso processo de alienação e submissão do trabalho ao capital e da natureza como um recurso a ser dominado? Como pensar na sintonia entre sustentabilidade e crescimento econômico se a ordem do sistema em voga está calcado na cultura do consumismo exacerbado e na produção do desperdício?

¹² O projeto “Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe” é executado pelo SergipeTec com apoio da Semarh e Sedetec. Este projeto será apresentado de forma mais detalhada no quarto capítulo deste trabalho.

1.5.1 – Desenvolvimento sustentável na “sociedade do desperdício” e da destruição.

O discurso do desenvolvimento sustentável aflora na nova fase de configuração do capitalismo e nas políticas neoliberais que buscam, por sua vez, inserir as políticas ambientais à lógica de mercado como mecanismo escamoteado para conter a aviltante apropriação e obliteração da natureza. Para Leff (2000), o mercado não é capaz de promover e atribuir condições concretas para a realização efetiva da sustentabilidade.

[...] el mercado es incapaz de asignar valores reales a los servicios ecológicos y a las condiciones comunales para la sustentabilidad debido a su estructura teórica mecanicista, a la imposibilidad de reducir futuros sustentables y las diversas y heterogéneas condiciones de sustentabilidad a los valores unitarios del mercado (LEFF, 2000, p.63).

A defesa da possível relação que se estabeleceria entre as esferas econômica e ambiental, como manifestam as leis de mercado, tem sido a estratégia artilosa sustentada pelo modelo neoliberal na proposição da sustentabilidade. Prega-se, portanto, a gestão racional da natureza, revestida de uma nova conotação que, dissimuladamente, canaliza-se para a capitalização da natureza em vias do crescimento econômico. Nas análises de Porto-Gonçalves (2006), o discurso e as políticas de racionalidade econômica e neoliberais têm conduzido à “desnaturalização da própria natureza”.

O modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade, propondo a alternativa da estratégia do crescimento econômico capitalista pelo equilíbrio entre as contradições ecológicas e valores ambientais, com a introdução do discurso ideológico da existência do capital natural, humano social e justiça social, sem questionar o trabalho como mercadoria e a produção intensiva através dos recursos naturais. O objetivo da produção reificada e alienante alimenta potencialidades produtivas em realidades destrutivas (CONCEIÇÃO, 2004, p. 84-85).

Assim, contrária à produção de mercado capitalista, produtivista e destrutiva, está a proposta da racionalidade ambiental que ascende como “salvadora” dos problemas socioambientais no viés da sustentabilidade. A racionalidade ambiental propõe produzir assentando-se na conjunção natureza e cultura. Ou seja, são desenvolvidas novas estratégias de reapropriação da natureza que passa, nesta vertente, a ser conduzida pelo prisma de revalorização e inserção de significados culturais e sociais (LEFF, 2000).

Defensor dessa aliança produtiva, Leff (2006) atesta que a busca por uma racionalidade ambiental é uma estratégia produtiva alternativa, na qual a natureza possa se incorporar a lógica produtiva em voga. A reapropriação social da natureza a partir da democracia participativa, produção destinada às necessidades elementares da comunidade local, valorização da diversidade cultural e preservação das identidades dos povos são elementos necessários para o desenvolvimento sustentável em escala local e global, na perspectiva da racionalidade ambiental (LEFF, 2000).

As estratégias alternativas para o desenvolvimento sustentável, baseadas na diversidade cultural, estão legitimando os direitos das comunidades sobre seus territórios e espaços étnicos, sobre seus costumes e instituições sociais, e por autogestão de seus recursos produtivos (Ibid., 2000, p.58).

Avesso ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é difundido globalmente e amplamente assimilado por países com realidades socioeconômicas distintas, nos seus escritos Diegues (1992) defende a necessidade de se pensar em vários tipos de sociedade sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si. O autor defende essa conceituação de sociedades sustentáveis como a proposição mais substantiva, embora desafiadora, para a construção de sociedades ecológica e socialmente mais justas.

O intuito aqui não se circunscreve em corroborar ou rejeitar gratuitamente esta alternativa produtiva no âmago dos preceitos do desenvolvimento sustentável, mas em admitir os traços desconcertantes e os limites que existem na consistência deste discurso. Essa forma de arranjo secundariza a lógica expansiva e acumulativa do capital ao valorizar o capital natural e humano a propósito do desenvolvimento sustentável. Pensar na efetividade deste caminho é contraditório, quando se reconhece que a natureza teórica e prática das leis estabelecidas pelo mercado na lógica capitalista embaraça a realização satisfatória desta organização na sociedade.

As conjugadas tentativas de buscar estratégias que sedimentem o desenvolvimento sustentável, subjacente aos imperativos do mercado, compõem uma visão “romantizada”, pois os melindres do capital são perversos e seus anseios estão embasados na produção contínua e intensa da natureza, na manutenção das relações sociais hierárquicas, na produção de riquezas e extração e reprodução do lucro capitalista. A capacidade incorrigivelmente destrutiva do capital suprime o devaneio ideológico deste modelo de desenvolvimento sustentável, que alinha crescimento econômico e preservação da natureza de forma possivelmente equilibrada, bem como promete suavizar as discrepâncias sociais no sentido de uma ordem social menos discordante.

Despir-se da carga utópica do modelo de desenvolvimento sustentável, enredada no viés neoliberal, é eminentemente fulcral para deslindar a dubitável “eficácia” e “aplicabilidade” do discurso da “preservação da natureza”, apregoado na sociedade capitalista calcada na desigualdade substantiva. Uma vez que, para continuar “vivo” e se reproduzir na micro e macroeconomia, o sistema produtor de mercadorias necessita da apropriação desmedida dos recursos naturais em vias de assegurar o processo de acumulação do capital.

Na racionalidade dos dirigentes da riqueza capitalista, a natureza é um recurso – fonte de lucro – que deve ser mercantilizada a todo custo. Já a irracionalidade do capital esbarra na degradação contínua da natureza, já que ao dilapidar a natureza para atender a sua lógica de produção acaba por comprometer a reprodução da humanidade, bem como coloca em suspense a capacidade de perpetuação do capitalismo.

É neste sentido, portanto, que o limite do sistema capitalista se afigura e vem sendo estabelecido/traçado pelo limite da natureza. Ou seja, o esgotamento agressivo e destrutivo da natureza poderá barrar a voracidade expansiva e autorreprodutiva do capital. Esta é uma questão central tomada pela burguesia, que busca sempre se reinventar, no desenvolvimento de novas formas de manutenção e gestão da natureza a serviço da vitalidade deste modo de produção.

As (ir) racionalidades do capitalismo acarretam desorganizações e transformações sócioespaciais a fim de se ajustar a lógica societal do capital, que por ser intrinsecamente expansivo na forma e no conteúdo, a sua congruência produtiva é destrutiva, “o sistema de capital por não ter limites para sua expansão, acaba por converte-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva” (MÉSZÁROS, 2011.p.11). A lógica destrutiva que se engrandece na sociedade contemporânea permitiu que este autor lucidamente afirmasse que para se desenvolver, o sistema de capital precisa recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas.

Na lógica destrutiva do capital – que valoriza a efemeridade dos objetos – tudo deve ser convertido em mercadoria e deve assumir valor de uso curto, em face de possibilitar a elevação da produção e rotação do capital. Para Mézáros (2002) esta tendência decrescente no valor de uso das mercadorias¹³, ao encurtar vida útil e agilizar o ciclo reprodutivo, tem se constituído como um dos importantes mecanismos através dos quais o capital vem alcançando um crescimento desmedido ao longo da sua história, subordinando o seu valor de uso aos desígnios

¹³ A taxa de utilização decrescente está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade. Ela se manifesta, em primeiro lugar, na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido, em contraponto aos que continuam *utilizáveis* (isto é, *reutilizáveis*) por um período de tempo maior: uma *proporção* que tende a se alterar a favor dos últimos (MÉSZÁROS, 2002, p. 639-640- grifos do autor).

do valor de troca, pois “[...] o capital não trata meramente como separados *valor de uso* e *valor de troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último”(MÉSZÁROS, 2002, p.660).

Dominada pelo capital e orientada genuinamente para o desperdício, a produção destrutiva conduz tendencialmente à rapidez da produção de valores de troca em virtude de acelerar o tempo de giro no consumo. Não importa quem consumirá os produtos concretos ou em qual território o consumo humano será mais concentrado e abusivo, o que valerá realmente para o capital é que o seu circuito formado por produção, distribuição, circulação e consumo (P-D-C-C) se realize da forma mais ágil possível no espaço-tempo. Segundo Harvey (1992), os sistemas modernos de comunicação e de informações permitiram acelerar o tempo de circulação das mercadorias no mercado, uma vez vinculados a racionalizações nas técnicas de distribuição.

O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques “*just-in-time*”, que corta drasticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo (HARVEY, 1992, p.148- grifo do autor).

Na leitura marxista, a relação produção-consumo é concomitantemente complementar e dependente. Dessa forma, o tempo de giro na produção e no consumo precisam estar em consonância ao movimento do capital. É preciso que o consumo corresponda às necessidades produtivas do capital e não às necessidades primárias de consumo da sociedade. Para isso, neste momento, é reduzida a taxa de utilização das mercadorias e o “tempo de vida” delas, o que implicará na produção de novas “necessidades”. Nesse “novo tempo” de sociabilidade humana assentada no capitalismo contemporâneo, a fugacidade das mercadorias produzida se apresenta como uma das possibilidades adotadas pelo sistema capitalista nos momentos de “sufocos”, – como na crise estrutural do capital – para assegurar o processo de crescimento econômico, os mecanismos de expansão e (re)produção do capital.

Além do mais, uma vez que a taxa de utilização decrescente abre novas possibilidades para a expansão do capital, ela adquire um papel muito especial no processo de realização do capitalismo “avançado”. Em primeiro lugar, em virtude da sua capacidade de lidar com as pressões emergentes da interação entre produção e consumo, provocadas pelos limites restritivos dos contornos dados da circulação, ela funciona como *meio* insubstituível para realizar a necessária reprodução em escala *ampliada*, ao mesmo tempo em que contém artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo. Subsequentemente, no entanto, quanto maior a dependência do processo

global de reprodução da taxa de utilização decrescente, mais esta se converte em um *fim em si mesma*, já que é tomada como a possibilidade de expansão *ilimitada* com base na premissa de que a própria taxa pode ser reduzida sem grandes impedimentos. Em termos ideais, formulados do ponto de vista do capital (no mesmo espírito com que, sob condições históricas bastante distintas, economistas políticos postulam a “concorrência perfeita” como o modo ideal de funcionamento do sistema), quanto mais o modo estabelecido de produção e consumo possa se aproximar da *taxa zero de uso*, tendo removido completamente o “transtorno disfuncional” – ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo, “as extravagâncias e flutuações subjetivas” – do consumo real, maior o alcance automática (MÉSZÁROS, 2002, p. 684 - grifos do autor).

A necessidade expansiva e destrutiva do sistema metabólico do capital estimula e cultiva o consumo do que é produzido. O próprio modo de produção capitalista – com essência movida ao lucro – fomenta a ideologia do consumo descontrolado e da valorização do supérfluo e, para que essa proposição se efetive, a obsolescência acelerada é atribuída às mercadorias ofertadas à sociedade. Assim sendo, o capital produz o desnecessário à sobrevivência humana e incute no ideário social como “necessário”, na perspectiva de ser novidade. Dessa forma, há um apelo mascarado ao consumo do “novo” e rejeição ou pouca valorização das formas de “reaproveitamento” efetivo das antigas mercadorias produzidas.

No capitalismo “avançado”, o sentido de transitoriedade/efemeridade das mercadorias é conducente à sustentação dos regramentos do sistema sociometabólico do capital, que arditamente se beneficia dessa arquitetura, acaba por produzir o engrossamento dos “depósitos de lixos” e com isso assombrosos desequilíbrios e degradação da natureza. O desperdício advindo do mínimo valor de uso dos produtos é corolário da lógica do capital, que produz destruindo e destrói para continuar produzindo, concomitantemente. Portanto, quanto mais acentuado for o nível de consumo e de “progresso” erigido na sociedade do “desperdício” e da destruição, maior será o nível de agressão/espoliação da natureza e da força de trabalho a serviço da reprodução e acumulação do capital. Logo, entende-se que onde há “avanço”, há consequentemente destruição. Esta contradição intrínseca do sistema capitalista de controle mostra que:

[...] ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes

da produção em massa de lixo e efluentes (MÉSZÁROS, 2011, p.73- grifos do autor)

A tendência à geração do desperdício, generalizada em escala mundial, não é disfunção e/ou anomalia do movimento do sistema econômico em vigor, mas uma manifestação “necessária” à garantia do sistema do capital. Embora a lógica destrutiva esteja incrustada ao processo histórico-econômico de conformação deste modo de produção, é no contexto atual de reorganização do capitalismo, com acentuado nível de industrialização, desenvolvimento da ciência e tecnologia, que o caráter predatório e destrutivo do capital se agrava atacando os trabalhadores e a natureza. “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. (MARX, 2013, p.571).

A produção direcionada à reprodução ampliada do capital acentua a exploração, precarização do trabalho e devastação da natureza. As determinações destrutivas do sistema do capital rompem com qualquer alternativa consistente e revolucionária de sustentabilidade, de equilíbrio na forma de apropriação da natureza que não acomode internamente a própria diretriz lucrativa. Por ser compulsivamente expansivo e destrutivo, a história deste sistema sociometabólico é regada desde os tempos iniciais, por um movimento “racional” que combina produção e destruição para garantir a (re)produção de riquezas em detrimento dos bens materiais necessários à reprodução da humanidade.

É óbvio que, quando a dissipação destrutiva dos recursos naturais e da riqueza social se torna a condição objetiva da reprodução ampliada do capital, a “dominação contínua da riqueza sobre a sociedade” já não pode fazer sentido do ponto de vista da reprodução societária sustentável. Realmente, quanto maior a dinâmica interna do impulso do capital para a reprodução ampliada – que nas fases anteriores de desenvolvimento representava um recurso positivo vital –, cuja destrutividade, em uma escala antes absolutamente inimaginável, torna-se uma parte integrante de todo o processo, mais irracional se torna defendê-la. O problema, porém, é que, apesar de sua ameaçadora irracionalidade, o modo estabelecido de reprodução ampliada continua, tanto quanto antes, a “ter sentido” do ponto de vista do próprio capital (MÉSZÁROS, 2002, p.940).

Esse quadro caracteriza a dinâmica da produção nas olarias e cerâmicas de Sergipe, que apesar de dependerem da extração das riquezas do solo para viabilizar o funcionamento do processo produtivo das cerâmicas vermelhas, se caracterizam por exercerem práticas agressivas à natureza. A apropriação das condições naturais disponíveis no estado de Sergipe, assim como a disponibilidade em quantidade e qualidade expressiva das jazidas de argilas promoveram o desenvolvimento da atividade cerâmica. Contudo, por estabelecer uma relação contraditória de

produção e destruição no seu bojo de desenvolvimento, as cerâmicas e olarias têm sido inseridas nas propostas do desenvolvimento sustentável.

A produção destrutiva do capital na sociedade do “desperdício” encontra acolimento na ideologia do desenvolvimento sustentável como caminho para uma sociedade que incorpore a preservação da natureza à lógica destrutiva capitalista. Trata-se de um discurso incongruente que serve para que a exploração da natureza e sua destruição não seja percebida em sua realidade concreta pela sociedade. Assim como a natureza é rendida aos preceitos do capital, nas indústrias de cerâmica vermelha e olarias o trabalhador também se encontra sob o jugo destrutivo e de exploração do sistema capitalista, sobremaneira, no contexto de reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo.

Compreender o debate da reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho é necessário para elucidar as implicações na organização das cerâmicas e olarias em APLs; bem como para analisar as condições de trabalho, como os trabalhadores e trabalhadoras estão sendo inseridos na atividade cerâmica, é o que pretendemos abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 02 – AS FACETAS DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E A (DES) ESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO.

2.1 – A reestruturação produtiva do capital na sustentação do sistema capitalista: do modelo fordista de produção ao regime de acumulação flexível.

A história do desenvolvimento do capitalismo revela o quão desigual e combinado é este sistema produtor de mercadorias, que se encontra permeado de mutações e principalmente, por contínuas crises econômicas no seu movimento dialético. As mudanças (avanços e recuos) que se estabelecem no capitalismo advém das contradições e crises geradas pelo próprio sistema do capital, que no seu processo de expansão para materializar a própria reprodução e acumulação encontra maneiras distintas de reestruturar a produção.

Compreender esse debate é fundamental para explicar o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de cerâmica vermelha no estado de Sergipe e, para tanto, precisamos contextualizar e entender a capacidade que o capital possui de buscar sempre novas formas de reorganizar a produção para continuar se reproduzindo. Assim, o revigoramento dessa organização de empresas em aglomerados expressa a dinamicidade do sistema do capital, referentemente, no novo processo de reestruturação produtiva, surgido na segunda metade do século XX.

No avanço do capitalismo, a reestruturação produtiva ocorre em espaços e tempos condizentes a cada contexto histórico e socioeconômico específico, contudo com a mesma funcionalidade de assegurar a construção de novos cenários favoráveis à reprodução ampliada do capital. No início do século XX, a reestruturação produtiva do capital se fundamentava na acumulação em massa via modelo fordista/taylorista, que instaurou uma nova forma de racionalização do trabalho em face de potencializar a produção e, conseqüentemente, as garantias do lucro capitalista.

O paradigma fordista/taylorista foi marcado por um longo processo de inovações sociais, organizacionais e tecnológicas que modificaram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços, bem como na forma de gestão do trabalho. O modelo de regulação deste regime de acumulação se alicerçava em métodos rígidos

de organização do processo de trabalho baseado na dicotomia entre concepção e execução, bem como na especialização do trabalhador em uma única função (ALVES, 2007).

Para acentuar a capacidade produtiva e diminuir o tempo de desocupação no trabalho, embasado nos Princípios da Administração Científica formulados por Taylor e publicados em 1911, Henry Ford introduziu em 1913 na indústria automobilística a linha de montagem em série. Nesta organização da produção, o trabalhador se alocava numa posição fixa na fábrica e exercia de forma extremamente reincidente uma tarefa específica o tempo todo, enquanto que o objeto do seu trabalho se locomovia pela indústria em uma espécie de esteira até chegar em frente do trabalhador, que no exato momento encontrava-se equipado em seu posto de trabalho, com todas as ferramentas e instrumentos necessários ao seu alcance (PINTO, 2010).

No sistema de produção em série, o trabalho era realizado de forma fragmentada e o trabalhador não interferia e nem conhecia em essência o funcionamento amplo do processo produtivo, cabia-lhe apenas a função de executar o trabalho rotinizado e desgastante. Para Pinto (2010), a intervenção criativa dos trabalhadores é praticamente nula, tal como a sua possibilidade de conceber o processo produtivo como um todo.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a *esteira* fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla* da *produção em série fordista* com o *cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a *dimensão intelectual do trabalho operário*, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (ANTUNES, 2005, p. 37 - grifos do autor).

Nessa organização produtiva, via regime fordista, tem-se o avanço do capital industrial. A expansão da produção na indústria automobilística “sugou” ao extremo as forças físicas e psicológicas do trabalhador que de tão explorado e alienado exercia de maneira repetitiva e automática o mesmo movimento das máquinas. O ritmo de trabalho determinado pela máquina era veloz, desgastante e as jornadas de trabalho extensamente desumanas, o que se tornara vantajoso para o capitalista se apropriar do sobretrabalho.

A principal característica do fordismo, que o diferenciava do taylorismo, residia na ideologia da produção e do consumo em massa. Tratava-se de “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 1992, p.121).

Após o período pós-guerra em 1945, o sistema fordista se alinhou veementemente à teoria econômica do keynesianismo e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial (HARVEY, 1992). O Estado de orientação Keynesiana, o Estado do *Welfare State*, tem seu eixo de atuação redefinido e assume a função de fomentar a organização social e regular/interferir na economia dos países.

Compete ao Estado do “Bem-Estar Social” uma diversidade de atribuições concernente as questões sociais, como resguardar a sociedade e oferecer serviços públicos (saúde, educação, etc.), assim como encabeçar políticas que promovessem amplas oportunidades de empregos. Dentre suas funcionalidades, o poder estatal também se fazia presente ao ser “exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção” (HARVEY, 1992, p.129) em face de favorecer melhorias significativas à classe trabalhadora.

O intuito mascarado desta proposição, via dimensão da ideia do Estado do “Bem-Estar Social”, se assentava na necessidade de propiciar as condições financeiras para que os trabalhadores conseguissem consumir, por exemplo, os produtos automobilísticos fabricados nas empresas. Era preciso que houvesse demanda para suprir a oferta, para que assim a relação produção-consumo se realizasse e, conseqüentemente, a obtenção do lucro. Neste contexto histórico do capitalismo, o Estado do Bem-Estar Social mostrou-se relevante na sua forma de atuação e de conexões para viabilizar a continuidade do processo de acumulação de capital.

Esta organização político-econômica possibilitou melhores condições de vida para os países centrais capitalistas, prioritariamente, da Europa. Essa experiência ocorreu, segundo Netto e Braz (2009), entre o fim da segunda guerra mundial e a segunda metade dos anos sessenta, período no qual o crescimento econômico e as taxas de lucro no capitalismo conservaram-se em ascensão. Conquanto, a partir desses anos, a onda longa e expansiva de prosperidade escasseou-se. O colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque do petróleo, com a alta dos preços marcada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, demonstraram que a ilusão do “capitalismo democrático” se encerrava (NETTO; BRAZ, 2009, p.213).

Criou-se um cenário de insatisfações no segmento econômico e sociopolítico na sociedade capitalista, o que dificultava a proeminência do regime fordista. Nesta conjuntura Harvey aponta que:

[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos

de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na locação e nos contratos de trabalho. E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora(..) (HARVEY, 1992, p.135).

Por conta das práticas rígidas de organização e produção, com produtos padronizados e verticalizados, o modelo fordista de acumulação não correspondia mais às novas exigências e dinâmica da sociedade capitalista e das empresas, que visavam diversificar a produção e reduzir os estoques de mercadorias, para garantir lucros contínuos. Assistia-se a um momento de crise de superprodução, que em face do desemprego alardeado, promoveu a desaceleração do consumo que reverberou, por sua vez, no declínio do crescimento econômico e da taxa de lucro.

Esse regime de acumulação já não conseguia encerrar os embaraços e acompanhar a dimensionalidade das transformações socioeconômicas, tecnológicas e políticas que o capitalismo havia experimentado na segunda metade do século XX. Tornava-se insustentável o quadro de acontecimentos que se sucediam nessa conjuntura, o que convergiu para a recessão generalizada de 1973, um facto histórico no capitalismo.

Depois de três décadas de altos índices de crescimento econômico, de expansão do consumo incitado pela produção em massa, de acumulação de capitais, conhecida como os “anos dourados”, o paradigma fordista/taylorista começa a se “enrugar” ao demonstrar sintomas de desgaste, tendo como efeito a deflagração da crise estrutural do capital a partir de 1970. De forma elucidativa, Antunes (2005) sintetiza os prelúdios dessa crise como: decrescimento da taxa de lucro em virtude da elevação do preço da força de trabalho na década 60; hipertrofia da esfera financeira que ganhava autonomia frente os capitais produtivos; incremento elevado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, etc.

A crise estrutural do capital, que se instaurou no centro do capitalismo contemporâneo, no século XX, vivenciada pela sociedade se particulariza das demais crises devido a sua amplitude. Trata-se, portanto, de uma crise estrutural e sistêmica, um acontecimento exponencial no decurso da história do sistema capitalista, que respingou em todas as dimensões da sociedade, estabelecendo novos caminhos de sobrevivência para a classe trabalhadora que é ofendida com qualquer movimentação desta lógica societária coordenada para a valorização e expansão do capital.

Sobre a famigerada crise estrutural do capital, o livro *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, István Mészáros (2002) deslinda a ofensividade dessa crise atual, ao aclarar que seu caráter é universal, com abrangência global ao atingir todos os países, numa escala de

tempo é permanente e não apenas cíclica como ocorreu em períodos anteriores, e sua marca é profundamente destrutiva.

Para reverter a conjuntura desfavorável marcada pela “indigesta” crise estrutural que atravessava, o capital buscou traçar novas estratégias para se reestruturar produtivamente. Tornava-se necessário um novo modelo de regulamentação capitalista que favorecesse a recuperação das taxas de lucros de outrora, de modo a manter o ciclo de produção/reprodução e nível de acumulação do capital anterior à crise estrutural. É nesse contexto de transformações e exigências que emerge o regime de acumulação flexível e que se tornara referência em escala global. Para Harvey (1992), contrária à rigidez do padrão de acumulação Fordista, a acumulação flexível se apoia:

[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) (1992, p.140).

O regime de acumulação flexível constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva e o toyotismo passou a ser o “momento predominante”. Apesar de ter se originado no Japão na década de 1950, é a partir da mundialização do capital que o toyotismo apresenta dimensão universal (ALVES, 2007). De acordo com este autor, a instauração desse modelo de produção industrial implicou em mudanças na forma de organização da produção e controle do trabalho. A ideologia neoliberal, a desregulamentação das leis trabalhistas, a flexibilização do trabalho são expressões desse processo de reconfiguração do capitalismo. Sobre as novas mudanças no *modus operandi* do sistema capitalista, em tempo de crise estrutural, o sociólogo Ricardo Antunes elucida:

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação cujos contornos mais notórios foram o advento de políticas neoliberais, com privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005, p.31).

A nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “espírito do toyotismo” (ALVES, 2007). As técnicas gerenciais do modelo toyotista combinadas às inovações da Revolução Técnico-científica-informacional (III Revolução Industrial) serviram para acentuar o nível de exploração/precarização do trabalho, além de promover a ampliação da instabilidade dos trabalhadores nos postos de trabalho, sendo também responsável pelo desemprego estrutural da eclosão da crise.

As premissas desse novo padrão produtivo se diferenciam do regime taylorista/fordista por estarem alicerçadas em uma “produção enxuta” que valoriza a produção diversificada, orientada para corresponder a demanda e a lógica de mercado. É o consumo que determina o ritmo e os tipos dos produtos que serão fabricados nas empresas.

A essencialidade do toyotismo implica na constituição de um empreendimento capitalista embasado na produção fluida, flexível e difusa. Este modelo produtivo apresenta como características fundamentais os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, sistemas de produção *just-in-time* e *Kanban* (fundamentado em um estoque mínimo e sistema de senha de comando para estoque e produção), as novas formas de pagamento e de remuneração flexível, a terceirização capaz de instaurar uma “produção enxuta” e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), empreendimentos subcontratados; produção baseada em *team work*, etc. (ALVES, 2007; ANTUNES, 2010).

No contexto brasileiro, as primeiras sinalizações do processo de reestruturação produtiva foram manifestadas na década de 1980, período que compreende o fim da ditadura militar no país, impulsionando as empresas a se adequarem às novas formas de organização da produção e à nova divisão internacional do trabalho que se delineava, consoante às diretrizes do modelo toyotista da fase de reconfiguração do capitalismo. Observou-se a ampliação da informatização produtiva, principiaram-se os usos do sistema *just-in-time*, da produção assentada em *team work*, nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica (ANTUNES, 2010). Convém ressaltar que enquanto no Brasil esse processo se iniciava, nos países da Europa e nos Estados Unidos já ocorria antes, desde o século XX.

De acordo com este autor, as indústrias passaram a incorporar as inovações tecnológicas, ainda que de forma restrita e seletiva no princípio, o que permitiu atribuir maior eficiência ao processo produtivo, reduzir o tempo e minimizar erros e gastos na produção, em contrapartida acarretou o enxugamento da força de trabalho e elevação das condições de

exploração e precarização do trabalho. Deve-se levar em consideração que a continuidade do setor produtivo somente foi garantida com a continuidade da tomada de empréstimos com juros muito mais altos no cenário brasileiro.

No entanto, foi nos anos de 1990, que o processo de reestruturação produtiva assumiu consistência firme no Brasil, por meio da incorporação das orientações da acumulação flexível e da ideologia do toyotismo, com a intensificação do *lean production*, do sistema *just-in-time*, Kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2010, p.17). Neste seguimento, Giovanni Alves corrobora ao afirmar que:

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil (ALVES, 2007, p.158).

Com a reestruturação produtiva do capital e a regulação neoliberal novas relações de trabalho foram ofensivamente traçadas e o processo de desregulamentação do trabalho conformado, o mundo do trabalho foi metamorfoseado no mercado brasileiro, ou seja, (des) estruturado para reestruturar o capital. Essa realidade se desenvolveu em um contexto assinalado por amplas transformações na organização da dinâmica do capitalismo, com a mundialização do capital e avanço do capital financeiro.

A reestruturação produtiva da era da acumulação flexível se desenvolve no bojo do processo de mundialização do capital, tendo o capitalismo assumido novos formatos na sua nova face de desenvolvimento. No livro *A Mundialização do Capital*, François Chesnais(1996) faz uma análise do capitalismo dos nossos tempos, tendo como objetivo principal a hegemonia do capital financeiro na mundialização contemporânea. O autor entende que a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos:

O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p.34).

A mundialização do capital expõe com proeminência o domínio do capital financeiro e sua funcionalidade na geração de riquezas de forma acentuada, mais fácil e profundamente

desigual na sociedade capitalista. Para Chesnais (1996), o capital financeiro representa aquela fração de capitalistas, que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do mercado financeiro. “É na produção que se cria riquezas, a partir da combinação social de formas de trabalho, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destilação social dessa riqueza” (CHESNAIS, 1996, p. 15). Ao corroborar com o pensar deste autor Alves (2007) exprime:

O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade líquida e segura são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papeis (ações, moedas e títulos público) que se disseminaram nos últimos vinte anos. A financeirização da riqueza se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais-dinheiro contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital e depois, por uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (p.179).

O capital produtivo fica sob o controle do capital fictício. A lógica do capital financeiro corresponde a necessidades e motivações do capital em busca da valorização maior e mais rápida do que a alcançada na produção. Para isso avança no oferecimento e nas formas de exploração do trabalho humano em vias de se apropriar do valor excedente, sem receios dos rebatimentos corrosivos que atingirão a classe trabalhadora, seja por meio da precarização do trabalho ou da contribuição para elevar o desemprego.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros (CHESNAIS, 1996, p.16-17).

A predominância do capital financeiro, que compõe a mundialização do capital, de essência rentista, objetiva amplamente o alcance de lucros excedentes, mesmo que para isso desorganize o mundo do trabalho a serviço da valorização do capital e continuidade do sistema capitalista. É nesse contexto de reestruturação produtiva, desenvolvida a partir da mundialização do capital, que ocorre a exacerbação do conflito capital/trabalho, a agudização do desemprego e da precarização, formas flexibilizadas de trabalho, alargamento dos problemas sociais e econômicos que ocorrem em escala local e global, pois a crise estrutural do capital

que se arrasta até os dias atuais no século XXI é responsável pelo desmonte e metamorfoses no universo do trabalho.

É no âmago desse debate teórico que se encontra o (des)envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias de Sergipe, que têm assumido formas viáveis de continuidade da expansão do capital na conquista de novos territórios produtivos, bem como na garantia da exploração da sua principal fonte de lucro: a força de trabalho. A organização da atividade cerâmica em arranjos produtivos representa os rebatimentos desta reorganização produtiva do capital que revela sua face ofensiva, sobretudo, aos trabalhadores e trabalhadoras que encontram nesta forma de atividade uma oportunidade de trabalho, embora sob condições desfavoráveis e precárias nas fábricas cerâmicas.

2.2 – A (des) estruturação do mundo do trabalho como ofensividade da reestruturação produtiva do capital.

Como corolário das nocivas transformações engendradas com o processo de reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo, nas últimas décadas do século XX, o mundo do trabalho foi (des) estruturado, ficando os trabalhadores à margem das benesses concedidas ao capital no contexto de acumulação flexível. De acordo com Antunes (2005), a classe trabalhadora se tornou ainda mais fragmentada, heterogeneizada e complexificada. Criou-se de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, mas por outro lado intensificou o contingente de trabalhadores precarizados e desqualificados, que atualmente vivenciam as perversas formas de trabalho *part-time*, temporário, parcial, ou estão imersos no obscuro universo do desemprego estrutural.

Para Antunes (2005), essas mutações engendraram uma classe trabalhadora:

[...] dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (p.191).

A possibilidade de acesso a alguma forma de emprego ou trabalho, tem impellido os trabalhadores a se submeterem às condições de trabalho mais desapropriadas, extremas e/ou informais, seja no campo ou na cidade, como oportunidade para assegurar a sua sobrevivência material. Desse modo, para se inserir no mercado de trabalho os trabalhadores precisam se adequar a relações de trabalho e de produção embasadas no processo de flexibilização, o qual

tem sido apresentado na sociedade capitalista como instrumento favorável à garantia do aumento expressivo dos postos de trabalho, diante das transformações nesta fase de reconfiguração do capitalismo.

Por trás das “cortinas” desse cenário se encontram as reais motivações do capital na sustentação do discurso da “flexibilização”, que embora busque incutir no ideário social as vantagens do trabalho flexível, este mecanismo serve para encobrir a existência fortalecida das condições de precarização do trabalho, do crescimento da força de trabalho “supérflua” e da acentuação da exploração do trabalho. A lógica e o ritmo do capitalismo, na fase de acumulação flexível é alijar os trabalhadores para posteriormente incluí-los no universo do trabalho de forma ainda mais precária e subversiva.

La flexibilización no es una solución para aumentar la ocupación sino una imposición a la fuerza-trabajo para la aceptación de salarios reales más bajos y con peores condiciones de trabajo. Y en este ámbito se ha reforzado un nuevo segmento de la oferta de trabajo a través el llamado mercado sumergido en que se difunde el trabajo irregular, precario y sin garantías. Con el postfordismo y la mundialización económico-productiva, el trabajo “sumergido” ha asumido dimensiones mucho más grandes, aunque porque los países industrializados han movido sus producciones más allá de los confines nacionales y sobre todo han invertido en países donde son mínimas las garantías, y donde es alta la especialización del trabajo, produciendo de esta manera costos fundamentales menos elevados, aumentando la competitividad (VASAPOLLO, 2008, p.04).

A flexibilização do trabalho trata-se de uma realidade que acontece em escala global, embora com desdobramentos diferenciados entre o conjunto dos países capitalistas centrais e capitalistas periféricos. Entretanto, a funcionalidade é similar: reduzir os trabalhadores e as trabalhadoras a “máquinas” que produza mercadorias e que se encaixem tacitamente nas condições e nos arranjos de empregos delineados pelo próprio sistema do capital.

Diante das vicissitudes do processo de reestruturação produtiva, a relação conflituosa ente capital/trabalho agravou-se. Nesta esteira, o trabalhador tornou-se ainda mais submisso à racionalidade do sistema metabólico do capital, que por ser inerentemente contraditório e destrutivo, tem acarretado a precarização generalizada do trabalho. Todas as formas de incorporação do trabalhador no mercado de trabalho, guiado pelo modelo toyotista/flexível, perpassam pelo crivo do capital, o qual busca continuamente reprimir e explorar o trabalhador para usurpar a mais-valia produzida, “todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível” (CHESNAIS, 1996, p.17).

Tornar-se-á cada vez mais dificultosa a permanência estável do trabalhador neste (des)estruturado mundo do trabalho que se encontra imbuído de oscilações e caracterizado pela ampliação severa da informalidade e do desemprego. Nesse enquadramento, têm-se por certo que as novas tecnologias desenvolvidas, no contexto de reestruturação produtiva, contribuíram para transformar a forma de inserção, a realização e as condições de trabalho dos trabalhadores.

No seu duplo processo contraditório, o emprego da tecnologia serve, por um lado, para potencializar o processo produtivo nas empresas e, por outro, para acelerar a exploração da força de trabalho. Essa ofensividade foi salientada por Marx (2013, p.469), “a maquinaria desde o início amplia, juntamente com o material humano de exploração, ou seja, com o campo de exploração propriamente dito do capital, também o grau de exploração”. O mal não reside necessariamente na utilização da técnica e da ciência na produção, mas na forma astuta com que os capitalistas se apropriam das novas tecnologias para explorar e subjugar o trabalho humano e assim sustentar as condições de reprodução do capital e desenvolvimento do capitalismo.

Com a incorporação intensiva das modernas tecnologias nas empresas, a inserção do trabalho vivo foi fortemente diminuída, os postos de trabalho foram quantitativamente abalados, gerando insegurança no trabalho. Ou seja, com o aperfeiçoamento das forças produtivas, os trabalhadores foram vorazmente subtraídos dos espaços produtivos.

O aparato tecnológico corroborou para a elevação da precarização da força de trabalho, redução dos níveis salariais, acentuação do desemprego, aumento do trabalho informal, etc. É inegável que o maquinário empregado no âmbito do trabalho exacerbou o desemprego em escala global, ao destituir os trabalhadores dos seus empregos, conquanto, este não é o único vilão dessa trama social.

A mecanização empregada no processo produtivo das olarias do estado de Sergipe se apresenta de maneira extremamente deficiente, sendo que o principal maquinário utilizado na produção das telhas é a máquina extrusora (maromba). Com base na figura 01 observa-se que o maquinário incorporado nas olarias, além de ser frugal e antigo, mostra-se em condições precárias, o que implica na quantidade e na qualidade dos produtos fabricados no interior da fábrica. A carência de maquinário moderno prejudica a rentabilidade dos negócios dos oleiros e a competitividade no mercado.

Figura 01 – Maquinário utilizado no processo produtivo das olarias de Sergipe.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaiana -SE, outubro de 2015.

Foto: Genivânia Maria da Silva.

O maquinário utilizado nas indústrias de cerâmica vermelha em Sergipe é bem mais moderno que nas olarias. Ainda que no processo produtivo as máquinas empregadas sejam as mesmas para todas as cerâmicas vermelhas, o que irá diferenciar é a tecnologia utilizada em cada empresa, que de forma geral não destoa muito uma da outra, apresentando praticamente o mesmo nível tecnológico. Os ceramistas que detêm maquinários modernos conseguem potencializar a produção e a produtividade e, conseqüentemente, oferecem peças cerâmicas de melhor qualidade ao consumidor, o que lhe confere saliência no mercado local.

Entre as indústrias investigadas, situada no município de Propriá e integrante do complexo industrial de cerâmica, a “Cerâmica Amorim” se realça por abarcar equipamentos e maquinários modernos no processo produtivo cerâmico. Com o propósito de expandir a produção e tornar-se referência no segmento cerâmico brasileiro, o proprietário da “Cerâmica Amorim” está investindo em novas tecnologias para suas empresas alocadas em Sergipe. O ceramista pretende concretizar, ainda no ano de 2016, o projeto de implantação de uma nova indústria de cerâmica vermelha totalmente automatizada, com equipamentos sofisticados e com muita tecnologia, equipados com sensores de infravermelhos e fotocélulas, todos coordenados/controlados por softwares de última geração, monitorados à distância via *internet*.

A cerâmica que será erigida em Propriá contará com a presença de robôs, que exercerão no processo produtivo principal a função de automatização e viabilidade econômica da fábrica, já na linha de produção, assumindo a função de enfornador e desenfornador, isto é, os robôs

realizarão a carga e a descarga dos fornos. Com a consolidação do projeto, esta cerâmica se tornará a primeira empresa automatizada com o emprego de robôs no segmento de cerâmica vermelha em Sergipe. O projeto está sendo embasado em modelos de empresas automatizadas e bem-sucedidas, como a “Cerâmica Princesa” do estado de Santa Catarina, a qual se destaca por incorporar cerâmicas modernas com robôs no processo produtivo, tornando-se referência no setor cerâmico nacional.

A depender da produção de cada empresa e do tipo de aplicação, cada robô pode chegar a produzir aproximadamente 120 mil peças diariamente, sob uma jornada de trabalho de 08 horas semanal; um único robô (trabalho morto) consegue substituir em torno de 15 a 20 trabalhadores nas empresas. A figura 02 demonstra o braço robótico exercendo a função de enfiador de blocos no processo produtivo da “Cerâmica Princesa”. Esta inovação tecnológica a serviço da lógica do sistema do capital, em favor do desenvolvimento cerâmico, se mostrará ofensiva aos trabalhadores do município de Propriá, uma vez que perderão os postos de trabalho para os robôs com a efetivação da indústria de cerâmica vermelha automatizada. Esta situação contribuirá para alargar o quadro de desemprego em Sergipe e na comunidade local, além de inquietar os ceramistas concorrentes que serão “esmagados” no mercado se, porventura, não se adequarem às inovações.

Figura 02 – Robô empregado no processo produtivo na indústria de cerâmica vermelha automatizada.



Fonte: Cerâmica Princesa situada no município de Rio do Sul -SC, Junho de 2016.

Foto: Cleomadson de Lima Pinheiro¹⁴.

No que concerne à figura 01, já pronunciada, são constatadas as precárias condições de realização do trabalho nas olarias do município de Itabaiana, onde os trabalhadores se encontram “imersos” na informalidade, sendo diariamente desafiados e encorajados a exercer dignamente seu trabalho. As olarias não oferecem condições apropriadas de infraestrutura para a efetivação dos trabalhos, não há iluminação adequada, o piso é feito de barro, o que compromete a movimentação dos trabalhadores e o transporte dos produtos, o ambiente é extremamente úmido e alguns trabalhadores ainda preferem trabalhar descalços, a fim de facilitar a mobilidade no interior da fábrica, além de trabalharem totalmente desprovidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Como o espaço físico é pequeno e desorganizado, os trabalhadores além de tudo precisam disputar o ambiente com o maquinário, com o amontoado de argila, com as prateleiras (alocação das telhas para secagem), reservatório de água, etc.

Tais condições desfavoráveis deixam os trabalhadores vulneráveis no ato laboral e, “imersos” no universo instável e sombrio do trabalho informal nas olarias, padecem por estarem destituídos dos direitos trabalhistas e da segurança no trabalho, sendo fortemente

¹⁴ Gerente de produção na “Cerâmica Amorim” e responsável por administrar o projeto de implantação da nova empresa de cerâmica vermelha automatizada e robotizada no município de Propriá. Para essa concretude tem pesquisado e visitado empresas nesse seguimento em todo o Brasil, por isso a possibilidade de acesso as informações e fotos de robôs de outra empresa nessa pesquisa.

desestruturados pela ferocidade do capital que obstina, tão somente, extrair e se apropriar o máximo do sobretrabalho.

É preciso salientar que o desenvolvimento do trabalho informal não é uma realidade exclusiva encontrada na hodierna feição do mundo do trabalho, sua atuação tem se intensificado e assumido “novos” contornos mediante o processo de reorganização do capitalismo de acumulação flexível. A propalada sedimentação das atividades informais no mercado de trabalho deveu-se, sobremaneira, por constituir-se em uma alternativa, ainda que oscilante, de empregabilidade para o trabalhador(a) que está excluído/desempregado. Contudo, quem se beneficia desta trama são os capitalistas ao se apropriarem da riqueza gerada no trabalho informal para assegurar os patamares reprodutivos e acumulativos do capital.

As atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, visto que conduzidas mais de perto pelo capital, podem ser até mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, uma vez que também liberam os empresários das relações de assalariamento e em decorrência, dos custos sociais fundados no vínculo empregatício (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.44).

De acordo com o autor encimado, o processo de reestruturação produtiva no Brasil tem instigado de forma acentuada o crescimento e o alargamento do setor informal que incorpora empregados e desempregados, diferentemente das atividades autônomas que antigamente recebiam essa denominação. Nesse sentido, o setor informal não se restringe ao enquadramento de força de trabalho que atua independentemente, “essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.44).

O temível desemprego estrutural – que está entranhado no tecido social na fase de reorganização do capitalismo flexível – tem conduzido o trabalhador à aceitação de formas de trabalho informais, precárias e exaustivas, como nas olarias, tingidas pela necessidade de garantir as condições para a produção material “[...] através do *medo do desemprego* o trabalhador assalariado *consente* maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas” (ALVES, 2007, p.197- grifos do ator).

É cultivando o medo que o capital busca constituir novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo tende a “dissolver” o sujeito e a subjetividade humana. É o estofo do fetichismo agudo que permeia as relações estranhadas da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico (ALVES, 2007, p.197-198).

Submeter-se às ofensivas formas de trabalho, ordenadas pelo capital, é o destino dos trabalhadores, os quais devem estar abertos às mudanças e riscos impostos por este sistema. E na produção de cerâmica vermelha a pulsação não é diferente, embora sejam empresas legalizadas, em sua maioria, as irregularidades existem. Além disso os trabalhadores enfrentam trabalhos desgastantes e precarizados, sendo aviltantemente explorados no labor.

As esvaziadas possibilidades de escolhas de emprego têm conduzido os trabalhadores e as trabalhadoras a se empregarem nesta forma de atividade produtiva degradante, como estratégia de sobrevivência humana. “Na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitam qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à irracionalidade do capital e à lógica do mercado” (CONCEIÇÃO, 2007, p.95).

Quanto mais precárias as condições de trabalho e quanto mais explorado o trabalhador, maior é a usurpação da mais-valia, ou seja, o lucro dos empresários capitalistas. A precarização do trabalho é uma realidade indubitável, expressão ressaltada dessa fase de reorganização do capitalismo nos meandros da mundialização do capital, o que mostra a agressividade do capital à subjetividade do trabalhador. A precarização afeta os direitos dos trabalhadores, desqualificando a força de trabalho humana.

A precarização é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado (...) a precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado (ALVES, 2007, p.115).

A precarização permeia as distintas formas de trabalho no (des) organizado mundo do trabalho e embora seja residente as marcas da precarização no trabalho informal não lhes é exclusividade. Para Alves (2007), a precarização do trabalho atinge não somente o setor informal, imerso na precariedade estrutural e historicamente precarizado, mas a totalidade viva do trabalho em suas diversas maneiras objetivas e subjetivas.

O ataque do capital é tão perverso, nessa nova conjuntura histórica do capitalismo, que corrói a plenitude do universo do trabalho aos seus interesses valorativos. Ou seja, subverte e precariza as formas de trabalho, sobremaneira, aquelas em que os trabalhadores estão mais suscetíveis e desprotegidos legalmente, deixando-os com pouca ou nenhuma alternativa de escolha e sempre passando pela decisão e grandiosidade do poder destrutivo do capital. De acordo com Vasapollo (2008, p.06), “La nueva condición del trabajo es privada siempre más

de los derechos, de los amortiguadores sociales, de la democracia misma; todo se convierte precario, sin alguna seguridad de continuidad”.

E aqueles sujeitos sociais que não conseguirem se incorporar ao mercado de trabalho, de alguma forma, acabam sendo compelidos, “empurrados”, a compor a espaçosa fileira do desemprego e inevitavelmente cairão nas profundezas da pobreza aguda. Contudo, convém clarificar que o desemprego não é uma novidade passageira, é um elemento compositivo da racionalidade contraditória do capitalismo, embora, se processe com ritmos e sinuosidades variadas nas distintas fases deste modo de produção. Na sociedade capitalista o desemprego é necessário para deixar os trabalhadores submissos as “chicoteadas” do capital, que busca complexificar e arquitetar todos os tipos de estratégias para assegurar a subjugação do trabalhador aos gestores capitalistas.

É sob a organização do capitalismo flexível que um novo modelo de desemprego vem a se moldar, assumindo formas bem mais abrangentes e maléficas. Nas expressões dos períodos anteriores, meados do século XX, o desemprego aparecia de maneira “escamoteada” e concentrava-se, sobremaneira, nos países capitalistas periféricos e atingia amplamente os trabalhadores desqualificados, os sujeitos sociais que se encontravam à margem do processo de “modernização”.

Foi sistematicamente ignorado o fato de que a tendência da “modernização” capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, implicavam em última análise a *reversão* da própria tendência: ou seja, o colapso da “modernização” articulado a um desemprego maciço. Esse aspecto da maior gravidade simplesmente precisa ser ignorado, posto que seu reconhecimento é radicalmente incompatível com a continua aceitação das perspectivas capitalistas do controle social (MÉSZÁROS, 2011, p.68).

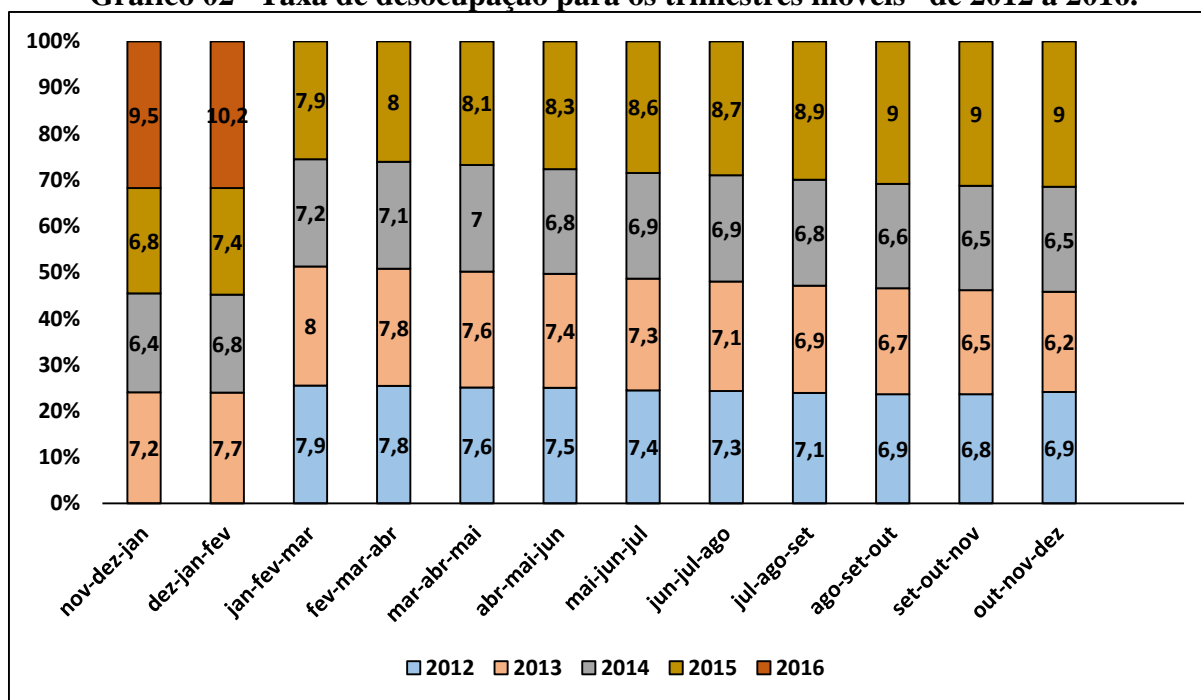
Seria desnecessário afirmar que a racionalidade lucrativa do capital, ao fomentar o processo de “modernização”, causaria contraditoriamente uma “explosão” de amarguras à classe trabalhadora ao elevar o desemprego, tornando-o estrutural. É certo que a crise estrutural do capital aprofundou o desemprego e os atingidos com as consequências da “modernização” não são tão somente os trabalhadores desqualificados mas todo o conjunto da classe trabalhadora desde os trabalhadores qualificados aos desqualificados, formal ou informal, de qualquer gênero ou classe social.

O problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mais atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos

disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos” de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial (MÉSZÁROS, 2011, p.69 – grifos do autor).

O agravamento da condição do desemprego é expressão dos rebatimentos da crise de acumulação no capitalismo. O assombroso desemprego que assola a sociedade brasileira tem angustiado a classe trabalhadora, desestruturando-a. Estudo realizado pelo IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua, revelou a situação dramática e preocupante do mercado de trabalho no Brasil, no período de 2002 a 2016. Segundo o levantamento da pesquisa, a taxa de desocupação no trimestre móvel finalizado em fevereiro de 2016 foi de 10,2% no Brasil, superior a todas as taxas dos trimestres móveis dos anos anteriores. Em novembro de 2015, nesse mesmo trimestre a taxa de desocupação foi inferior, atingindo 7,4%. Sendo assim, constata-se que a taxa de desocupação no Brasil aumentou 2,8 pontos percentuais (7,4% para 10,2%), quando se compara o trimestre de dezembro a fevereiro de 2015 ao mesmo trimestre de 2016 (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Taxa de desocupação para os trimestres móveis* de 2012 a 2016.



Fonte: PNAD contínua /IBGE.

*A taxa dos trimestres móveis são calculados utilizando as informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa.

Obs: A PNAD contínua começa a coletar dados em 2012, por isso a ausência de dados nos trimestres móveis de novembro a janeiro e de dezembro a fevereiro de 2011. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2016.

No Brasil existe um número espantoso de pessoas ociosas e vivendo com uma renda tão indigna que recorrem a auxílio de políticas e programas governamentais para sobreviverem. O desemprego estrutural é fortemente “patológico” para a classe trabalhadora, ao provocar a redução das oportunidades de trabalho comprometendo os meios de sobrevivência dos desempregados, além de contribuir para a potencialização dos conflitos sociais, ampliar as desigualdades sociais e econômicas, reproduzir a pobreza, etc.

De forma velada e contraditória, o desemprego serve por um lado para gerar riqueza beneficiando uma minoria e pobreza para a maioria dos sujeitos sociais. A pobreza faz parte do duplo caráter do capitalismo que necessita manter os trabalhadores nas condições de miserabilidade, para serem absorvidos e explorados conforme as ordens do sistema. Sem perspectiva de trabalho, os trabalhadores desocupados, que compõem o “exército de reserva”, são lançados ao pauperismo, ao cenário de miserabilidade construída e remodelada pela sociabilidade dominante.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. A sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (MARX, 2013, p.719).

De acordo com o autor, “quanto maiores forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (MARX, 2013, p.719) e na sociedade contemporânea o pauperismo além de ser expansivo é devastador à classe trabalhadora. Neste entendimento, a disponibilidade expressiva da força de trabalho humana constitui-se em um elemento essencial para a reprodução e expansão do capital, para o funcionamento saudável da dinâmica do modo de produção capitalista.

Em consonância com essa compreensão, o geógrafo Harvey aponta (2011, p.55), “esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso)”. Quando realizadas de forma efetiva, essas condições possibilitam o poderio e a continuidade da acumulação de capital e, conseqüentemente, o empobrecimento e a submissão da classe trabalhadora a classe dominante.

Nesse arranjo, revestido de ofensividades, o desemprego estrutural se apresenta como estrategicamente funcional à valorização do capital em detrimento da força de trabalho. A

ampla reserva de sujeitos supérfluos, que divagam na esperança de uma oportunidade de emprego, faz com que a força de trabalho decaia, e seja desvalorizada. Quanto maior se mostra a disponibilidade de trabalhadores ociosos, melhor para os capitalistas que se aproveitam dessa realidade para subjugar os trabalhadores ao processo de trabalho precário e desregulamentado, montado e oferecido por este sistema econômico, no desconfortável mundo do trabalho.

A elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da “década neoliberal” contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando o sindicalismo combativo de luta de classe; mas possuiu uma função sócio-reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimento estimulado pelo medo do desemprego (ALVES, 2007, p.198).

Estas organizações promovem uma série de desajustes na sociedade, ao estabelecer uma nova sociabilidade regada a incertezas e conducente aos mecanismos de reprodução contraditória do sistema metabólico do capital. O desemprego estrutural e o desmonte em que se encontra o universo do trabalho têm canalizado a sociedade em direção à barbárie. Neste processo, a intencionalidade da classe social dominante é tão somente a obtenção do lucro pelo/para capital, mesmo que para este fim precise golpear a humanidade, a classe trabalhadora e seus direitos trabalhistas conquistados.

Mesmo com todas as mutações no mundo do trabalho – desemprego estrutural, precarização, inovações técnico-científica que avançam na “substituição” da força de trabalho humana pelo maquinário, reduzindo o contingente de trabalhadores ocupados – o trabalho não perde sua centralidade, não chega ao fim. Isso porque novas formas de trabalho, mesmo que precárias, informais, terceirizadas são emergidas ou ainda velhas atividades econômicas são revitalizadas, como as olarias e cerâmicas em aglomerações produtivas, legitimando a essencialidade do trabalho na sociedade capitalista. “O capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (ANTUNES, 2000, p.44). Além disso, a exploração do trabalho vivo é fundamental para a reprodução do capital.

Para Antunes (2005), há uma dupla dimensão presente no processo de trabalho que cria mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza. A desconsideração desta dupla dimensão permitiu que muitos autores equivocadamente defendessem o fim do trabalho.

Las tendencias actuales, con el aumento del numero de los trabajadores salariales empeñados afuera de la producción material, el aumento del numero de empleados, de flexibles, de precarios, de temporales, de atípicos en general, el incremento de la tasa de trabajo intelectual, o del falso trabajador autónomo, en la composición de “obrero colectivo”, están lejos de testimoniar la “desaparición” de la clase obrera o de la clase trabajadora en general (VASAPOLLO, 2008, p.07).

Com o processo de reestruturação produtiva, a relação capital/trabalho se torna mais conflituosa, o universo do trabalho passa por ofensivas transformações e assume novas feições, nesta trama, o trabalho feminino é consolidado no espaço produtivo, sobremaneira, nas ocupações mais suscetíveis à depreciação da sua força de trabalho.

Essa condição do trabalho feminino caracteriza bem a realidade das trabalhadoras inseridas nas olarias e nas cerâmicas vermelhas de Sergipe, que apesar de exercerem funções importantes e indispensáveis ao funcionamento desta organização produtiva, são aviltantemente desvalorizadas e alocadas, sobretudo, nas tarefas mais desgastantes que exigem um nível maior de atenção e “delicadeza”. Para tanto, a discussão do trabalho feminino neste estudo se fundamenta em compreender a funcionalidade desta força de trabalho para o segmento cerâmico e como os capitalistas, ceramistas e oleiros têm se beneficiados da incorporação e sustentação das mulheres nesta forma de atividade econômica que encontram nas cerâmicas e olarias possibilidade de obter renda, de arrumar emprego e de se inserir no precário, submisso e desigual universo do trabalho.

2.3 – As facetas do trabalho feminino no precário mundo do trabalho das olarias e cerâmicas vermelhas em Sergipe.

Com as novas transformações no mundo do trabalho, promovidas pelo processo de reestruturação produtiva do capital na era da acumulação flexível, houve a ampliação do trabalho feminino no espaço produtivo. Não obstante, o fenômeno da feminização do trabalho vem sendo seguida por uma profunda elevação do processo de exploração/degradação e precarização do trabalho. A sociedade capitalista considera o trabalho feminino inferior ao masculino, sendo propalada pela ideologia burguesa como uma força de trabalho complementar ao trabalho do homem.

A condição de opressão feminina, as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, na sociedade contemporânea, não é um processo “natural” e a-histórico, mas socialmente construída. Por meio da análise sócio-histórica da literatura sociológica, e também da ciência geográfica, é possível compreendermos que foi com a origem da família

monogâmica-patriarcal, com a propriedade privada e a estrutura de classes que a mulher passou a ocupar um papel de inferioridade e de submissão ao poder masculino. Nesta organização familiar, o homem passa a ser considerado o responsável pelo sustento da família e por isso destinava-se ao espaço produtivo, enquanto a mulher era considerada uma simples propriedade do homem, sendo, portanto, cerceada ao espaço reprodutivo.

No livro, *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels mostra que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão de sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1984, p.70-71). Para o autor, a monogamia surge na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, sendo que:

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros (ENGELS, 1984, p.71).

Com a divisão do trabalho entre os sexos subordinada à existência de classes sociais, a condição feminina de subjugação e desvalorização se aprofunda na sociedade. As condições objetivas e subjetivas produzidas nesta trama social incidiram na forma de incorporação das mulheres no espaço público e no espaço privado, sendo que as práticas e o conhecimento das mulheres adquiridos no espaço reprodutivo são aproveitados na realização do trabalho no âmbito produtivo.

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero dominação. (...) As práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente aproveitadas nas relações de trabalho propriamente capitalistas ou não, formais ou informais (LOBO, 1991, p.173-174).

A divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam grandemente no tempo e no espaço (HIRATA e KERGOAT, 2007). Para as autoras, esta plasticidade possibilitou novas configurações da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista industrial, com a incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

Com a revolução industrial o trabalho feminino passou a ser absorvido de forma expressiva na produção, pois se necessitava dessa força de trabalho “menos especializada” e que não apresentava uma força muscular grandiosa como a masculina. Decerto, tratava-se de mais uma estratégia capciosa dos dirigentes do capitalismo para extrair trabalho excedente e amplificar o número de assalariados no mundo do trabalho, tornando-os úteis ao processo de expansão da indústria e de acumulação do capital.

A histórica condição de submissão das mulheres na sociedade foi apropriada pelo capital e utilizada para rebaixar seus salários (bem como de toda a classe trabalhadora), e submetê-las as perversas e exaustivas jornadas de trabalho permeada por um nível aviltante de exploração e precarização. Tanto o trabalho feminino quanto o infantil foram expressivamente incorporados pela ampla indústria, uma vez que se tratava de segmentos da sociedade historicamente inferiorizados e reprimidos nas relações de gênero e classe. Ou seja, tornava-se conveniente subjugar-los aos ritmos e controles do capital.

À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família (MARX, 2013, p. 468).

A força de trabalho feminina e infantil foram apoderadas pelos capitalistas como subsidiárias, contudo servindo para fortalecer a expansão do capital. Esta condição desvalorizou a força da mulher em relação ao valor da força masculina. A tônica nesse novo período histórico foi inserir no mercado todos os membros da família para gerar valor em virtude de atender a novas exigências do mercado e do sistema capitalista.

A participação das mulheres no processo industrial lançou bases para a continuidade do trabalho feminino no espaço produtivo em outras fases do capitalismo, em primazia, nesta fase agitada de reestruturação produtiva, sob o paradigma neoliberal, permitindo a afluência definitiva das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, essa incorporação se dá nas ocupações mais precárias em que ocorrem descontinuidades frequentes, de caráter parcial, informal e com redução dos níveis salariais.

Entretanto, foi sob este impulso, atendendo às urgências produtivas do capital, que as mulheres passaram a ocupar também novas ocupações até então designadas aos homens. Este traço de visibilidade do trabalho feminino na sociedade contemporânea foi anunciado em escala global, contudo, sob ritmos diferenciados nos distintos países. No Brasil esta realidade não foi sentida de forma distinta, sendo a participação das mulheres no mercado de trabalho um fenômeno expressivo e determinante na composição da classe trabalhadora e para o crescimento econômico nacional.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE, desde a década de 1980 vem ocorrendo a ampliação da População Economicamente Ativa (PEA) feminina. Na tabela 06 é possível observar que, em todo o período considerado, a proporção de mulheres aumentou em relação aos trabalhadores, atingindo um percentual de 9,3%, passando de 31,1%, em 1981, para 40,6%, em 1998. Em contrapartida, combinado neste movimento, houve uma queda na proporção de homens na PEA de quase dez pontos percentuais no período demarcado, passando de 68,7%, em 1981, alcançando 59,3% em 1998 (NOGUEIRA, 2010).

Tabela 06 – Indicadores de Participação Econômica, por sexo, Brasil, 1981 a 1998.

	População Economicamente Ativa- PEA*(milhões)		Proporção de mulheres e homens entre os trabalhadores (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1981	32,6	14,8	68,7	31,3
1985	36,6	18,4	66,5	33,5
1990	41,6	22,9	64,5	35,5
1993	42,8	28,0	60,4	39,6
1995	44,2	30,0	59,6	40,4
1998	45,8	31,3	59,3	40,6

Fonte: PNAD/IBGE. In: NOGUEIRA, C.M.2010. Adaptada por: Genivânia Maria da Silva, 2015.

*PEA é constituída pelo total de pessoas empregadas ou em busca de trabalho maiores de 15 e menores de 65 anos de idade.

Os dados apresentados denunciam que, mesmo com a predominância da participação masculina na PEA, as mulheres têm se tornado cada vez mais visíveis e indispensáveis ao movimento do capital no espaço produtivo. Isto demonstra a dinamicidade do mercado de trabalho brasileiro que se molda conforme as determinações do sistema econômico hegemônico; bem como revela a busca das conquistas femininas nos espaços sociais, mesmo permeados de conflitos e desigualdades.

Essas transformações no universo do trabalho, com inclusão das mulheres, foram reflexos das mudanças socioeconômicas, demográficas e culturais que o Brasil vinha vivenciando e foram intensificadas nestas últimas décadas do século XX. A constância da intensidade do trabalho feminino advém de uma conjugação de fatores como a modernização do país, redução da taxa de fecundidade, elevação da expectativa de vida, inserção relevante das mulheres nas universidades, etc. Tais variantes conectadas contribuíram para o crescimento excelso do trabalho feminino no mercado brasileiro.

Sustentado por esta base teórica – ao acompanhar mais de perto esta inserção – é possível analisar a evolução da participação das mulheres e dos homens na PEA em um período mais recente, de 2001 a 2013, e constatar que houve um crescimento da participação das mulheres, embora com um ritmo mais lento. Ou seja, a participação feminina se manteve no mesmo nível durante toda a década correspondente, chegando a atingir 42,1% em 2001 e 43,6% em 2013. Por outro lado, evidentemente, a proporção de homens na PEA decaiu 1,5%, pois passou de 57,9%, em 2001, para 56,4% em 2013 (Tabela 07).

Tabela 07 – Evolução da Participação de Homens e Mulheres na População Economicamente Ativa – PEA, Brasil, 2001 a 2013.

Anos	Sexo	
	Homens	Mulheres
2001	57,9%	42,1%
2002	57,3%	42,7%
2003	57,1%	42,9%
2004	56,7%	43,3%
2005	56,3%	43,7%
2006	56,2%	43,8%
2007	56,3%	43,7%
2008	56,3%	43,7%
2009	56,0%	44,0%
2011	56,6%	43,4%
2012	56,6%	43,4%
2013	56,4%	43,6%

Fonte: PNAD/IBGE – Elaboração: SPPS/MPS. In: Trabalho decente e igualdade de gênero: retrato das mulheres no mundo do trabalho, 2014. MTE. Nesta pesquisa foi excluída a área rural da Região Norte, exceto Tocantins.

Obs.: A PNAD não foi realizada em 2010. Adaptada por: Genivânia Maria da Silva, 2015

Portanto, a despeito destes dados do IBGE, que anunciam a participação positiva das mulheres na PEA, torna-se cada vez mais concreta a reafirmação da incorporação expressiva das mulheres no âmbito produtivo no cenário brasileiro. Há claramente uma diminuição na diferença da participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos,

não obstante, esta redução não se estendeu com a mesma intensidade no que concerne à inserção de ambos os sexos nas mesmas formas de ocupações.

É inegável que houve um crescimento da participação feminina em ocupações tradicionalmente com preponderância masculina. No entanto, apesar dos avanços significativos, as mulheres estão concentradas, principalmente em áreas onde predominam os empregos mais precários, sem carteira assinada, com desigualdades salariais, nos serviços domésticos, nos trabalhos temporários, etc.

O cotidiano das mulheres encontra-se impregnado de discriminações e desigualdades. É, portanto, a necessidade e a perspectiva de inclusão social no sistema dinâmico do capital, que impulsionam as mulheres a encararem as formas de trabalhos mais desgastantes, precárias e informais, sob orientação da lógica da flexibilização/desregulamentação, no contexto atual de reconfiguração do capitalismo. Assim, mergulhadas neste cenário de incertezas e desafios encontram-se as mulheres que trabalham nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe.

Com base nas pesquisas práticas, realizadas nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, constatou-se a presença da força de trabalho feminina nas empresas de cerâmicas vermelhas e olarias, sendo que a grande concentração está nas olarias dos Povoados Rio das Pedras I e II, situadas no município de Itabaiana. Os dados colhidos em campo revelaram que, nas olarias, as mulheres constituem a força de trabalho preponderante e estão na faixa etária entre 17 a 35 anos e a escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto. Os trabalhadores das olarias se enquadram na faixa etária entre 17 a 39 anos, apresentam baixo nível de escolaridade, e assumem em geral a coordenação das funções ditas “pesadas” e “arriscadas”, como marombeiro, carregador (transporta as peças cerâmicas para os caminhões), forneiro e queimador. Nas olarias de Itabaiana, as trabalhadoras estão alocadas nas ocupações que exigem delicadeza e atenção no processo produtivo como as funções de lanceadora e cortadeira.

Na figura 03 é possível observar o processo de trabalho realizado na máquina cortadora que se encontra acoplada a maromba. Enquanto a trabalhadora exerce sua tarefa de “cortar” as telhas, as lanceadoras se posicionam em fileira e com uma espécie de espátula para receber rapidamente as telhas conformadas e transportá-las até as prateleiras para a primeira fase de secagem. O processo é muito rápido e cansativo, as lanceadoras precisam estar dispostas para receber as telhas no momento em que estão sendo moldadas, “saindo” da cortadora. Se, porventura, ocorrer descompasso no movimento contínuo de absorção ou alguma imperfeição nas telhas não conforme, o material será desmanchado e reintegrado à maromba, sendo reutilizado para a modelagem de novas peças. Esse reaproveitamento não se torna exequível

quando as falhas (trincas, lascas, etc.) são detectadas nas telhas secas, ou seja, prontas para a comercialização.

A função de cortadeira é claramente extenuante, pois a trabalhadora em um movimento repetitivo de *vaivém* “corta” todas as telhas (em torno de 6 a 7 mil peças por dia) passadas pelas mãos de todas as lanceadoras na olaria. As trabalhadoras recebem em torno de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por dia para executarem a função de lanceadora e R\$45,00 (quarenta e cinco reais) para a cortadeira, por se tratar de uma função mais desgastante. As mulheres estão reservadas às ocupações consideradas “leves”, porém vulneráveis, repetitivas, enfadonhas e estressantes.

Nesta organização do processo de trabalho, há claramente, a cisão de atribuições, tarefas realizadas entre homens e mulheres no interior das fábricas, como incidência da histórica e ofensiva divisão sexual do trabalho. A figura 03 demonstra a nítida separação entre as funções exercidas pelas trabalhadoras (lanceadora e cortadeira) e pelo trabalhador, que neste processo produtivo, exerce a atividade de amassar e transportar o barro para o maquinário maromba, ou seja, realiza a tarefa amplamente intitulada de “pesada”.

Figura 03 – Trabalho feminino nas olarias do município de Itabaiana-SE.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaiana -SE, dezembro de 2015.

Foto: Genivânia Maria da Silva.

Nas olarias investigadas, o trabalho é extremamente precário, exaure fisicamente e psicologicamente as trabalhadoras. Por meio das entrevistas, as mulheres denunciaram sofrer de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) no trabalho efetuado nas olarias. As reclamações mais

gerais se estendiam as dores nas pernas, dores nos braços e na coluna em virtude dos ritmos contínuos e por muito tempo, entre outras implicações.

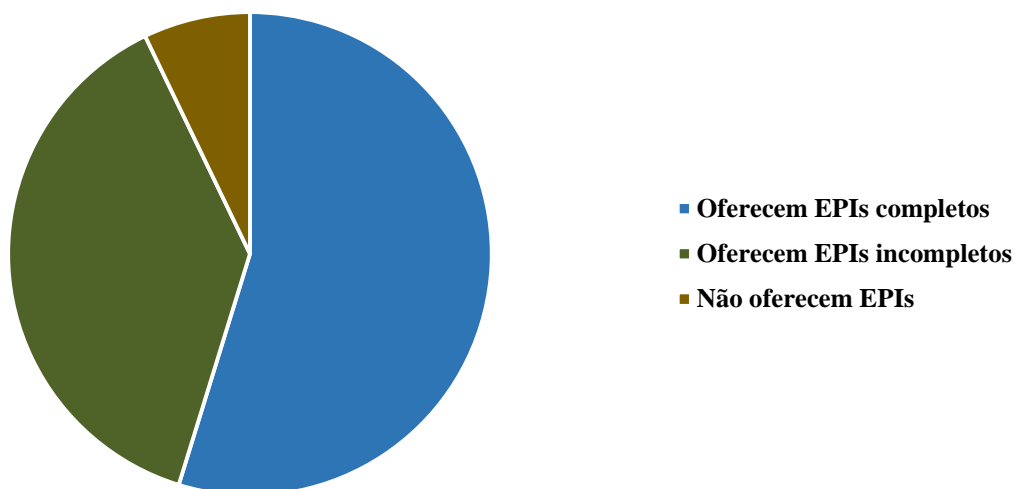
As condições de trabalho são vulneráveis nas olarias e assim como as trabalhadoras, os trabalhadores não dispõem dos Equipamentos de Proteção Individual, ou seja, realizam o trabalho sem uniformes, capacetes, máscaras, luvas, protetores auriculares, etc. Os EPIs são obrigatórios aos trabalhadores e as empresas devem oferecer os equipamentos para proteção e segurança no trabalho. A Lei Nº 6514, de dezembro de 1977, que é o Capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estabelece a regulamentação de segurança e medicina no trabalho.

Art. 166. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

Art. 167. O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho (BRASIL, 2014, p.59).

As pesquisas *in lócus* revelaram que 55% das cerâmicas vermelhas, analisadas nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, disponibilizavam os EPIs completos aos trabalhadores para execução do trabalho, já 38% das cerâmicas vermelhas investigadas ofereciam os EPIs de forma incompleta e ainda foi constatado que alguns trabalhadores recebiam os equipamentos, mas não utilizavam de maneira constante e adequada. Do total analisado 7% dos ceramistas não garantiam, no momento da pesquisa, quaisquer equipamentos de proteção individual condizente com as normas de segurança do trabalho. Aqueles que dispunham de equipamentos é porque tinham adquirido por conta própria (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Indústrias de cerâmica vermelha que oferecem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos trabalhadores.



Fonte: Genivânia Maria da Silva. Pesquisa de campo nas cerâmicas vermelhas dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá no estado de Sergipe, 2015.

O trabalho realizado nas olarias é informal e a renda mensal é instável. Quando as trabalhadoras adoecem, ficam sem trabalhar e como estão destituídas dos direitos trabalhistas, deixam de receber o pagamento diário. Outro agravante que contribui para instabilidade da renda é a demanda: quando há baixa procura pelos produtos (telhas, tijolinhos) a produção é reduzida e, conseqüentemente, os dias de trabalho também. Nas épocas do ano chuvosas a produção também decai, pois há dificuldade de secagem apropriada dos produtos nas olarias, decorrente da elevada umidade do ar e baixa incidência de radiação solar nesse período.

Sendo a renda auferida nas olarias insuficiente para as trabalhadoras se manterem, as mesmas relataram a necessidade de desenvolverem outras atividades econômicas, como: vender doces e salgadinhos, revender produtos de beleza, auxiliar na agricultura, entre outras. Na era toyotista/flexível, a tendência da *classe-que-vive-do-trabalho*¹⁵ é ser “polivalente e multifuncional”. Neste sentido, acresce que além de realizar suas atividades no espaço produtivo, as mulheres enfrentam o trabalho no espaço reprodutivo. Com a acumulação dos trabalhos nos espaços produtivos e reprodutivos, as mulheres são “duplamente exploradas” pelo capital (ANTUNES, 2005, p.108).

¹⁵A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, utilizada por Ricardo Antunes nos seus escritos, tem como primeiro escopo atribuir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Para o autor a “classe-que-vive-do-trabalho” abarca a totalidade de homens e mulheres, trabalhadores produtivos e improdutivos, que são impelidos a venderem sua força de trabalho em troca de salário. Incorpora além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também os trabalhadores rurais, que vendem sua força de trabalho para o capital. Essa noção engloba o proletariado precarizado, subproletariado, bem como os que estão desempregados pela via destrutiva da lógica destrutiva do capital (ANTUNES, 2005).

A sedimentação das mulheres no mundo do trabalho não implicou na supressão da desigualdade sexual e social no mercado, nem houve redução do tempo de trabalho dedicado no espaço reprodutivo. Mesmo diante dos avanços neste segmento, é indubitável que há muito a conquistar ainda para que se possa alcançar o escopo da equalização na distribuição do tempo destinado a atividades produtivas e reprodutivas desempenhadas pelas mulheres. Além do que a manutenção da jornada de trabalho no espaço privado é, contraditoriamente, funcional ao desenvolvimento do capital, pois este não cogita a eliminação da mulher neste trabalho. A própria lógica das mulheres estarem alocadas, em primazia, nos empregos parciais responde aos interesses do capital nesta perspectiva, uma vez que necessita tê-las concatenadas a atividades engendradas no lar.

[...]Isso ocorre porque o capital, além de reduzir ao limite o salário feminino, ele também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o seu processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera reprodutiva (NOGUEIRA, 2010, p.225).

Conciliar a vida familiar e vida profissional é um desafio diário enfrentado por todas as trabalhadoras brasileiras. A sobrecarga de funções, principalmente as realizadas no âmbito produtivo acabam em situações diversas restringindo a inserção/subordinação da mulher no mercado de trabalho. Contudo, mesmo diante das sinuosidades emergidas no caminho, as mulheres não esvanecem, pelo contrário acumulam forças para desempenhar de forma digna ambos os trabalhos/funções, bem como para lutar contra a persistente desigualdade de gênero, valorização do trabalho reprodutivo e em favor do empoderamento da mulher. Por meio do depoimento de trabalhadoras das olarias, que com voz embargada e expressão de cansaço, mas com muita esperança no olhar, falaram-nos e deixaram clara a luta diária das mulheres:

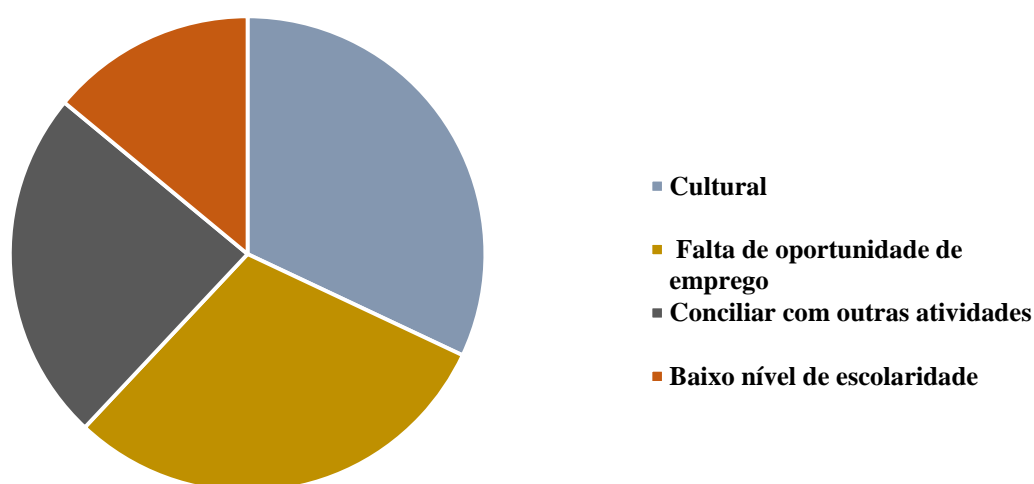
O trabalho nas olarias é muito puxado e aí quando chego em casa estou moída de dor em todo canto do corpo, daí tenho até que tomar remédio para melhorar e ir trabalhar no outro dia. Ainda tem a casa para cuidar e ajudar o marido no campo. Mas é assim mesmo, né? Nós não pode desistir desse trabalho, não quero ser mais dependente, quero comprar minhas coisas e dos meus filhos (Entrevistada C.L, 2014).

Eu gosto de trabalhar aqui só exige muito esforço, aí a mente também fica cansada. Sem as cerâmicas e olarias muitas de nós fica sem trabalho, né? (Entrevistada F.S, 2015).

[...] pode ver moça aqui, as condições de trabalho é ruim, né? Mas nós se esforça para trabalhar, não tem outro trabalho ai nós fica assim, mas é melhor que nada (Entrevistada M.C, 2015).

Por meio das entrevistas realizadas com as trabalhadoras nas olarias/cerâmicas, ficou notório quais foram os motivos que as impulsionaram a se inserir nesta atividade produtiva. Os dados coletados revelaram que 32% das entrevistadas optaram trabalhar nas olarias por ser uma atividade “cultural” do próprio município/povoado que possibilita auferir uma remuneração; 30% das entrevistadas optaram trabalhar nas olarias por falta de outras oportunidades de emprego melhores; 24% das trabalhadoras por conseguirem conciliar com outras atividades produtivas no campo e na cidade, já que o trabalho nas olarias é geralmente de meio período e a renda ínfima. Nas cerâmicas o trabalho é realizado durante todos os dias na semana, porém, as trabalhadoras confessaram se envolver com outras atividades econômica para auxiliar na renda salarial. Do total pesquisado 14% das trabalhadoras relataram que optaram por trabalhar nas olarias/cerâmicas em virtude do baixo nível de escolaridade (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Motivos que impulsionaram as mulheres a trabalharem nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe.



Fonte: Genivânia Maria da Silva. Pesquisa de campo nas olarias e cerâmicas vermelhas dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá- SE, 2015.

Os trabalhadores e as trabalhadoras das olarias residem no próprio povoado em que trabalham e se revelaram bem interativos com os colegas de trabalho e com os patrões, os quais mantêm uma relação “harmoniosa”, em virtude dos laços de amizade ou de parentesco que os entrelaça, embora os trabalhadores tenham manifestado insatisfações com as condições de trabalho e com o salário. Constatou-se a presença de menores de idade que, na maioria são filhos dos donos do empreendimento, parentes ou filhos dos trabalhadores das olarias.

As pesquisas *in lócus* mostraram que nas cerâmicas vermelhas os trabalhadores se enquadram na faixa etária entre 21 a 46 anos, predomina o ensino fundamental incompleto e ocupam as funções de gerente, operador de máquina, enfornador, forneiro, motorista e

marombeiro. As mulheres estão na faixa etária entre 28 a 33 anos, com nível fundamental incompleto e ensino médio e, diferentemente do que acontece nas olarias, são a minoria e ocupam, sobretudo, os cargos de serviços gerais ou de secretária nos escritórios. Apesar de existirem diferenças entre as tarefas que as mulheres ocupam nesta atividade produtiva a funcionalidade é a mesma envolver as trabalhadoras nos empreendimentos que se organizam em APLs, para extrair mais-valia que favoreça a valorização e reprodução do capital.

A captura e incorporação das mulheres nestes novos territórios (olarias/cerâmicas) exprime as investidas do capital em buscar explorar esta força de trabalho tão eficiente e carregada de “saberes” adquiridos no espaço reprodutivo, sendo aproveitados nas fábricas.

Torna-se precípuo clarificar que a crescente inserção das mulheres no universo produtivo, no capitalismo contemporâneo, é marcada por um duplo processo contraditório. Por um lado é possível analisar sua faceta positiva, na medida em que contribui para a conquista da emancipação feminina, ainda que de forma parcial; na outra face reside a obscuridade que se manifesta no agravamento do nível de exploração e precarização do trabalho, subordinação das mulheres as regências do capital.

A tão desejada emancipação das mulheres é uma luta constante e distante, não é que seja impossível, porém é utópica, já que não se pode pensar na plena emancipação do trabalho na atual organização societal, a capitalista, que é desigualmente combinada e exploratória. Ao passo que não aspira à igualdade substantiva, ao contrário, se camufla no discurso de igualdade, inclusão e justiça entre os sujeitos sociais para se fortificar e continuar a explorar o trabalhador(a) sob novas bases e comandos que proporcionam a expansão do capital.

Sem *mudanças fundamentais* no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos da legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados. Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na *verdadeira igualdade*, até os esforços legais mais sinceros voltados para a “emancipação das mulheres” ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade. (MÉSZÁROS, 2002, p.303- grifos do autor).

O projeto de emancipação feminina precisa estar atrelado à totalidade, ao processo de luta da emancipação da *classe-que-vive-do-trabalho*, em sua plenitude. Se as “amarras” e os conflitos entre trabalho e capital são gerais, atingindo o conjunto da sociedade, por que a luta

dos trabalhadores precisa ser fragmentada? Pois, o inimigo é o mesmo: o capital e os gestores capitalistas. Pensar nesse projeto cindindo a classe trabalhadora é uma construção ilusória, destinada ao fracasso. A emancipação pressupõe superar a dicotomia do trabalho, estrategicamente utilizada pelo capital para reprimir a união dos trabalhadores contra as suas ofensividades; bem como superar a instituição Estado, já que seus propósitos reais estão intrincados aos do capital.

Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado”. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.16).

A feminização no mundo do trabalho não significa que a divisão sexual do trabalho e a opressão experimentada pelas mulheres no âmbito produtivo foram suprimidas, pelo contrário: o capital se apropria desta condição socialmente construída para reproduzir e intensificar reconditamente as desigualdades de gênero e classe. A manutenção destas estruturas hierárquicas é funcional ao metabolismo do capital para assegurar a incorporação precária e subalterna das mulheres no diluvioso e inconstante universo do trabalho. Contudo, é categórico afirmar que a afluência expressiva da mulher não se dá pelo “espírito” bondoso do capital em propiciar a emancipação da mulher, em libertá-las dos seus aprisionamentos, mas sim pela urgência de garantir maior extração de sobretrabalho.

O capital não oferece possibilidades que enfraqueçam o próprio funcionamento, mas que elevam o seu patamar de acumulação. Nessa conjuntura, a consolidação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho é expressão/necessidade dessas artimanhas. O trabalho desenvolvido nas olarias e cerâmicas vermelhas ratifica a centralidade do trabalho e a imprescindibilidade deste a acumulação do capital, na medida em que o capital procura incorporar os trabalhadores ao espaço produtivo, sob distintas condições e formas de realização do trabalho, como estratégia para se apropriar da produção da mais-valia e assim assegurar a continuidade do seu processo de acumulação.

É neste contexto de reestruturação produtiva do capital que buscamos analisar no próximo capítulo a funcionalidade do Estado neoliberal e dos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha, na proposta do desenvolvimento local, para o favorecimento da reprodução do capital.

CAPÍTULO 03 – A FUNCIONALIDADE DO ESTADO NEOLIBERAL E DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL.

3.1 – A funcionalidade do Estado na sociedade do capital: O Estado Neoliberal.

O Estado faz parte do tripé que assegura as condições para a continuidade do desenvolvimento da sociedade capitalista. A compreensão da base histórica-concreta de constituição das teorias do Estado no estudo da humanidade é complexa e variada. Partindo de uma análise marxista, que denuncia a funcionalidade do Estado como mecanismo de controle político da sociedade, é possível resgatar que desde a antiguidade clássica esta instituição foi erigida como elo intermediário entre classes divergentes para conter as diferenças, porém sem abandonar os objetivos próprios da classe dominante.

De acordo com Engels (1984), o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida.

[...] o Estado é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente, por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1984, p.191).

Embora o Estado cultive sua função “aparente” e ideológica de atender os interesses gerais da sociedade, o seu escopo se assenta em corresponder as primazias da classe dominante, desmascarando assim o seu caráter dissimulado de “neutralidade” e universalização de direitos iguais. Ratifica Chauí (1980, p.35), “a ideologia substitui a realidade do Estado pela ideia do Estado - ou seja - a dominação de uma classe é substituída pela ideia de interesse geral encarnada pelo Estado”.

A aparência do Estado pode até variar conforme as distintas temporalidades históricas, contudo sua essencialidade classista sempre permanecerá. É com o modo de produção capitalista que o Estado tem seu eixo de atuação ainda mais afirmativo e subordinador para garantir a reprodução das condições do seu próprio funcionamento, bem como o controle e submissão do trabalhador aos regramentos do capital.

No livro “*A Produção Capitalista do Espaço*”, David Harvey (2005) elucida, de forma geral e crítica, uma análise concernente à *teoria marxista do Estado*¹⁶ e revela que o Estado capitalista não pode ser outra coisa senão um instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo¹⁷.

Como os interesses na sociedade capitalista são estruturalmente antagônicos, há claramente um impulso individual ou de classe por aspirações socioeconômicas. Esse movimento acaba por motivar a intervenção do Estado capitalista, que deve atuar para reduzir os conflitos/diferenças entre os sujeitos sociais nas buscas particulares, sendo que o Estado capitalista de forma escamoteada privilegia os propósitos da classe economicamente mais forte em todos os setores da sociedade.

O Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com o lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo (HARVEY, 2005 p.83).

O Estado capitalista estará sempre em confluência com a regência sistêmica do capital, já que mantêm uma união história no controle da sociedade, além de favorecer as condições

¹⁶ Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. A maior parte dos escritos iniciais de Marx sobre o Estado se direciona no sentido de refutar o idealismo filosófico de Hegel mediante a elaboração da interpretação materialista do Estado com expressão ativa, consciente e oficial da atual estrutura da sociedade (HARVEY, 2005, p.77).

¹⁷ Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário é, naturalmente, que os Estados burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes (HARVEY, 2005, p.82-83).

para a desigual (re) produção socioeconômica e espacial. Na sociedade capitalista, o Estado moderno foi erigido, prioritariamente, para garantir os mecanismos de crescimento econômico do capitalismo e a reprodução deste sistema. Para Mészáros (2002), o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais.

O Estado moderno mantém seu desempenho em consonância com os preceitos alienantes e de controle sociometabólico do capital, no sentido de corrigir quaisquer impetuosidades contrárias à manutenção das disparidades no processo de produção, distribuição, circulação e consumo. A proposição estatal é sustentar a hierarquia social e amortecer o conflito capital/trabalho:

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.107).

A pretensão não seria prolongar exaustivamente a discussão ou contê-la, mas reconhecer, portanto, que as ações do Estado na sociedade capitalista encontram-se conduzidas para a reprodução ampliada do capital. Ou seja, historicamente, o Estado sempre esteve presente, apoiando e promovendo o funcionamento do capitalismo, seja no tocante à viabilização da produção e do consumo ou na organização e controle da classe trabalhadora. Embora a orientação política do Estado seja delineada, conforme as razões históricas de cada momento do capitalismo, o seu papel enquanto mecanismo de dominação e representante maior da classe dominante e do capital é indiscutível.

Se no regime de acumulação fordista, sob os preceitos do Keynesianismo, a participação do Estado na economia era expressivamente apregoada e as ações do Estado do “Bem-Estar Social” buscavam atender as questões sociais; no período de financeirização-mundialização do capital, sob a ideologia do neoliberalismo, o que há é uma resignificação das funções e poderio do Estado na esfera social, nas políticas sociais.

Nessa conjuntura histórica pós a década de 1970, o foco de atuação do Estado é reconfigurado, se distancia de ações direcionadas ao setor social, substancia a desregulamentação do mercado de trabalho, as privatizações, a flexibilização das leis trabalhistas, etc. Dessa forma, o Estado neoliberal torna-se grandioso para assegurar o processo de acumulação do capital e mínimo para corresponder aos interesses primários e essenciais da

classe trabalhadora. O Estado respalda de forma dissimulada todos os tipos de mudanças e ataques do capital aos trabalhadores, visando seu fortalecimento e do sistema capitalista.

O Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade, que possui como base material, a crise fiscal. O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao torna-se Estado máximo para o Capital, torna-se mínimo para os interesses da civilização do trabalho (ALVES, 2007, p.149-150).

A teoria neoliberal propõe menor intervenção do Estado na economia, que deve ser regulada pelas leis e força de mercado; defende a abertura de mercado e a livre iniciativa. Os paladinos do neoliberalismo pregam que a expressiva ação estatal na economia tende a atrapalhar o desenvolvimento/funcionamento do mercado, fazendo-se necessário o “afastamento” do Estado em relação à economia de mercado. No entanto, deve-se considerar que o Estado não sai de cena e muito menos enfraquece com o neoliberalismo, ao contrário assume o controle da economia, mas não para atender os direitos e propósitos da classe dominada.

As proposições neoliberais passaram a ser amplamente utilizadas e consolidadas com o Consenso de Washington¹⁸, que passou a ser entendido como uma efetiva “receita” a ser seguida pelos países da América Latina, que se encontravam enfraquecidos e que desejassem se recuperar dos problemas socioeconômicos engendrados pelo desajuste da crise do capital. As instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial começaram a adotar práticas neoliberais nas tomadas de decisões e no apoio de projetos desenvolvidos no cenário global, além de recomendarem a adoção das reformas e do neoliberalismo nos países, como um caminho para impulsionar o crescimento econômico.

O fundamento neoliberal viabiliza amplamente todo o esquema do capital financeiro de barrar qualquer empecilho que circunscreva a sua mobilidade, a livre comercialização de mercadorias, as desregulamentações, entre outras elementares favoráveis a (re)produção do capital. Mesmo assentado na ideologia neoliberal, o capital não abandona ou se desvincula do Estado; pelo contrário atrai e clama sua presença na economia sempre que necessária para manter a ordem e funcionamento do mercado e das empresas capitalistas, principalmente, nos países centrais como forma de assegurar sua hegemonia no cenário econômico mundial. O

¹⁸O Consenso de Washington foi marcado por uma reunião ocorrida na capital dos Estados Unidos e promovida pelo instituto do Sr. John Williamson, em 1989, cujo objetivo era discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da década que alguns chamaram de perda, da estagnação, da inflação, da recessão, da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento, do aumento da riqueza, do desenvolvimento (FIORI, 1996).

Estado mantém uma relação indissociável com o capital e a economia capitalista depende da participação estatal para assegurar o seu funcionamento.

A ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia. Contudo, melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandando essa intervenção (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227).

A ação estatal é aceita em situações que careçam do Estado para garantir a elaboração de políticas públicas que possibilitem a inserção do capital em novos espaços de acumulação. O Estado é solicitado para conter os conflitos de classes que, porventura, ameacem comprometer a normalidade de obtenção de lucros do capitalismo. Mesmo porque nos momentos de conflitos capital/trabalho, o Estado neoliberal certamente ficará a favor dos rentáveis negócios capitalistas em detrimento do conforto do conjunto social. “Os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental” (HARVEY, 2012, p.81).

De acordo com Harvey (2012), o papel do Estado neoliberal é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada as práticas do neoliberalismo:

O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados(...). As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesses vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (p.12).

As mudanças promovidas pelo Estado neoliberal repercutem na organização societária capitalista, sendo que suas ações e tomadas de decisões para o setor social, como a formulação de políticas públicas, passam por transformações. Isso reafirma a sedimentação dos “programas sociais” focalizados em dirimir a pobreza, a miserabilidade que se espraia e atinge a parcela da sociedade desfavorecida economicamente.

Sob os impactos das narrativas neoliberais, as escalas de desenvolvimento nacional e/ou regional deixam de ser a direção principal das políticas públicas, tendo seus poderes de

influências e decisões reconfigurados. As políticas locais passam a ser valorizadas e estimuladas nesta conjuntura do Estado neoliberal em detrimento das políticas nacionais. De acordo com Lima e Conceição (2009, p.08), nesse contexto é “eleita uma nova política de desenvolvimento pautada agora no local. Muda-se a escala de beneficiamento, como também a iniciativa de promovê-la.

O Estado deixa de ser o principal fomentador/estruturante das políticas de desenvolvimento, ao transferir o protagonismo para outras instâncias político-administrativas e para as comunidades locais. Com a “participação social” os atores locais são incumbidos de promover o desenvolvimento local, para isso precisam mostrar seu lado inovador, empreendedor. “Ao invés de aguardar do Estado sua ação redentora, propiciando o tão almejado desenvolvimento, a chamada sociedade civil será convocada a tomar as rédeas na busca pelo progresso” (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p.09).

Atribui-se aos sujeitos sociais a missão de dinamizar economicamente os espaços locais, sendo de sua responsabilidade o êxito logrado, isentando o Estado e a lógica do sistema capitalista de quaisquer implicações. David Harvey (2012) expõe que o sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais, em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que são normalmente atribuídas ao capitalismo). Nestes termos, a vítima é a culpada, quando na verdade o “vilão” é outro.

Funcional ao interesse do capital, o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem-estar, mais a partir da lógica fetichista do mercado, que se cristaliza na ideia da individualização. A estrutura institucional anuncia o espaço da possibilidade como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo. Sob essa lógica anuncia políticas de gestões, que devem ser regidas no âmbito local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável (CONCEIÇÃO, 2012, p.143-144).

O projeto neoliberal se ergue e enfraquece a classe trabalhadora que sob o mantra ideológico do princípio de liberdade fundamenta as livres relações sociais e econômicas, quando em verdade sua essência dissimula a reprodução ampliada do capital, enquanto os sujeitos sociais disputam espaços no mercado para assegurar a reprodução material e estão submetidos a todas as ofensividades delineadas por este modelo. “As sociedades que o neoliberalismo construiu ao longo destes anos são piores que as precederam: mais divididas e

mais injustas, e os homens e as mulheres vivem sob renovadas ameaças econômicas, trabalhistas, sociais e ecológicas” (BORON, 1999, p.59).

Sob o cursor do desenvolvimento local, o Estado neoliberal mostra-se aparentemente “ausente” na produção econômica, quando em primazia busca atuar de forma camuflada para administrar as desigualdades e garantir as motivações e o controle da classe dominante sobre os produtores da riqueza social na sociedade capitalista, que fundada na desigualdade substantiva visa altamente à obtenção do lucro constante.

3.2 – Desenvolvimento local: “Novo” cenário favorável à reprodução do capital.

Um novo paradigma do desenvolvimento é organizado como rebatimento das transformações advindas com o neoliberalismo. O local passa a ser a nova escala de concentração de capitais, a saída mascarada para o capital remediar sua crise estrutural.

No Brasil a valorização da escala operativa local, como modelo de desenvolvimento, começa a ganhar dimensão nos debates políticos e acadêmicos nos anos 80, com a descentralização fiscal do governo federal para os governos estaduais e municipais no contexto da redemocratização do país, e com a extensa crise econômica assinalada pela instabilidade das contas externas, retração da atividade econômica e ameaça de hiperinflação (AFFONSO, 2000). Nesta compreensão, Lisboa (2007) afirma:

O desenvolvimento local no Brasil, como temática de estudo ganhou maior significado na segunda metade da década de 80, com as reflexões sobre as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal. No entanto, o local visto sob a perspectiva de um novo enfoque de construção do desenvolvimento, ou como base de uma nova visão de desenvolvimento, somente surgiu na década de 90, quando foram exercitadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais, governamentais e não governamentais (p.144).

Com o processo de descentralização político-administrativa das funções do Estado (entre os níveis de governos), um novo cenário foi construído no Brasil favorável à espontaneidade acumulativa do capital. A capacidade de planejamento central do Estado nacional em políticas públicas para o âmbito social foi enfraquecida, dando espaço aos entes subnacionais que organizaram e ampliaram suas formas de ações e governança na localidade.

É nessa organicidade institucional – calcada no discurso de insuficiência do Estado – que os gestores públicos locais são eleitos as instâncias “capazes” de orquestrar novos caminhos para reparar o momento de turbulência e desajustes pelo qual o país experimentava arduamente,

nesse período histórico dos anos 80 frequentemente intitulado de “década perdida”, a estagnação econômica que se alastrava pela América Latina.

O Estado desempenha papel decisivo durante o longo processo de construção da nação. Nas décadas de 1980 e 1990, acirrou-se uma crise múltipla, em várias dimensões: econômica (sem crescimento), social (esgarçamento e sem direção de propósitos coletivos) e política (sem soberania). Consolida-se a total desarticulação do Estado, impotente para organizar, coordenar e regular ações construtivas e romper a inércia, aprisionado na armadilha financeira (BRANDÃO, 2012, p.149).

Nos anos 90 a descentralização e o desenvolvimento local estiveram marcados pelo processo de globalização da economia internacional e a aceitação do Brasil por meio da abertura externa elevada, bem como pela implementação de reformas liberalizantes que resultaram na desestruturação do aparelho de Estado herdado do período nacional-desenvolvimentistas (AFFONSO, 2000).

Para atender as necessidades do mercado os capitalistas recorrem à esfera local para fomentar o desenvolvimento dos territórios “debilitados” ou que se encontravam “excluídos” do processo de produção. Transfere-se para o local e para a sociedade civil a missão de retificar as disparidades socioeconômicas engendradas nas macro escalas.

A escala local ascende como novo cenário para o desenvolvimento, favorável à inovação. A particularidade dessa escala do desenvolvimento se alicerça na afirmativa de uma organização societária e econômica integradora que valoriza as ações e participação dos atores locais no gerenciamento produtivo mediante as potencialidades do seu território. O novo modelo de desenvolvimento aparece com uma roupagem diferenciada, assentada no reconhecimento da identidade local, investindo na capacidade humana de inovar produtivamente e de (re) inventar para o alcance do desenvolvimento.

[...] um novo paradigma de entendimento e implementação do desenvolvimento que investe num rosto mais humano para o desenvolvimento, prestando atenção na participação da população, na sua identidade, no território em que vive ou nos valores que a configuram (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.119).

Enquanto as teorias tradicionais de desenvolvimento pautavam-se em políticas setorizadas, de extrema hierarquização de poder, conduzidas por um Estado centralizado que almejava sobremaneira o crescimento econômico, a proposta política do desenvolvimento local renega a essência desses pressupostos. As políticas são formuladas em uma perspectiva horizontal, as ações vindas de “baixo para cima”, com a participação democrática da sociedade

civil, sendo central seu papel no planejamento, execução e controle das políticas (BARQUERO, 2001).

O paradigma do desenvolvimento com enfoque local se apresenta como impoluta alternativa de inclusão e melhoria da qualidade de vida da sociedade. Embora a literatura que abrange a discussão do desenvolvimento endógeno com enfoque local seja ampla e com vertentes teóricas específicas, a sua essencialidade estaciona no discurso de promoção do desenvolvimento socioeconômico a partir das iniciativas inovadoras que deverão surgir da própria comunidade local e fundamentadas nas particularidades dos territórios.

Na literatura econômica, Barquero (2001) aponta que o desenvolvimento endógeno se efetiva quando a comunidade local é capaz de se movimentar e utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural; refere-se a processos de transformação econômica e social que ocorrem em função da resposta das cidades e regiões aos desafios colocados pela competitividade.

O desenvolvimento endógeno propõem-se atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar a sociedade (BARQUERO, 2001, p.39).

A discussão da política de desenvolvimento endógeno ou local está vinculada a ações que visam a geração de emprego, renda e trabalho, elevação da competitividade e das atividades econômicas, fomento as potencialidades locais, fortalecimento do capital social, promoção da sustentabilidade, etc. Esta vertente do desenvolvimento não se circunscreve somente à dimensão econômica. (BARQUERO, 2001). Seu eixo de atuação repercute na dimensão social, cultural e ambiental, dando-lhe caráter de totalidade ao entendimento da sociabilidade que se forma nessa articulação do desenvolvimento.

Na proposição da teoria localista do desenvolvimento, os espaços locais são apreendidos como territórios de ação. Neste prisma, o território passa a ser assimilado como ator do desenvolvimento e “não mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade” (BARQUERO, 2001, p.39). As novas necessidades do capital redirecionam seus alvos e buscam na potencialidade dos territórios a garantia de exploração e reprodução.

À medida que a crise de financiamento da década de 1980 começa a demandar soluções, exigindo que o Estado procure na potencialidade dos seus territórios a garantia da produção de superávit para pagamento dos juros da dívida interna e externa, impõe-se um redirecionamento no papel das políticas, que devem partir do território. Este deixa de ser apenas um suporte passivo do desenvolvimento e passa a ser ator no processo de desenvolvimento. Ele resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social. Esta apropriação não está vinculada à propriedade, mas ao controle efetivo, legitimado ou não pela sociedade (LISBOA, 2007, p.149).

O debate sobre a temática territorial nos espaços acadêmicos renasce no cerne das propostas do desenvolvimento local com uma nova conotação. O território passa a ser encarado como que o grande regulador de relações, capaz de transformar e de receber as ações e projetos sociais, sendo então reificado sob o mantra do desenvolvimento, com a função de se auto-administrar e organizar produtivamente. Acompanhada da ideia de que cada território possui suas particularidades vantajosas, caberia à ação pública descobrir ou potencializar as vocações locais para promover o desenvolvimento local (BRANDÃO, 2012). A intenção da endogenização é arquitetar estratégia para resgatar os territórios que estão à margem do mercado, e assim capacitá-los para receber investimentos expressivos.

A comunidade local é “convidada” a participar do conjunto de decisões que determinarão o caminho para o crescimento econômico local, ou seja, planejando e desenvolvendo projetos para gerir as próprias necessidades em face de atingir o pretendido desenvolvimento do território. Nessa manifestação, os atores locais são motivados a se (re) criarem, descobrirem as vantagens e construir um ambiente favorável às mudanças. Para tanto, é preciso se mobilizar e apresentar seu poder empreendedor, a fim de que seja capturado e “valorizado” pelos interesses capitalistas, convertendo-se em lucros para o capital em processo de acumulação.

Ao buscar a eficiência da sociedade nessa missão, os gestores públicos locais passam a ampliar os estímulos às iniciativas locais. As empresas e os agentes públicos de forma combinada passam a investir no tecido produtivo local, mediante as políticas de desenvolvimento que exploram as potencialidades do território. Propugna-se que tais ações estejam sob coordenação e controle social, delegando-se prioritariamente, à comunidade local a incumbência de controlar os recursos do território e fomentar o desenvolvimento socioeconômico. Nesses termos, enreda-se uma sociabilidade “unificada”, estabelecida pela ideia de exaltação do protagonismo local, do controle social sob o Estado e das políticas públicas de desenvolvimento, imbuindo o cidadão de poder, autonomia e liberdade nas ações locais.

Neste paradigma, o controle social, aproveitando a ambiguidade semântica da expressão, entende-se como o controle exercido pela sociedade sobre o Estado, sobre as políticas públicas de desenvolvimento, enfim, controle pela sociedade e não controle sobre a sociedade, como vinha sendo o sentido tradicional, utilizado nas ciências humanas (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.119).

Esse discurso de controle social e autonomia do lugar a partir do signo ideológico da livre iniciativa e da valorização da identidade local, serve para ocultar as contradições, hierarquias e conflitos existentes no processo de administração e controle do potencial de desenvolvimento no local. Os defensores da escala micro apregoam que os sujeitos sociais da comunidade local estão dotados de autoridade suficiente para a condução dos empreendimentos no território. Contudo, o que se constata é que suas ações e decisões não caracterizam articulações “autônomas”, pelo contrário estão subjugadas a determinações “externas” ao local, decisões e políticas de desenvolvimento elaboradas em escala nacional e/ou global, que são aplicadas nas distintas realidades locais.

Os empreendedores locais não conseguem organizar o território em sobreposição à macroeconomia, aos macroprocessos, e às regras de desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que “existem enquadramentos e hierarquias, e os microprocessos, as microdecisões dos atores empreendedores, não podem solapar os macroprocessos e as macrodecisões” (BRANDÃO, 2012, p.30). Portanto, há disfarçadamente, nesta organização flexível e descentralização político-administrativa, a construção das condições subjetivas que sedimentam a falsa autonomia e igualdade de poder entre os agentes sociais, políticos e econômicos envolvidos no desenvolvimento.

Na literatura do localismo, que defende o poder ilimitado do local, apregoa-se que o desenvolvimento interno depende em primazia das mobilizações, da disposição das comunidades, sendo o local tomado como espaço de realização de todas as possibilidades para o desenvolvimento. Com o aumento da concorrência no contexto de mundialização do capital, os lugares foram impulsionados a se adequarem as condições da nova fase de acumulação capitalista. Para Lisboa (2007), o lugar ganha uma capa distinta passando a impressão de ser um campo aberto para especulações. Passa a adotar uma imagem de território dinâmico, empreendedor, apto a receber investimentos externos.

Para que o lugar se torne atrativo ao capital móvel, os atores locais precisam inovar, valorizar as “virtuosidades” do lugar, construir estratégias para melhorar as condições de infraestrutura, oferecer força de trabalho barata e especializada para atrair investimentos e assim conseguir se desenvolver e competir com outros lugares.

Neste seguimento devem, portanto, “maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2005, p.166), sendo que o capital só irá investir e se alocar onde for vantajoso. Logo, os atores locais precisam criar mecanismos que facilitem a entrada do capital, conferindo liberdade para explorar o lugar, de modo que “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital.” (HARVEY, 1992, p.267). Trata-se de um jogo de competições em que os lugares colocam as singularidades em “negociação”, à disposição dos interesses capitalistas.

A mundialização do capital revaloriza as vantagens localizacionais, reforçando a competitividade entre os lugares, dessa forma, manifesta sua iminência em todos os lugares. Cada lugar específico se organiza colocando suas vantagens a serviço do momento da reprodução (LISBOA, 2007, p. 140-141).

As estratégias do desenvolvimento local promovem o fortalecimento individual de um território em escala local, com o intuito de prepará-lo para competir com outros locais vizinhos ou de inserção mercadológica similar dentro da economia mundial, dinamizando dessa forma a circulação e acumulação do capital (Montenegro Gómez, 2002). Dessa forma, criar um ambiente favorável aos negócios acentua a importância da localidade como lugar e, conseqüentemente, a inserção do capital forâneo que explora, no anseio do lucro, todas as possibilidades existentes no território e depois de satisfeito migra para outros territórios para alcançar níveis acentuados de sobretrabalho. Este é o movimento contraditório, porém sadio do capital.

O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas (SMITH, 1988, p.19).

A tônica desta questão reside em incitar as iniciativas locais no desenvolvimento de empresas e arranjos produtivos no mercado local, fortificando o ambiente empresarial no território. O incentivo à inclusão do tecido produtivo local busca o crescimento e a inserção de micro e pequenos empreendimentos no mercado, mantendo as condições de competir com outras empresas na esfera local e nacional.

No livro, *Território e Desenvolvimento*, Brandão (2012) chama a atenção para a necessidade de julgar os limites e possibilidades da escala local, as conseqüências e

insuficiências do modismo localista exacerbado, difundido nos estudos e abordagens do desenvolvimento endógeno. Segundo o autor nenhuma escala é pior ou melhor por si só e muito menos existe apenas uma única escala. Na verdade, elas ganham maior relevância conforme cada momento histórico de reconfiguração do capitalismo e dos seus interesses.

Sobre a reflexão de escalas espaciais no âmago do desenvolvimento desigual do capitalismo, Smith (1988) esclarece que [...] as escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem (aumentando suas angústias e problemas correlatos) dentro do desenvolvimento do próprio capital (p. 211).

Por mais que a escala local se apresente, na fase atual do capitalismo, como foco para receber políticas que favoreçam o desenvolvimento, a sua supervalorização em detrimento das outras escalas ocasiona problemas. Para Affonso (2000, p.17), as políticas de desenvolvimento local devem, ao buscar o fortalecimento das capacidades endógenas, estar obrigatoriamente vinculadas a estratégias de coordenação regional e nacional, sem o que correm o risco de “varrer a sujeira para o tapete do vizinho” e/ou absorver as desigualdades sociais e econômicas do entorno macroeconômico.

As políticas direcionadas ao desenvolvimento local não substitui as políticas nacionais nem resolve os problemas globais. Não é condição suficiente, mas é sem dúvida necessária. A própria racionalização mais ampla passa por milhares de soluções adequadas e inteligentes de nível local. Essas soluções envolvem os processos decisórios, o acesso aos recursos, a organização da participação, as políticas de reequilíbrio social, a gestão intermunicipal- um conjunto de iniciativas que, por serem descentralizadas e dispersas nesse imenso território, são pouco visíveis, mas são fundamentais para o processo de mudanças que experimentamos (DOWBOR, 2010, p.07).

No arco das propostas do desenvolvimento local é possível desnudar que a atuação conjunta entre as dimensões política, social e econômica em determinado território, que transmite uma imagem de consenso e articulação “harmônica” entre os agentes do desenvolvimento e a comunidade local na gestão e utilização produtiva do potencial de desenvolvimento do território, é tão fantasmagórica quanto contraditória. Esta propaganda busca ocultar o conflito capital/trabalho que se estabelece na produção do território, em favorecimento de uma tentativa ardilosa e personificada de manter o equilíbrio entre as ações dos diferentes “poderes”, em um determinado projeto local como se esta união não representasse a confluência de interesses antagônicos.

O desenvolvimento local sob o signo da ideologia das oportunidades, da inclusão social, do protagonismo local e do controle social, torna subjaz a comunidade à lógica desigual, excludente e contraditória do capital e atua no sentido de perenizar as diferenças sociais e as

hierarquias de poder. Assim, como forma de assegurar o controle e a reprodução em todos os espaços, o capital vai se fixando em escalas menores do desenvolvimento, inscrevendo sua lógica destrutiva e exploratória. Cria-se uma nova sociabilidade ordenativa com ênfase na escala local, conquanto sob a velha estrutura reprodutiva e acumulativa do capital.

[...] após a expressão de *desenvolvimento local*, existe toda uma construção funcional à reprodução do capital. Por um lado, a partir da ideia de desenvolvimento como progresso aceitável universalmente e, por outro lado, a partir do redimensionamento da escala de implementação das estratégias de reprodução do capital, escolhendo o local na tentativa de superar os empecilhos que entravavam essa reprodução. O local, portanto, serviria a um duplo objetivo: reforçar o controle exercido pela dinâmica do capital num âmbito territorial menor e incorporar algumas demandas originadas pela desestruturação, os desequilíbrios e as desigualdades produzidas pela própria lógica destrutiva do capital. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 07- grifo do autor).

Ao se apresentar como saída plausível para os problemas e mazelas que permeiam a sociedade, a política do desenvolvimento no âmbito local obstina incorporar novos/velhos territórios enfraquecidos e/ou desaparecidos economicamente do mercado local e nacional à rota do circuito do capital. A intencionalidade concreta desse projeto do desenvolvimento, fundamenta-se na ambiciosa tentativa de apaziguar e/ou superar as históricas disparidades socioeconômicas, com base no fetiche da participação e autonomia dos atores locais na gestão local do território, no caráter inovador/empreendedor e na possibilidade de melhorias de vida. No entanto, o máximo que consegue é suavizar a problemática, sendo que a noção de desenvolvimento uniforme, de distribuição equilibrada, com a supressão das desigualdades socioeconômicas nunca será uma materialização no sistema sociometabólico do capital.

[...] O desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa predispor-se o tempo todo, a embaraçar, estorvar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. Desenvolvimento é a anti-serenidade, a anticoncórdia prévia, é a “não-paz de espírito” (BRANDÃO, 2012, p.200).

É no cerne do discurso do modelo de desenvolvimento local que se revitaliza a atenção sobre os estudos dos Arranjos Produtivos Locais, entendidos como uma “nova” estratégia para promover o desenvolvimento, organizar a produção econômica de um território, oportunizar emprego, renda e trabalho a partir dos recursos disponíveis do território. Os APLs se substanciam sob a proposta de inovar, diversificar e descentralizar a atividade produtiva nos territórios, o que se alinha nessa direção a relação entre território e economia, imprimindo

mudanças na produção do espaço geográfico e na intensidade dos contornos da relação capital/trabalho.

3.3 – “Nova” organização produtiva sob velhos interesses do capital: Os Arranjos Produtivos Locais.

As interpretações em defesa da relevância e da capacidade produtiva das aglomerações de empresas, como os Arranjos Produtivos Locais, são vastas e recorrentes na literatura econômica, tanto no cenário nacional como no internacional. As bases explicativas da sedimentação desse formato produtivo estão historicamente alicerçadas nas análises desenvolvidas, especialmente, pelo economista Alfred Marshall na Inglaterra no final do século XIX, que designou de “distritos industriais” a concentração de empresas com uma atividade econômica semelhante em um determinado território (COSTA,2010). Segundo este autor, Alfred Marshall compreendia que:

[...] o fenômeno da especialização produtiva espacial, expresso no que ele chamou de Distritos Industriais Britânicos, poderia surgir em decorrência das condições físicas do território, da ação dos governos e de fatores sociais, aproveitando heranças técnicas, produtivas e culturais dos antepassados (COSTA, 2010, p.38).

A abordagem de aglomeração de empresas condensada por Marshall, embora correspondesse às determinações históricas e político-econômica do seu tempo, serviu de fundamento para construções teóricas posteriores. Outros autores também se debruçaram sobre esta base organizativa de empresas, contudo foi com o exemplo das experiências “vangloriosas” dos distritos industriais desenvolvidas na região da Terceira Itália e no Vale do Silício, onde este formato produtivo se propagou a partir das ideias de Marshall.

O crescimento e desenvolvimento econômico propiciado por esse tipo de organização produtiva levou muitos países com realidades socioeconômicas distintas a adotarem essa estrutura de aglomeração de empresas no intuito de conseguir (re)erguer as atividades econômicas locais “enfraquecidas” e proporcionar desenvolvimento ao país.

O revigoramento dos estudos de aglomeração de empresas em torno de uma mesma atividade econômica ganha dimensão no contexto de reestruturação produtiva do capital com relação de trabalho e de produção flexível, apresentando-se como uma “nova” alternativa de investimento para reanimar a economia e o mercado de trabalho, que padece com as reformas determinadas pela crise estrutural do capital. Com as reorientações sócio-produtivas conduzidas

pelo processo de mundialização do capital que, concomitantemente, promove a “integração” e a competitividade entre as empresas, se tornava cada vez mais instável e difícil a continuidade das empresas (principalmente, as micros e pequenas) que mantinham formato de atuação isolada no mercado.

As novas imposições do sistema do capital delinearão um cenário desafiador para os gestores das empresas, que se viram “forçosamente” impulsionados a traçar alternativas efetivas para potencializar e valorizar as atividades econômicas, assegurando-lhes a permanência no mercado. Portanto, a motivação para atuarem em conjunto era anunciada como estratégia de sobrevivência para as empresas, em virtude das vantagens oriundas da nova organização produtiva, traduzida em APLs. Segundo Cassiolato e Lastres (2003), nesse novo tempo histórico do capitalismo, o ponto de análise deixa de centrar-se tão somente na empresa que age individual e passa a recair sobre as relações entre conjuntos de empresas e destes com outros atores.

As interpretações que envolvem a conceituação das formas de aglomerações de empresas não são homogêneas entre os estudiosos e, sendo assim, há muitas acepções, entre as quais é possível reconhecer: aglomerados empresariais, sistemas locais de inovação, *Clusters*, polos de tecnologia, entre outras. No Brasil, a expressão utilizada e preponderante é a de Arranjo Produtivo Local, que foi conceituadamente estruturada por pesquisadores da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)¹⁹ e que serve de parâmetro para as propostas de alguns órgãos e instituições conforme as orientações particulares. De acordo com a RedeSist, APLs são:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais- com foco em um conjunto específico de atividades econômicas-que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p.05).

¹⁹ A RedeSist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da UFRJ e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter vínculos com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia. Confira: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 07 Fev. 2016.

A dinâmica compositiva de um APL resulta da combinação de uma série de fatores, que embora sob especificidades típicas das empresas no território, é traduzida por vantagens favoráveis, o que possibilita a diferenciação e o fortalecimento das empresas em aglomerações produtivas. Para alcançar um ambiente propício a existência e o desenvolvimento dos APLs, prega-se a necessidade de atuação conjunta entre os atores locais e os agentes do desenvolvimento envolvidos em uma atividade produtiva. A cooperação é entendida como necessária para o desenvolvimento das empresas em arranjos produtivos. Difunde-se o discurso de que atuar conjuntamente se torna mais frutífero do que de maneira individual.

A cooperação é uma das premissas mais conspícua da organização social desse paradigma do desenvolvimento local. Para que isso se torne possível, novas formas de acordos devem ser realizados “como os acordos de planificação – e que se disponha de instrumentos que favoreçam a aprendizagem e difundem o conhecimento através da interação entre os atores” (BARQUERO, 2001, p.93). É preciso que floresça uma relação de confiança, conexão, sinergia coletiva e troca de conhecimento entre os atores locais na perspectiva de um caminho de eficiência e prosperidade para o “bem comum de todos” nos Arranjos Produtivos Locais.

A cooperação pode ocorrer de diferentes formas: cooperação multilateral, que pode ser exemplificado por um sindicato, uma associação de produtores, uma cooperativa de crédito, um consórcio de exportação, um centro de tecnologia, etc. A cooperação bilateral pode ser exemplificada como relações formais ou informais de troca de conhecimento, compra de tecnologia, *joint ventures*, desenvolvimento conjunto, relações de longo prazo entre cliente-fornecedor (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

A propagação nos APLs de uma “cultura” cooperativa entre as empresas e os atores locais, se fundamenta na proposição dos teóricos do desenvolvimento endógeno, que defende a atuação conjunta para facilitar o acesso das empresas a uma série de recursos, possibilita que o benefício social e econômico seja amplo ao incorporar todos os componentes envolvidos, o que por sua vez não ocorre a contento com a organização de empresas que agem isoladas. Pode-se observar no fragmento extraído de um documento do SEBRAE, que a cooperação entre os agentes do APL é relevante porque tende “fortalecer o poder de compras, compartilhar recursos, combinar competências, dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, partilhar riscos e custos para explorar novas oportunidades, etc.” (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p.05).

Essas aglomerações possibilitam ganhos de eficiência que os agentes que as compõem não podem atingir individualmente – ou seja, que nelas está presente uma “eficiência coletiva”, que lhes confere às aglomerações uma

vantagem competitiva específica. A base analítica dessa “eficiência coletiva” está fundada em “economias externas locais” e “ação conjunta” (ERBER, 2008, p.12).

Como corolário dessa parceria defende-se o fortalecimento do crescimento das empresas em APLs, de modo a torná-las diferenciadas, mais competitivas e lucrativas, além de capacitá-las para encarar as grandes empresas produtoras no mercado, fornecendo produtos mais especializados e diversificados. A competitividade dos arranjos produtivos se eleva com o fator cooperação. Entretanto, para manter as empresas dos arranjos de forma satisfatória e sustentável no mercado é necessário inserir os elementos de aprendizado, de inovação e de valorização do conhecimento tácito.

Desenvolver projetos e ações criativas que estimulem e renovem a capacidade produtiva no APL – atraindo consumidores para as empresas – é essencial para ampliar/melhorar e estabelecer novas relações externas e assegurar uma posição de destaque no mercado, uma vez que a capacidade inovadora possibilita a introdução de novos produtores, processos, métodos e formatos organizacionais (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014). A inovação é assimilada como fator básico de competitividade econômica sustentável, associando-se as transformações de longo prazo na economia e na sociedade (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A cooperação e a inovação consistem em dois elementos basilares que buscam fortalecer o vigor da competitividade dos Arranjos Produtivos Locais, contudo, sua sustentação não advém, tão somente, desses fatores expostos. Vale ressaltar que, em regiões periféricas o APL pode também adquirir vantagens competitivas relevantes a partir dos recursos locais, como disponibilidade da força de trabalho. Esta condição se apresenta favorável para os empreendedores que, ao reduzir os custos com a força de trabalho em virtude da ociosidade, o capital passará a ser investido em outros setores e serviço nos Arranjos Produtivos Locais. Este movimento tende a convergir para o crescimento do arranjo produtivo, reforçando a competitividade.

[...] o custo da mão-de-obra é um importante fator de competitividade e as opções de investimento reduzidas em cidades menores, geralmente situadas em sistemas industriais periféricos podem fazer com que o APL cresça mais rapidamente. Como boa parte das melhores opções de investimento nessas regiões estão relacionadas a atividades relacionadas com o APL, seu crescimento gera mais escala, mais integração produtiva e mais investimento em novos serviços especializados e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias para o setor (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p.45).

Com a consolidação das relações conjuntas entre os atores locais (empreendedores e instituições) e o aumento da competitividade dos APLs no mercado, torna-se precípua uma

estrutura de governança para coordenar as relações e ações coletivas entre os atores locais e as diversas atividades que se processam nos Arranjos Produtivos Locais, a fim de garantir o alcance de objetivos comuns (BRASIL, 2004). Desse modo, o sucesso econômico de um arranjo produtivo encontra-se atrelado aos elementos de governança que atuam na direção de administrar as diferenças emanadas do conjunto que compõe um Arranjo Produtivo Local.

A governança se refere ao estabelecimento de práticas democráticas locais mediante intervenção e participação de distintas categorias de atores (Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais, etc.) nas tomadas de decisões na esfera local (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Segundo os referidos autores, identificam-se duas formas principais de governança em APLs: 1) a governança em “redes”, caracterizada pela presença de aglomerações de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), sem grandes empresas localmente instaladas e que possam exercer o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas; 2) a governança “hierárquica” pode acontecer quando uma ou mais grandes empresas funcionam como “âncora” na economia regional com fornecedores e provedores de atividades de serviços em torno delas (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003). Nessa conjuntura, nota-se que as relações entre os agentes são hierárquicas e o poder de decisões centralizado, no entanto “a governança hierárquica não exclui a ação conjunta, mas distribui os benefícios desta em favor dos hierarcas” (ERBER, 2008, p.23).

A cooperação e a governança local são assimiladas nesta dimensão enquanto fatores imprescindíveis à dinâmica e ao “sucesso” dos Arranjos Produtivos Locais. A ação governamental se traduz como mecanismo fundamental para promover o desenvolvimento dos APLs. As ações e projetos determinados pelos atores locais, com o propósito de acentuar a atividade econômica em arranjos, podem ser coordenadas e apoiadas pelos governos mediante políticas de fortalecimento ao desenvolvimento dos empreendimentos.

Os defensores teóricos da união das empresas em aglomerados apregoam que a formulação de políticas de apoio aos APLs atribui consistência e possibilita a reprodução dessa “nova” forma de organização produtiva, que tem se constituído enquanto estratégia importante para promover o desenvolvimento econômico em escala local e nacional, por se tratar de atividades produtivas que se apoiam na valorização e exploração das potencialidades do território, tendo os atores locais como protagonistas do desenvolvimento, bem como de favorecer a integração e manutenção de micro, pequenas e médias empresas no mercado competitivo.

Sob essa perspectiva os Arranjos Produtivos Locais organizam-se e são assimilados com uma nova roupagem, quando em essência buscam aquecer o cenário econômico nacional para atender os antigos interesses do sistema do capital, que se camufla na espetacularização desse “novo” formato de aglomeração produtiva de empresas para assegurar o seu processo contínuo de expansão e reprodução ampliada.

É no centro dessa discussão que sintetiza a dinâmica e a fundamentação teórica das empresas estruturadas em arranjos produtivos que buscamos analisar a funcionalidade, o processo de desenvolvimento da política nacional e estadual de apoio aos Arranjos Produtivos Locais e como o APL de cerâmica vermelha tem sido disseminado enquanto estratégia para o desenvolvimento da comunidade local, ao incorporar essa organização de empresas em Sergipe.

3.3.1 – A política nacional e estadual de apoio aos Arranjos Produtivos Locais e o APL de cerâmica vermelha como instrumento para o desenvolvimento de Sergipe.

A discussão sobre os Arranjos Produtivos Locais vêm sendo fortemente disseminada e incorporada na política de desenvolvimento local desde a última década do século XX no Brasil. A perspectiva de promoção econômica e social a partir da aglomeração de empresas que propõe dinamizar os territórios, transformou essa conformação produtiva em “palco” de pesquisas, projetos e ações governamentais, que passaram a incluir essa abordagem na agenda das políticas brasileira. A generalização do termo levou a inserção de APL como prioridade do governo federal, nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros²⁰.

A constituição de uma política de apoio aos APLs emerge como uma das estratégias do governo federal para elevar o desenvolvimento nacional, no entanto essa concretude carecia de ações integradas entre os órgãos (BRASIL, 2004). Muitas instituições ou órgãos já desenvolviam ações nas empresas dos APLs, mas isso se dava de forma desarticulada. Para conectar as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a Arranjos Produtivos Locais, foi formalizado em 2004 o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), com caráter interinstitucional. Este grupo possui a competência de produzir

²⁰ Para demais informações conferir o Observatório brasileiro de APL-Políticas Públicas. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/politicas_publicas_APL.html>. Acesso em: 12 jan. 2016.

e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio aos APLs em todo o território nacional²¹.

Os esforços coletivos em delinear uma política de promoção de empresas em APL estão assentados no reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas, que atuam em conjunto, são mais eficazes, quando comparadas a empresas isoladas (BRASIL, 2004). Nesse enquadramento, a vantagem competitiva dessas empresas advém da interação coletiva, do nível de cooperação edificado entre os partícipes dos arranjos, diferente das empresas não organizadas, com ações individuais.

O caráter de unidade atribuído a um APL, decorrente dos elementos específicos que compõem o agrupamento de empresas, oferece condições para a corporificação de uma política nacional de fomento a esses arranjos produtivos. A investida nos Arranjos Produtivos Locais se constitui em uma tática político-econômica do governo brasileiro que acredita na capacidade sócio-produtiva dessas aglomerações, ao contribuir para atenuar as disparidades socioeconômicas entre as regiões, elevar o nível de oportunidades de emprego e trabalho e de competitividade das empresas; bem como estimular a economia dos territórios em que os arranjos estão alocados.

De acordo com o Termo de Referência para a Política Nacional de APLs, a construção de estratégias de atuação integrada entre as instituições para promover o desenvolvimento dos arranjos fundamenta-se em dois eixos de atuação: o primeiro busca estimular a constituição de Planos de Desenvolvimento participativo, reconhecendo e valorizando a iniciativa local, ou seja, devendo ser elaborados pelos atores locais, mas não exclusivamente por eles ; no segundo eixo a articulação e intervenção de políticas públicas para melhoria de alguns aspectos que são encontrados em basicamente todos os APLs (BRASIL, 2004).

A elaboração dos Planos de Desenvolvimento ocorre mediante a realização de um acordo entre os atores locais, que deverão organizar as demandas, identificar desafios, enumerar os resultados que desejam alcançar e as ações que serão efetivadas em consonância com o desenvolvimento do APL. O Plano de Desenvolvimento de cada APL, que é elaborado por grupos de trabalhos específicos depois de ser legitimado pelo Núcleo Estadual de Arranjos

²¹ O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) foi instituído, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004 envolvendo 23 instituições governamentais e não-governamentais. Em outubro de 2005, foram integradas mais 10 instituições (Portaria Interministerial nº 331, de 24/10/2005, totalizando as 33 que atualmente constituem o grupo. Sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial deste Ministério. Esta se constitui, também, como Secretaria Técnica do GTP APL. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

Produtivo Local é conduzido a reunião do GTPAPL/MDIC, com o desígnio de buscar apoio de instituições para investir nas propostas sugeridas no PD, em vias de melhorar o desenvolvimento do APL (BRASIL, 2004; MELO et al., 2015).

Fundamentados no discurso de eficiência dos Arranjos Produtivos Locais, não tem sido circunscrita as argumentações e ações coletivas para estimular o desenvolvimento deste formato produtivo que além do respaldo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) recebem contribuição de outros agentes no fortalecimento dos APLs, assim como o GTP APL e as instituições que conformam o grupo. Entre os principais apoiadores da Política Nacional de fomento ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, pode-se mencionar: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estas instituições desempenham funções basilares para o funcionamento e desenvolvimento dos APLs, ao possibilitarem o acesso a serviços que beneficiam empresas, embora estejam condicionadas sobretudo a interesses particulares. As colaborações das instituições financeiras podem ser traduzidas por meio da concessão de crédito, de empréstimo a empresas que integram o APL, de financiamento de projetos de pesquisa, ou através de cursos de aperfeiçoamento para instituições que apoiam o desenvolvimento da estrutura dos APLs.

Nesse movimento de coadunação de iniciativas entre as instituições no fomento a Arranjo Produtivo Local, há que se destacar o papel do Estado na consolidação das aglomerações produtivas, embora seja recente a sua atuação nesse “novo espaço produtivo”. O papel do Estado é incentivar e articular as ações entre os agentes econômicos, providenciar as condições necessárias para o crescimento das empresas nos APLs, dentre outras funcionalidades. A intervenção do Estado far-se-á necessária seja por questões de “eficiência econômica (aumento de investimentos, criação de empregos, geração de divisas), seja por razões de equidade social, territorial e entre empresas (ERBER, 2008, p.25).

As ações governamentais criam condições favoráveis à sustentação dos APLs, contudo não lhes cabe o papel de protagonista nas decisões tomadas nos arranjos produtivos. Um APL não pode ser construído pela ação governamental, não é um projeto arquitetado antecipadamente. As decisões dos poderes públicos deverão estar atreladas as especificidades do espaço local, ou seja, precisam estar sintonizadas com as decisões dos atores locais nos arranjos produtivos, de modo que as negociações internas e externas possam se processar de forma “harmoniosa” em benefício do crescimento econômico e desenvolvimento dos APLs.

O desenvolvimento de um APL não é algo pré-concebível. Depende de que as ações implementadas condigam com as especificidades locais e que estejam política e socialmente respaldadas, tanto interna quanto externamente. Assim, recomenda-se a montagem neste processo de um grupo gestor, socialmente legitimado, composto por agentes públicos e privados, internos e externos ao aglomerado. O papel do Estado é incentivar, participar e, quando for o caso, coordenar e arbitrar a sua montagem (COSTA, 2010, p. 214-215).

A intervenção estatal é pressuposto para a criação de uma Política Nacional de apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais. As políticas de promoção a essas aglomerações de empresas tendem a se tornar mais eficazes quando privilegiam o conjunto de atores locais e os respectivos ambientes. Destarte, deve-se salientar que essas políticas precisam ser elaboradas de forma contextualizada, representando os desdobramentos locais dos setores, cadeias produtivas e demais preferências sinalizadas por um projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo. A articulação e coordenação das políticas em nível local, regional, nacional e até supranacional é substancial para a prosperidade de cada uma delas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

No cenário nacional, as articulações em favorecimento da organização de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais provocaram a espacialização desse formato produtivo no território brasileiro. Em consonância com esta manifestação, as ações em respaldo aos arranjos produtivos começaram a se delinear no estado de Sergipe, no entanto a sistematização de uma Política Pública estadual de apoio aos APLs²² é muito recente, ocorrendo somente no ano de 2007. Os Arranjos Produtivos Locais passaram a se inserir na política de desenvolvimento local do governo de Sergipe, ao assimilar aglomerações produtivas enquanto instrumentos favoráveis ao desenvolvimento social e econômico do estado.

[...] sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, a abordagem dos APLs foi utilizada como uma política pública de integração de ações convergentes e complementares, potencializando os recursos (técnicos, financeiros e de infraestrutura) do estado (PEREIRA; CORREIA; ALVES, 2014, p.95-96).

Com o intuito de promover o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais de forma efetivamente coordenada, o primeiro exercício do governo de Sergipe neste projeto foi instalar o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais. A Secretária do Desenvolvimento e da

²² O governo de Sergipe não atuava efetivamente no apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) antes de 2007, restringia-se apenas ao atendimento de demandas setoriais ou de cadeias produtivas específicas (...) Em 2007, com o advento do governo de Marcelo Déda, o estado elaborou um planejamento estratégico, de forma a direcionar os dirigentes e técnicos de governo a atender as demandas sociais e econômicas da população de Sergipe (PEREIRA; CORREIA; ALVES, 2014, p.95).

Ciência e Tecnologia – SEDETEC de Sergipe, alinhada com a política do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior- MDIC, instalou, em 23 de maio de 2007, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais em Sergipe (NEAPL-SE), têm como desígnio articular as instituições que atuam em aglomerações produtivas para fomentar ações direcionadas ao desenvolvimento local. O NEAPL/SE é coordenado pela SEDETEC e composto por 26 instituições²³. Desde a sua criação, este núcleo tem se revelado bastante ativo para fortalecer e apoiar os arranjos produtivos e, entre as ações de políticas já alcançadas pelo núcleo, pode-se mencionar as seguintes (Quadro 01).

Quadro 01- Políticas de apoio as empresas dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe.

- 1- Enquadramento das EPP - Empresas de Pequeno Porte com faturamento anual de até R\$1.200 mil para efeito de opção pelo Simples Nacional, permitindo o recolhimento de oito tributos de uma só vez, com alíquota máxima de tributos de 12%;
- 2- Isenção de impostos para as empresas optantes do Simples Nacional, com faturamento de até R\$ 360.000,00 ao ano, beneficiando 90% do total de contribuintes do ICMS de Sergipe;
- 3- Isenção da cobrança antecipada de parcela do ICMS das empresas que aderiram ao Simples Nacional;
- 4- Deu celeridade ao processo de registro mercantil na Junta Comercial, reduzindo para 1 dia o tempo médio e disponibilizando formulários, consultas e registro de autônomos via Internet;
- 5- Acesso das MPE às compras do Governo através do ComprasNet;
- 6- Lançamento pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE) de uma linha de crédito (CREDI-APL) com juros subsidiados, para atendimento às empresas integrantes de Arranjos Produtivos Locais (APL) e outra com R\$ 15 milhões, com recursos do FNE e FAES para ME e EPP;
- 7- Incorporação do tema APL no âmbito do Plano Plurianual da SEDETEC (PPA);
- 8- Instalação do Núcleo Estadual de APL (APL/SE);
- 9- Lançamento de editais para demandas tecnológicas dos APLs pela Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC);
- 10- Instalação do Núcleo RENAPI (ABDI- FIES-SEDETEC)

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha Sergipana, 2008. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

Além dessas iniciativas, direcionadas aos APLs, outras já foram implantadas como o desenvolvimento do Programa de Extensão Industrial e Exportadora-PIEX (APEX-IEL-

²³ Para a obtenção de informações mais completas sobre a atuação e funcionalidade do NEAP-SE consultar: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>. Acesso em: 29 Dez.2015.

SEDETEC) com ações de capacitação produtiva e para exportação, para as empresas integrantes dos arranjos produtivos apoiados, contratação de gestores para APLs. Outra iniciativa relevante tem sido a atuação do Instituto Tecnológico e de Pesquisas de Sergipe (ITPS) que vem oferecendo testes laboratoriais de certificação e de qualidades de produtos para as empresas dos APLs (MELO et al., 2015).

A política estadual de apoio aos APLs enseja dinamizar a economia dos territórios locais/regionais, interiorizar o desenvolvimento para todas as regiões sergipanas, construir um ambiente vantajoso para atração de capital, aumentar a interação e a cooperação entre produtores e empreendedores, acentuar o dinamismo empresarial, motivar a inovação tecnológica, melhorar a qualidade de vida dos municípios e da região, com aumento da geração de emprego e renda para a comunidade local (SERGIPE, 2015).

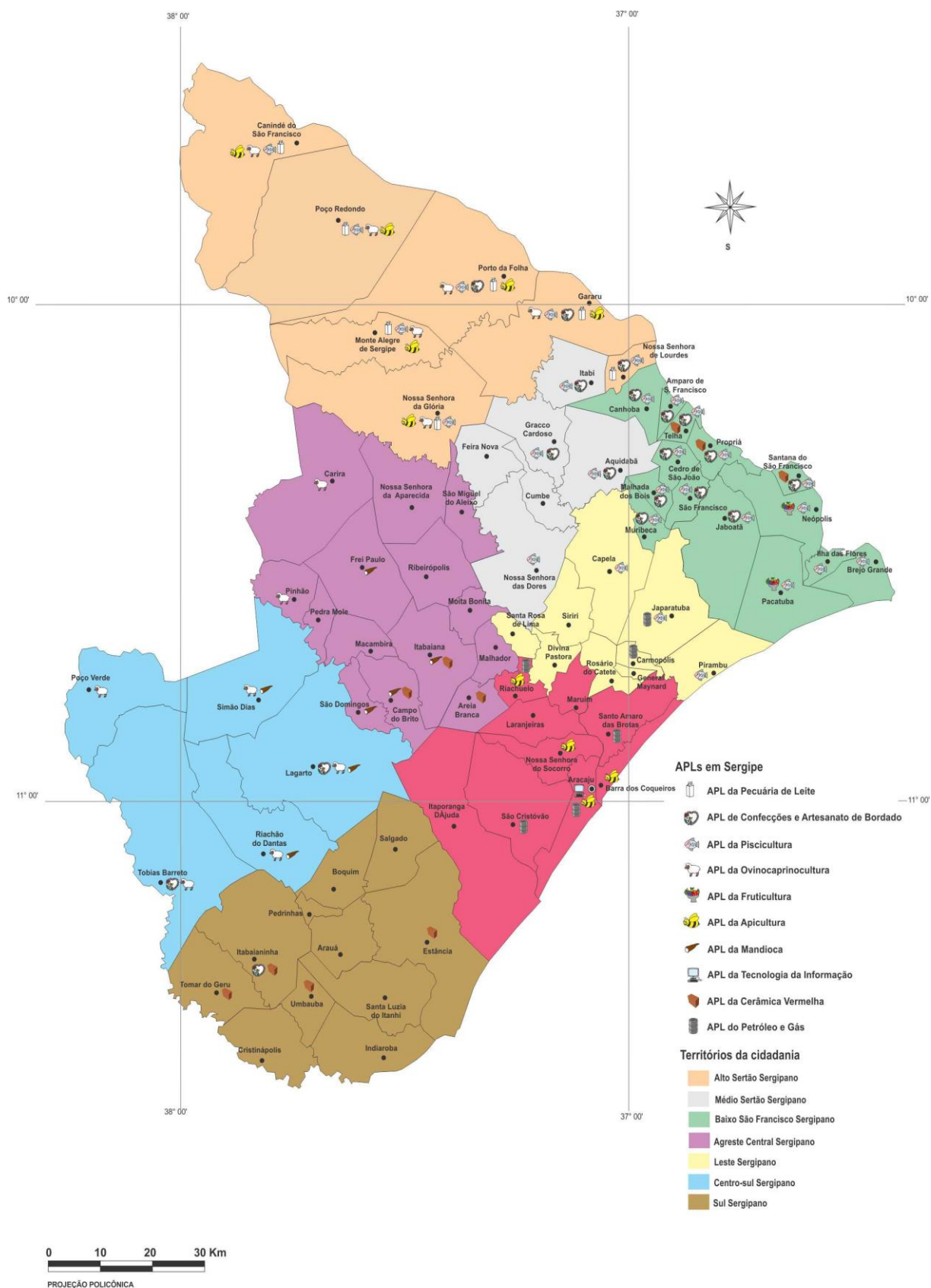
As pesquisas realizadas pelo NEAPL/SE, no período de 2007 e 2008, identificaram a presença de 17 APLs em Sergipe, todavia apenas 10 desses arranjos foram cadastrados no MDIC como prioritários, sendo, portanto, contemplados por políticas de apoio aos arranjos (SERGIPE, 2015). Os Arranjos Produtivos Locais de Sergipe não se encontram no mesmo nível de desenvolvimento, variando de acordo com a forma de articulação e confiança estabelecida entre as empresas e as instituições de apoio, o grau de desempenho empresarial, a estrutura produtiva, a abrangência no mercado local/regional, etc.

Apesar do reconhecimento da relevância de todos os arranjos identificados – na geração de emprego, trabalho e renda e ao contribuir para a transformação do território em que está alocado – alguns se destacam por contribuições expressivas e amplas para o desenvolvimento econômico de Sergipe. Conforme informações do NEAPL/SE são priorizados os APLs que apresentam as seguintes características:

[...] potencial para gerar ocupação e renda consideráveis na comunidade, que ofereçam oportunidades expressivas para o desenvolvimento, incluindo possibilidades de participação no comércio exterior, bem como oportunidades para inovação tecnológica e formação de capital social (MELO et al., 2015, p.264).

Os Arranjos Produtivos Locais elegidos pelo MDIC – Pecuária do Leite, Confeções e Artesanato de Bordado, Piscicultura, Ovinocaprinocultura, Fruticultura, Apicultura, Mandioca, Tecnologia da Informação, Cerâmica Vermelha e APL de Petróleo e Gás – perpassam todos os oito Territórios de Planejamento, apesar de não se espalhar uniformemente (Mapa 02).

Mapa 02 – Territorialização dos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe.



Software de Cartomática: PHICARTO

Elaboração: José Hunaldo Lima

Fonte de dados: Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe

A maioria dos Arranjos Produtivos Locais é composta por base agropecuária, estando concentrados no Território do Alto Sertão Sergipano (TASS)²⁴ e no Território do Baixo São Francisco Sergipano, os quais se destacam dos demais por apresentarem baixo nível de desenvolvimento social e econômico, *lôcus* de vastos e históricos conflitos/disputas por terra e água, etc. Nesse cenário de adversidades, políticas de desenvolvimento de cunho local e/ou territorial vêm sendo implantadas para combater a pobreza extrema e cerrar com outras mazelas impregnadas no seio social desses territórios. Nesta esteira, os arranjos produtivos são fomentados nesses “espaços” como estratégia para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais que deverão, por conseguinte, produzir levando em consideração as singularidades do território.

Com a existência de olarias e cerâmicas distribuídas de forma expressiva pelos municípios do estado de Sergipe, a atividade cerâmica passou a ser considerada, desde o ano de 2008, como uma atividade produtiva próspera para o desenvolvimento das comunidades que as abarcam. Devido a esse reconhecimento e embasado no projeto do desenvolvimento local, o governo do estado de Sergipe passou a estimular e apoiar a junção destes empreendimentos em arranjos produtivos, como alternativa para garantir que as micro e pequenas empresas elevassem as possibilidades efetivas de crescimento e sobrevivência no mercado competitivo.

Acreditando no potencial das indústrias de cerâmica vermelha, para desenvolver a economia do território e contribuir para o desenvolvimento social da comunidade local, os arranjos produtivos do segmento cerâmico passaram a ser contemplados com a política estadual para APLs. Envolto nessa política de desenvolvimento, o governo de Sergipe em parceria com as instituições financeiras e instituições representantes do segmento cerâmico local assume a função de apoiar e/ou mediar a construção de ações concretas que proporcionem a inserção e permanência das cerâmicas vermelhas no mercado e, evidentemente, favorecendo a dinâmica da economia sergipana.

A proposta é capacitar as cerâmicas para oferecer produtos de melhor qualidade, ampliar a produção, viabilizar o aperfeiçoamento tecnológico, melhorar a disponibilidade de crédito, tornar as empresas sustentáveis e capazes de competirem no cenário local e regional. Parte do setor empresarial tem se mobilizado nessa direção com o desígnio de fortificar o segmento de cerâmica vermelha no mercado sergipano.

²⁴ O TASS é um território em foco para as ações do Plano de Desenvolvimento, pois apresenta o menor índice de IDH do estado, uma expressiva produção de leite e rebanho bovino e um crescimento na produção de grãos de milho. Além disso, acredita-se que o TASS careça de mais investimentos em sua infraestrutura para que consigam elevar sua capacidade de produção e comercialização (GOMES, 2014).

Há muitas ações que precisam se materializar para desenvolver efetivamente os APLs de cerâmica vermelha em Sergipe, assim como existem desafios a serem encarados e superados em uma política estadual para Arranjos Produtivos Locais. De acordo com o NEAPL/SE, foram identificados pelo GTP-APL de cerâmica vermelha os referidos desafios e oportunidades nos três Territórios de APLs desse segmento em Sergipe (Quadro 02).

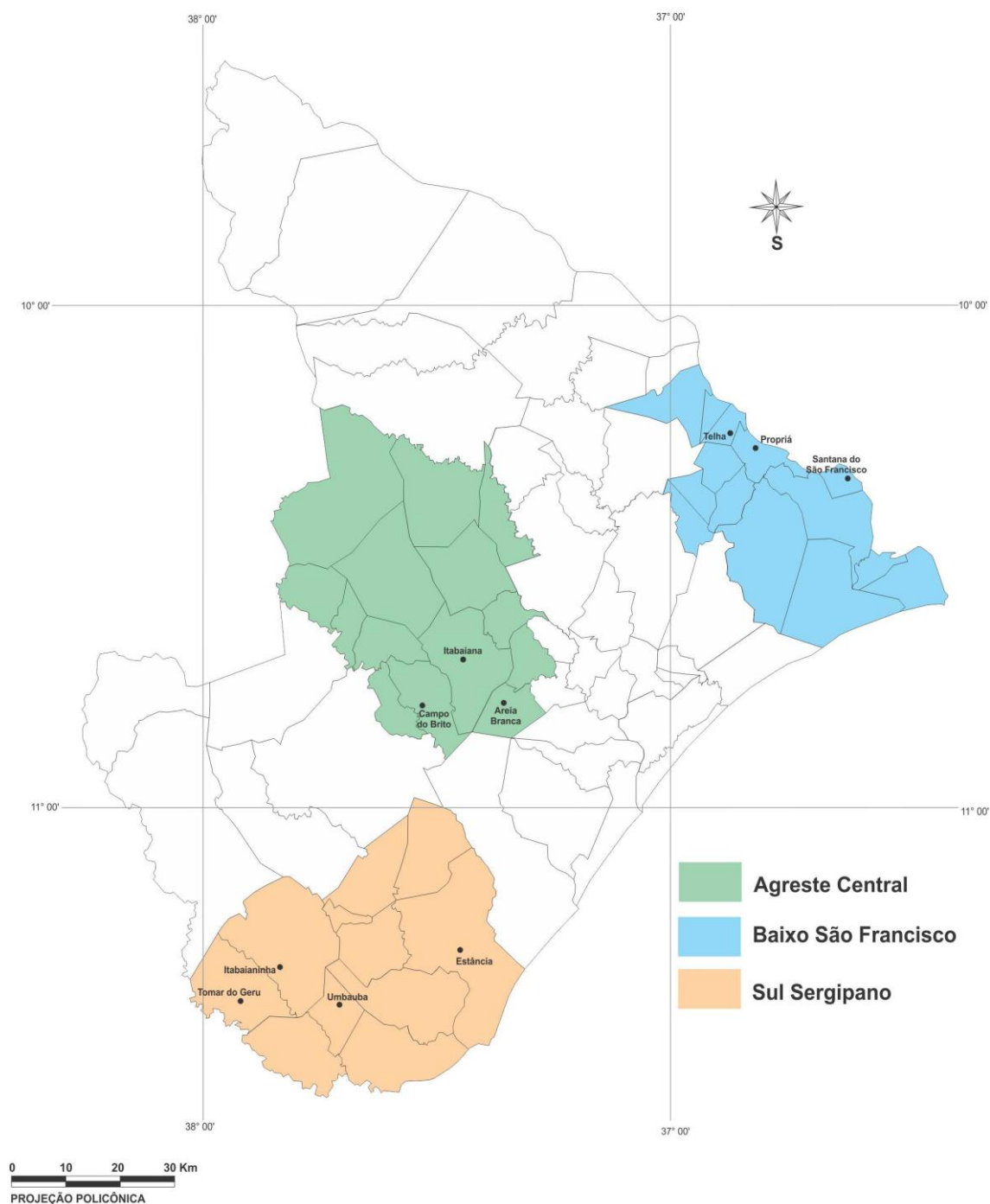
Quadro 02 – Desafios e oportunidades de desenvolvimento nos Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha em Sergipe.

APL de Cerâmica Vermelha	
Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a Legislação • Promover o associativismo • Disponibilização de áreas • Modernização Tecnológica • Capacitação • Diagnóstico do Setor • Segurança e saúde no trabalho • Recuperação de áreas • Comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor utilização da mão-de-obra sazonal • Exploração Sustentável • Inovação tecnológica • Fabricação de equipamentos • Verticalização da cadeia produtiva • Aproveitamento de resíduos • Reflorestamento

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha Sergipana, 2008. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

De acordo com o NEAPL, em Sergipe foram identificados três territórios de Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha e nove municípios que se destacam por concentrarem as indústrias cerâmicas, que são: Agreste Central (Itabaiana, Areia Branca e Campo do Brito), Sul Sergipano (Estância, Itabaianinha, Tomar do Geru e Umbaúba) e Baixo São Francisco (Propriá, Santana do São Francisco e Telha) (Mapa 03).

Mapa 03: Territorialização dos Arranjos Produtivos Locais de Cerâmica Vermelha em Sergipe.



Software de Cartomática: PHICARTO

Elaboração: José Hunaldo Lima

Fonte de dados: IBGE (2010) e Sergipe (2008).

Os APLs de cerâmica vermelha – entendidos como estratégia favorável a geração de novas oportunidades de emprego e renda para a comunidade local, propulsores do desenvolvimento econômico e social – se apresentam como parte constitutiva da dinâmica produtiva dos territórios que (des) envolvem esta forma de atividade econômica. Pesquisas realizadas apontaram que, nos principais municípios que condensam as indústrias cerâmicas

(Itabaiana, Itabaianinha e Propriá) dos três territórios de APLs, tanto os trabalhadores como os proprietários possuem pouco conhecimento atinente ao termo APL, sua dinâmica e funcionalidade.

De forma geral, compreendem que um arranjo produtivo de cerâmica vermelha decorre da existência de um grupo de empresas que desenvolvem a mesma atividade econômica e estão próximas umas das outras. Em essência, os ceramistas desconhecem a plenitude e importância da conjugação de fatores que atribuem sentido à conformação das aglomerações produtivas, bem como se mostraram distantes do entendimento da política para APLs de Sergipe e de suas vantagens práticas para as cerâmicas e para favorecer o desenvolvimento econômico e social da comunidade local. Os depoimentos dos ceramistas se mostraram reveladores:

Já ouvi falar de APL, tem umas reuniões aí, mas não sei o que é de fato. Acho que é porque têm essas cerâmicas juntas, né? Dizem que é bom para nosso negócio, que temos que fazer as parcerias para melhorar a produção e o funcionamento das cerâmicas (Entrevistado T.C, 2016).

[...] não vejo vantagem em nada nessa política para APL que andam falando. O governo não faz coisas boas que traz benefício para as cerâmicas. E quando ajuda é para o bem deles lá de cima (Entrevistado M.S, 2016).

A abordagem do formato de APL é utilizada e disseminada pelo Estado e seus representantes sob a justificativa de ser mais viável e eficaz ao direcionar políticas públicas para empresas que atuam em conjunto do que para aquelas que agem individualmente. Sob o fascínio aparente que exerce a política estadual de apoio aos APLs, assentada na perspectiva de promover e fortalecer o desenvolvimento das indústrias concentradas em aglomerações produtivas, as cerâmicas vermelhas encontram-se envolvidas na trama de possibilidades que objetiva favorecer o (des)envolvimento dos empreendimentos, geração de emprego, renda e trabalho.

Ao analisar a dinâmica das indústrias de cerâmica vermelha em APLs e suas articulações com outros atores locais, constatou-se que o fator cooperação se traduziu de forma pouco substanciada. As ações conjuntas mais consolidadas entre os ceramistas são notadas no Território do Baixo São Francisco, enquanto nos APLs do Agreste Central e Sul Sergipano as relações conjuntas conformadas se mostraram bem rarefeitas, ou seja, os ceramistas são bem mais individualizados. De forma geral, entre os oleiros as ações conjuntas se apresentam mais consolidadas em comparação àquelas erigidas entre os ceramistas. Os oleiros revelaram que, quando possível, pegam emprestado o transporte com outros ceramistas/oleiros ou se reúnem para solicitar empréstimos bancários.

Neste viés, foi possível capturar as sinalizações concretas de laços estabelecidos entre os produtores ceramistas e oleiros, embora a cooperação seja visivelmente tênue, ela se apresenta necessária para erguer e fortalecer o desenvolvimento das empresas no contexto de “integração” e “exclusão”, tecido com processo de mundialização do capital.

Nessas aglomerações, toda dinâmica interna deve passar pelo crivo do capital que, por um lado instila e apoia as ações coletivas para vivificar os arranjos, e por outro lado de forma ferrenha estimula a competitividade. O que importa é viabilizar as condições de produção para atender o mercado, garantindo a reprodução e expansão do capital no território. De acordo com Brasil (2004), o mercado consiste em uma das suas diretrizes de atuação, ou seja, as ações nos arranjos deverão estar orientadas para o mercado.

Por mais que seja apregoada a ideologia do protagonismo dos sujeitos sociais no incentivo ao (des)envolvimento dos APLs, sua “autonomia” é claramente circunscrita, pois suas decisões no local se subjazem àquelas de ordem econômica, articuladas em outra dimensão escalar. A produção se destina a atender amplamente interesses do mercado e não as necessidades materiais dos produtores locais.

Nesta dimensão e sob a congruência da lógica do capital, os APLs de cerâmica vermelha agem na direção de priorizar a firmeza das relações sociais e de produção desigual, de modo a cumprir a reprodução do capital, não assegurando condições de igualdade entre empreendedores no acirrado mercado. A lógica é viabilizar o cenário para novas formas de realização da produção, que ocorre de maneira desigual e contraditória.

Nessa perspectiva ratifica Gomes (2014, p.117), “toda a dinâmica estabelecida pelo APL se submete aos ditames do mercado, enquanto processo totalizante no sistema do capital”. Ainda de acordo com este autor, o Arranjo Produtivo Local se sustenta a partir de seu desempenho no mercado e de seu alinhamento ao reordenamento do Estado, considerando que a inserção cada vez maior ao mercado significa estar sob seus mandos e caprichos, consubstanciados pelo processo de acumulação do capital.

A política estadual de apoio a APL encontra-se assentada no tripé capital, Estado e mercado e sob o discurso de capacitar melhorias que fortaleçam as aglomerações produtivas e potencializem a geração de emprego, renda e trabalho, mascara o real e concreto objetivo: a sedimentação dessa forma de organização produtiva como alternativa de exploração da força de trabalho e apropriação da natureza a serviço da acumulação do capital. É no âmago deste emaranhado que buscamos analisar, no próximo capítulo, a dinâmica e espacialização das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe e os contornos estabelecidos na contraditória relação sociedade/natureza.

CAPÍTULO 04 – INDÚSTRIAS DE CERÂMICA VERMELHA E OLARIAS EM SERGIPE E OS REVESES DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA.

4.1 – A espacialização e a dinâmica das cerâmicas vermelhas e olarias no estado de Sergipe.

A dinâmica do setor cerâmico é influenciada pelo movimento de (de)crescimento do setor da construção civil que, por sua vez, influencia o ritmo do segmento de cerâmica vermelha, sendo que o seu desempenho irá repercutir na produção econômica dos territórios que incorporarem essa atividade produtiva. As cerâmicas vermelhas organizadas em arranjos produtivos são assimiladas como impulsionadoras do desenvolvimento local, ao passo que se analisa a expressividade do crescimento das indústrias cerâmicas e a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, fatores que contribuem para o favorecimento de novas oportunidades para os trabalhadores e trabalhadoras e melhorias para a comunidade local.

Por meio da aplicação de questionários junto ao economista e gerente²⁵ de projetos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe, foi possível obter informações precípuas para entender a dinâmica do setor cerâmico, assim como também foi possível traçar um panorama do crescimento e espacialização das indústrias cerâmicas no estado de Sergipe, no período que se estende de 2006 a 2014, já que não há disponibilidade de dados oficiais para o ano de 2015, nem para o ano de 2016.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego/ Relação Anual de Informações e que foram cedidos pelo gerente de projetos da SEDETEC, analisamos que desde 2006 o número dos estabelecimentos formais de cerâmica vermelha tem se mantido em um ritmo crescente na sua totalidade, embora se apresente com um aumento suave. Ao comparar a quantidade de cerâmicas vermelhas formais que existiam em 2006 com o número encontrado no ano de 2014, identificamos um acréscimo de 48 indústrias no período de oito anos.

É perceptível que a menor expressividade quantitativamente dessas indústrias foi marcada no ano de 2006, atingindo o total de 66 cerâmicas. Remete-se, neste contexto, que os aportes das instituições e do governo às cerâmicas se mostravam cerceados, uma vez que as

²⁵Magaiver Lima Santos Fontes Correia é economista e gerente de projetos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC).

organizações se apresentavam desarticuladas e incipientes, já que não havia corporificação de uma política estadual para Arranjo Produtivo Local de Sergipe.

Desde o *boom* do setor da construção civil em 2010, como foi explicado na introdução deste trabalho, as indústrias de cerâmica vermelha têm alcançado destaque no mercado sergipano. Portanto, a despeito de identificamos que o crescimento proeminente dos estabelecimentos cerâmicos ocorreu no ano de 2011, com a ascensão de 26 cerâmicas, passando do registro de 88 em 2010, para o de 103 cerâmicas, em 2011 (Tabela 08). Os liames compositivos que convergiram para sedimentar esse cenário favorável decorreram do período de bonança que vivenciava o setor da construção civil, bem como do papel que o NEAPL/SE vem procurando desenvolver para promover e apoiar os Arranjos Produtivos Locais em Sergipe.

Em sintonia com o movimento assertivo no cenário cerâmico, Sergipe chega em 2014 com o registro de 114 estabelecimentos, embora tenha sentido os reatamentos do arrefecimento do setor da construção civil no referido ano. A partir dos dados da tabela 08, observamos a distribuição dos estabelecimentos de cerâmica em condições de formalidade, que por mais que estejam concentrados em determinados municípios (Itabaiana, Itabaianinha e Propriá) dos três territórios de APLs traçados neste estudo, se espacializam por outros Territórios de Planejamento sergipano, conferindo-lhes importância na dinâmica produtiva local e estadual.

Em todo o período considerado, nota-se que o Território Sul se destaca por concentrar a maior quantidade de cerâmicas em comparação aos demais territórios, e o município de Itabaianinha é o responsável por abarcar a maior parte dos estabelecimentos formais de cerâmica vermelha, não apenas desse território, mas se destaca como o maior concentrador de empresas cerâmicas do estado de Sergipe. O registro mais antigo, obtido nas pesquisas de campo, foi o da “Cerâmica São José” que se encontra a 38 (trinta e oito) anos no mercado sergipano e que começou como olaria até se aperfeiçoar na configuração atual de empresa.

O Território do Agreste Central se apresenta como o segundo território mais povoado de cerâmicas e as empresas estão alocadas no município de Itabaiana, o segundo maior produtor de cerâmicas e grande concentrador de olarias (Tabela 08). Conforme informação dos entrevistados, a cerâmica mais antiga implantada em Itabaiana registra mais de 20 (vinte) anos de funcionamento, enquanto a olaria tem aproximadamente 40 (quarenta) anos de existência e está situada no povoado Rio das Pedras.

Tabela 08 – Distribuição dos estabelecimentos formais da atividade de fabricação dos produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil, por território, em Sergipe 2006-2014.

Território	Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sul	Itabaianinha	26	26	29	29	30	40	42	44	46
	Umbaúba	2	3	3	3	4	3	5	5	5
	Tomar do Geru	0	0	1	2	2	2	2	2	2
Agreste Central	Itabaiana	20	22	21	22	24	24	28	27	27
	Campo do Brito	1	2	3	3	4	5	4	5	6
	Areia Branca	1	1	1	1	0	2	0	2	2
Baixo Francisco	Santana do São Francisco	2	2	3	3	2	4	4	3	3
	Propriá	3	4	4	5	5	5	4	4	4
	Telha	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Neópolis	1	1	3	3	1	1	1	0	0
Leste	Siriri	2	4	5	6	5	5	4	6	5
	Capela	0	1	1	1	1	1	1	1	1
	Japaratuba	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Centro-Sul	Simão Dias	2	2	3	4	4	4	4	4	4
	Lagarto	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Grande Aracaju	Nossa Senhora do Socorro	1	1	2	2	3	3	3	3	2
	Aracaju	3	2	2	2	1	1	1	1	1
	Riachuelo	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Médio Sertão	Nossa Senhora das Dores	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		66	73	83	88	88	103	107	112	114

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

Em seguida, combinado neste movimento, encontra-se o Território do Baixo São Francisco, no qual embora a expressividade desse tipo de estabelecimento seja menor, se posiciona como o terceiro maior território em aglomerações produtivas de cerâmica vermelha. Neste território o período de nascimento das cerâmicas é recente, em torno de 15 (quinze) anos, sendo o município de Propriá o concentrador desta atividade produtiva. O município com menor quantidade de estabelecimentos cerâmicos nos contornos da legalidade é o de Nossa Senhora das Dores, localizado no Território do Médio Sertão, contudo se destaca por ser ponto de extração de argilas, para a fabricação dos produtos cerâmicos, pelos municípios adjacentes produtores (Tabela 08).

De forma esclarecedora, as pesquisas realizadas com os ceramistas e oleiros dos municípios do recorte espacial da pesquisa, Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, revelaram que o envolvimento com esta atividade produtiva estava relacionado, de forma geral, com a “cultura” do lugar, herança empresarial passada de “geração em geração”, isto possibilitou a permanência e reprodução das cerâmicas e olarias mesmo diante dos vastos desafios e irregularidades. Outra junção singular dessa motivação se traduzia pela facilidade de se inserir neste ramo produtivo em virtude do baixo custo de instalação dos estabelecimentos, fatores locais como abundância de argila, matéria-prima encontrada nas proximidades das empresas, além da oferta da força de trabalho local, sobretudo, sem qualificação. Os depoimentos de proprietários das cerâmicas e olarias mostraram a existência dessa conjugação e um certo vínculo de pertencimento da comunidade ao lugar através dessa atividade econômica.

Decidi construir essa olaria porque era fácil, o custo de instalar era baixo e também por causa das condições do lugar que tinha o barro bom e muito, tinha muita gente para trabalhar. Botei esse negócio aqui pra ter renda é bom pra comunidade esse trabalho. (Entrevistado S.T, 2015).

Era de meu pai esse negócio aqui, eu ajudava ele e depois passou pra mim e botei pra frente. Comecei com uma olaria, hoje “tô” com essa cerâmica grande e já tem 15 anos. (Entrevistado A.C, 2015).

Comecei aqui porque tinha muito barro para produzir e tinha muita gente que tinha esse tipo de negócio aqui em Itabaianinha. É da cultura daqui a gente se identifica com as cerâmicas né?! Meu pai tem uma, meu irmão também, aí por influência dele coloquei uma pra mim também. (Entrevistado, R., 2015).

Aqui tá todo mundo envolvido nesse trabalho. Pode perguntar por aí se todo mundo num tem um parente ou conhecido que trabalhe nas olarias e cerâmicas (...) É tradição do nosso lugar de Itabaianinha. O ganho é pouco mais só saio daqui quando morrer. (Entrevistado B.C, 2016).

Esta atividade produtiva se apresenta como um traço “cultural”, incorporada pelos sujeitos sociais dos povoados e dos municípios investigados, os quais erigiram os empreendimentos de cerâmica vermelha, em arranjos produtivos, mediante a disponibilidade dos recursos e potencialidades do território. Neste enquadramento, os atores locais (proprietários, instituições locais e financeiras, associações, sindicato, etc.) tornam-se aparentemente os protagonistas responsáveis pelo fomento e fortalecimento econômico desses empreendimentos, capazes de construir estratégias para atrair investimentos externos para o território na proposição do desenvolvimento endógeno. Conquanto, quem verdadeiramente tece as relações no espaço local é o capital que captura e se apropria das virtuosidades do território, tornando a dinâmica produtiva e o “protagonismo” dos atores locais e sujeitos sociais submissos às determinações e relações socioeconômicas engendradas na macro escala.

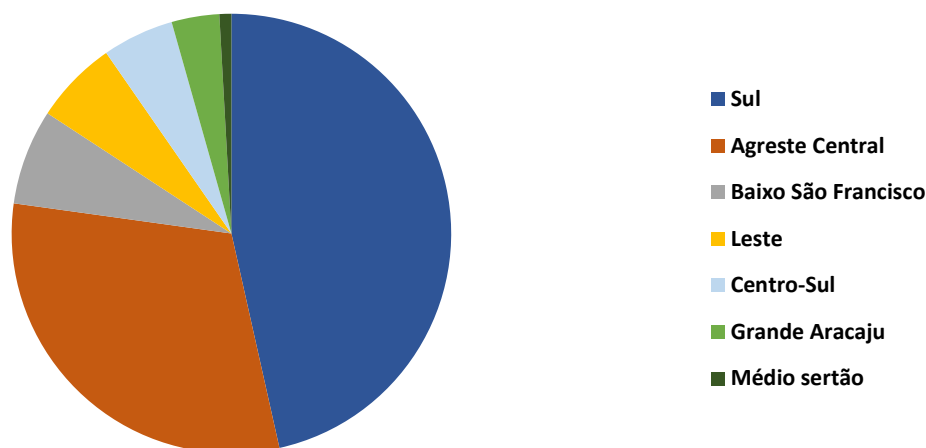
O discurso do protagonismo dos atores locais oculta que os propalados atributos específicos, nada mais são, senão, os atrativos úteis ao capital. Este se territorializa em função dos ganhos obtidos com os arranjos produtivos construídos. Territorializado, comanda o ritmo produtivo da economia local e a qualidade de sua relação com o global (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p.10).

O discurso do desenvolvimento local incute no ideário social a capacidade participativa dos atores locais em gerir a própria dinâmica produtiva de forma sustentável, de elevar o desenvolvimento econômico e social do território, sob a ideologia de gerar emprego, renda e trabalho para melhorar a qualidade de vida da comunidade, bem como cessar as deficiências internas. A articulação entre território-economia utilizada na política estadual de apoio aos APLs com a ideologia de identidade local e participação social apregoa uma sociabilidade possível de relações harmoniosas e inclusivas, quando em verdade serve para encobrir a apropriação desigual das riquezas naturais e a produção desigual e conflituosa do território, atribuindo-lhe conotação passiva entre os atores locais, ou seja, abstrai-se o conflito capital/trabalho, as desigualdades e relações de poder avivadas no local.

É possível constatar que, a partir dos dados coletados em 2014, a concentração dessa forma de empreendimento no APL de cerâmica vermelha do Território Sul abarcou 53 dos 114 estabelecimentos formais registrados, ou seja, sua participação foi de 46% do total. No que concerne ao APL do Agreste Central, a abrangência foi de 31% do total, ficando em seguida com apenas 7% as aglomerações produtivas do Baixo São Francisco (Gráfico 05). Esses três arranjos produtivos assumem um peso maior no desenvolvimento econômico da comunidade local dos territórios alocados. Embora os dados oficiais reconheçam a existência de 114 empresas formais de cerâmica vermelha no ano de 2014, segundo informações do SINDICER

(2015), há aproximadamente mais de 100 empresas que ainda se encontram em situações de irregularidades, sobremaneira, as olarias.

Gráfico 05 – Distribuição dos estabelecimentos formais de cerâmica vermelha, por território, no estado de Sergipe, 2014.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014.
Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

O crescimento das indústrias de cerâmica vermelha neste contexto, encontra base explicativa no desenvolvimento de políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais que passaram a beneficiar as cerâmicas integrantes dos aglomerados produtivos, bem como do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que tem como traço específico motivar a instalação de novas indústrias no interior do estado de Sergipe, sob a concepção de promover a geração de emprego e renda para a comunidade local e dinamizar a economia do território receptor das indústrias. Embasado na estratégia político-econômica do governo do Estado, o programa busca propiciar incentivos fiscais expressivos para facilitar a fixação e desenvolvimento das indústrias e, sob esta proposição empresas de cerâmica vermelha estão sendo contempladas²⁶.

De acordo com os dados divulgados pelo Sindicato das Indústrias de Cerâmicas e olarias do Estado de Sergipe e que foram publicados na SEDETEC, o estado de Sergipe destaca-se por

²⁶ O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial serve para estimular a economia na atração de novos negócios através de concessão de incentivos. As empresas incentivadas pelo PSDI podem contar com: cessão, venda ou permuta de terrenos ou galpões industriais, a preços subsidiados, para implantação de empreendimentos e/ou ações voltadas para o Parque Tecnológico de Sergipe; apoio fiscal com concessão de diferimento do ICMS nas importações do exterior, de bens de capital, bem como do diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais pertinentes aos referidos bens de capital novos, feitas por empreendimentos industriais novos, ou por empresas industriais em funcionamento, entre outras. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/interior-de-sergipe-atrai-cinco-novos-empreendimentos>. Acesso em: 21. Mar. 2016.

produzir aproximadamente 10% de toda cerâmica vermelha consumida no Nordeste, sendo os municípios de Itabaiana, Itabaianinha e os municípios do APL do Baixo São Francisco os principais produtores, como já fora referenciado (SERGIPE, 2012a). Nas cerâmicas a produção é variável conforme a estrutura das empresas e a tecnologia empregada. Os produtos cerâmicos são fabricados em quantidades que atendam à demanda do mercado.

Os oleiros revelaram que produzem nas olarias, em média de 6.000 a 7.000 mil peças de telhas diariamente, e o milheiro custa aproximadamente R\$220 (duzentos e vinte) reais. Concernente à fabricação de tijolinhos, registrou-se uma quantidade bem inferior, em torno de 2.000 mil peças por dia, sendo o milheiro vendido ao preço de R\$110 (cento e dez) reais.

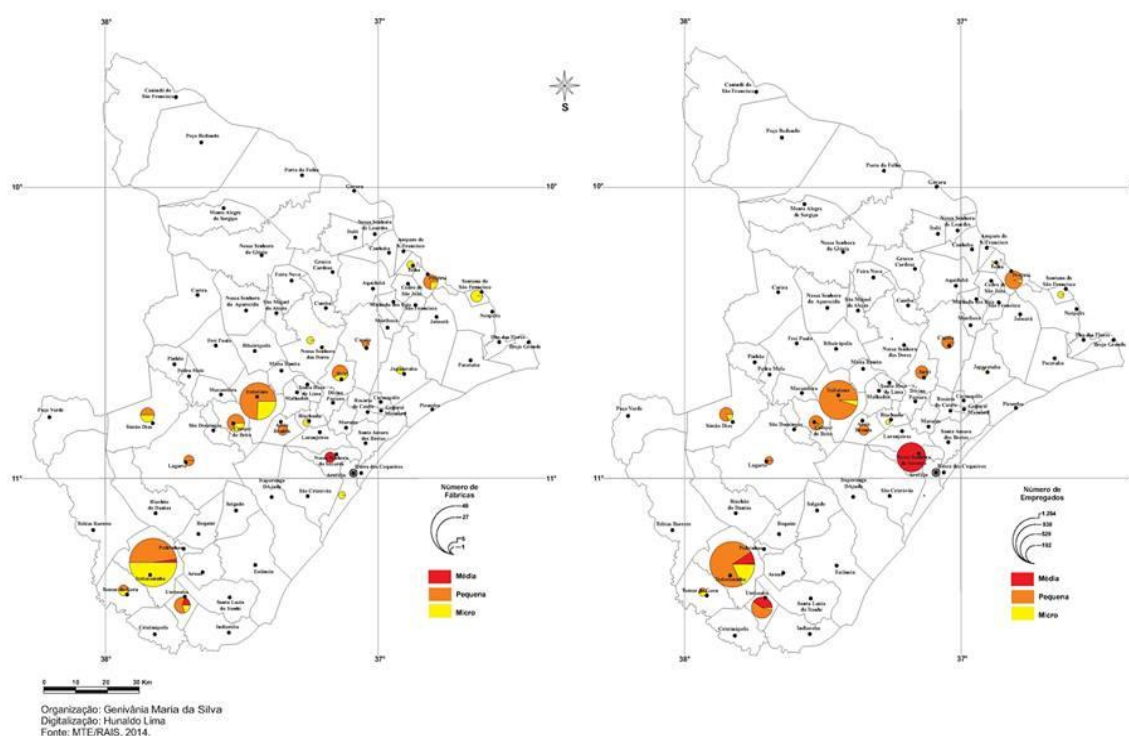
O complexo de telhas, situado na zona rural do município de Itabaianinha, é bastante expressivo e produz cerca de 129 mil telhas por semana, sendo o milheiro de telhas pequenas oferecido ao preço de R\$320,00 (trezentos e vinte) reais, enquanto as telhas grandes custam em torno de R\$520,00 (quinhentos e vinte) reais. São produzidos dois tipos de telhas: colonial branca e colonial vermelha. As tonalidades das telhas variam de acordo com as propriedades minerais de cada argila utilizada e com o tipo de queima empregado no processo, sendo que a quantidade de tempo determinada e a temperatura utilizada nos fornos para o cozimento das cerâmicas brancas são menos acentuadas, fator contribuinte para o alcance da coloração clara das telhas.

Nas cerâmicas, a produção ocorre de forma bem mais potencializada, as empresas de grande porte produzem, aproximadamente, 180 mil peças de blocos diariamente. Os produtos fabricados nas empresas ceramistas de Itabaianinha são destinados ao mercado consumidor do estado de Sergipe, Bahia e Pernambuco (apenas três das empresas pesquisadas ofertam produtos para este estado). Em Itabaiana, as peças cerâmicas abastecem os estados de Sergipe e da Bahia, já o município de Propriá exporta para o estado de Alagoas, preponderantemente. Os oleiros, na sua totalidade, inscreveram que seus produtos (tijolinhos e telhas) são escoados somente para os municípios circunvizinhos no próprio estado de Sergipe e que carecem de condições básicas para produzir e realizar o transporte das mercadorias.

Tanto nas empresas cerâmicas como nas olarias o que predomina é a distribuição dos produtos de forma direta, seja para os consumidores individuais e/ou para as prefeituras, embora sem contratos fixos estabelecidos. As empresas equipadas tecnologicamente, reconhecidas no cenário estadual/regional, como a “Cerâmica São José”, conseguem estabelecer acordos com construtoras conceituadas e com o governo do estado de Sergipe, fornecendo peças de blocos estruturais, de vedação, lajotas e calhas de alta qualidade.

No segmento cerâmico a predominância é das indústrias de micro e pequeno porte. Os dados apresentados pelo MTE/RAIS, sobre a distribuição dos estabelecimentos formais de cerâmicas para uso estrutural na construção, no ano de 2014, ratificaram essa informação e revelaram municípios que mais concentram as empresas de micro e pequeno porte e a força de trabalho empregada. No município de Itabaiana a predominância é das cerâmicas de pequeno porte, atingindo o total de 20 (vinte) empresas e que abarcam a maior parte da força de trabalho, um total de 894 empregados dos 939 ofertados, neste município no ano correspondente. Neste mesmo alinhamento segue o município de Propriá que tem concentração nas empresas de pequeno porte e que, por sua vez, incorporam a grande maioria dos empregados, atingindo 180 dos 192 trabalhadores ocupados nas cerâmicas (Mapa 04).

MAPA 04- Distribuição dos estabelecimentos de fabricação de produtos cerâmicos não-refratórios para uso estrutural na construção civil, segundo o porte, por municípios e a força de trabalho empregada, por municípios, no estado de Sergipe, 2014.



No município de Itabaianinha houve um certo equilíbrio na distribuição das 46 (quarenta e seis) cerâmicas entre as de micro porte, que compreenderam 23 (vinte e três) das empresas formais, e as de pequeno porte que ficaram com o total de 22 (vinte e dois) estabelecimentos, diferentemente das empresas de médio porte que registraram apenas uma cerâmica. Com relação à distribuição dos empregos, as empresas de pequeno porte se destacam por concentrarem 925 dos 1.264 empregados neste município (Mapa 04). As empresas cerâmicas

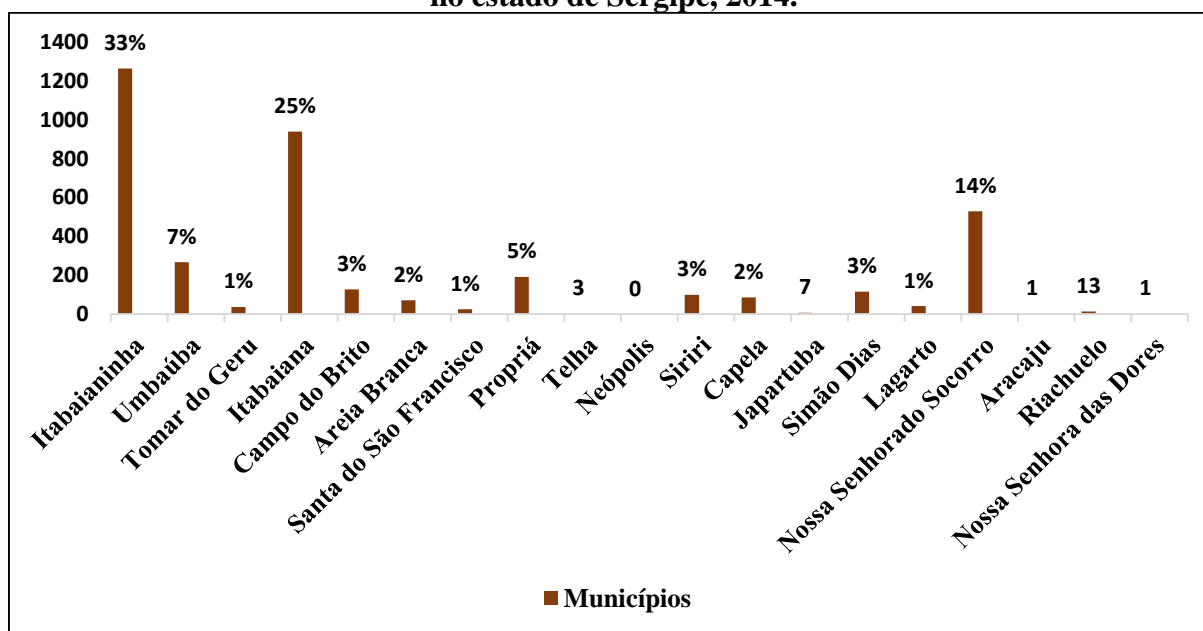
de médio e grande porte são poucas, no entanto têm forte expressividade para os trabalhadores. No município de Nossa Senhora do Socorro duas cerâmicas de tamanho médio ofereceram 529 empregos no ano de 2014, atribuindo sua importância para o mercado cerâmico.

De forma mais abrangente, a pesquisa divulgada pelo MTE/RAIS mostrou que o número de empregados formais da atividade de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil em Sergipe teve um crescimento positivo no período de 2006 a 2014. Observa-se que em 2010 o número de empregados formais foi de apenas 2.563, o maior déficit de crescimento do período correspondente, quando comparado à quantidade de empregados de 2009, que alcançou a estimativa de 2.896. Infere-se que houve redução relevante do pessoal empregado, foram 333 pessoas a menos ocupadas nesta atividade no ano de 2010. Os rebatimentos da crise econômica internacional 2008/2009 refletiram no setor da construção civil e, consequentemente, influenciaram no decréscimo dos postos de trabalho no segmento cerâmico (Tabela 09).

O crescimento mais expressivo de empregados da atividade de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil ocorreu no ano de 2011, com um aumento de 756 empregados (2.563 em 2010 para 3.319 em 2011). Não se deve olvidar que essa elevação de empregados está atrelada ao ritmo de prosperidade do crescimento da construção civil em 2011, o que deveras contribuiu amplamente para esse efetivo desempenho (Tabela 09).

Os territórios Sul Sergipano, Agreste Central e Baixo São Francisco concentraram a maior parte dos empregados formais, durante todo período destacado, sendo que os municípios de Itabaianinha, Itabaiana e Propriá se sobressaíram. No ano de 2014, esses três municípios juntos contabilizaram o total de 63%, ou seja, 2.395 dos empregos na indústria de cerâmica vermelha em Sergipe eram oferecidos por esses municípios. Esses dados reafirmam a predominância da concentração das cerâmicas nesses territórios (Gráfico 06). Embora estejam geograficamente situados em APL separados, esses municípios se combinam na importância que exercem, não apenas no território alocado mas em todo o estado de Sergipe.

Gráfico 06 – Empregados formais nas indústrias de cerâmica vermelha, por município, no estado de Sergipe, 2014.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014.
Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

De acordo com o SINDICER/SE, os dados sobre a dinâmica dos trabalhadores empregados neste segmento são bem mais amplos, ao registrar que as indústrias de cerâmica vermelha empregam aproximadamente 5.000 (cinco mil) trabalhadores diretamente, além daqueles que são gerados de forma indireta (SERGIPE, 2012a). As olarias pesquisadas revelaram que empregam em média 14 trabalhadores de maneira direta. Nas cerâmicas, a incorporação variava entre 20 a 90 trabalhadores, contudo, nos períodos em que a demanda se apresenta consideravelmente maior, os proprietários absorvem temporariamente mais trabalhadores.

Tabela 09 – Empregos formais na atividade de fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção civil, por território, no estado de Sergipe, 2006-2014.

Território	Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sul	Itabaianinha	669	705	753	795	761	1.070	1.280	1.234	1.264
	Umbaúba	80	120	174	148	196	231	259	239	267
	Tomar do Geru	0	0	2	6	15	9	34	33	37
Agreste Central	Itabaiana	537	623	663	748	819	902	1.047	941	939
	Campo do Brito	11	19	36	36	63	91	107	123	128
	Areia Branca	25	36	37	35	0	67	0	68	72
Baixo São Francisco	Santana do São Francisco	13	20	29	34	15	43	39	43	25
	Propriá	57	68	93	110	129	161	167	154	192
	Telha	34	25	27	23	32	29	25	30	3
	Neópolis	4	5	14	10	1	0	8	0	0
Leste	Siriri	67	84	86	128	103	136	112	171	100
	Capela	0	52	56	61	68	69	84	97	86
	Japaratuba	0	0	0	0	0	10	7	5	7
Centro-Sul	Simão Dias	48	45	47	60	79	113	117	122	116
	Lagarto	30	24	22	24	28	26	35	30	41
Grande Aracaju	Nossa Senhora do Socorro	150	214	201	213	253	358	468	507	529
	Aracaju	438	428	459	465	1	4	3	1	1
	Riachuelo	0	0	0	0	0	0	0	24	13
Médio Sertão	Nossa Senhora das Dores	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total		2.163	2.468	2.699	2.896	2.563	3.319	3.792	3.822	3.821

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2014. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

Sobre a Tabela 09, que apresenta um panorama do mercado de trabalho cerâmico, é possível observar o decréscimo no número de empregados formais a partir do ano de 2012, ainda que se mostre aparentemente inexpressivo, no ano de 2013 a 2014. Esta realidade foi sentida em decorrência das consequências da crise que o mercado da construção civil vem sofrendo no cenário brasileiro nos últimos anos. A retração econômica que o país experimenta no século XXI abalou o ritmo das edificações que juntamente com a carência de recursos para o financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, têm canalizado para a desaceleração do crescimento do setor da construção civil, enfraquecendo-o. Como repercussão negativa, a geração de empregos foi reduzida e trabalhadores são diariamente extraídos dos seus postos de trabalho.

Essa situação criou uma “atmosfera” de inconformidades, quando se recorre à histórica importância da construção civil para a economia do país, uma vez que se trata de um dos maiores empregadores no Brasil. Doravante, como um efeito dominó, o desaquecimento da economia brasileira incidiu no encolhimento do crescimento da construção civil que atingiu, por sua vez, outros segmentos da indústria como o de cerâmica vermelha.

A combinação dessas transformações adversas culminou no fechamento de indústrias de cerâmica vermelha e olarias nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, que já se encontravam fragilizadas economicamente, com dificuldades para se ajustarem e manterem o funcionamento dos estabelecimentos. As exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais, as fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego, os cerceados aportes estatais, a crise econômica no país e o desequilíbrio do setor da construção civil, todos são fatores que dificultaram a permanência de certas olarias e cerâmicas no mercado, levando-as a sucumbirem.

As pesquisas de campo denunciaram a ofensividade dessa conjuntura, ao registrar o fechamento de 10 (dez) olarias e 9 (nove) cerâmicas em Itabaiana e Itabaianinha, desde o ano de 2013. Esta realidade delineou um cenário de desemprego e inquietudes para a classe trabalhadora da comunidade local, veementemente alicerçada nessa forma de atividade econômica que oferece renda, trabalho e emprego.

Neste prisma de turbulências e transformações engendradas por crises, Harvey (2011) elucida sua ocorrência ao afirmar que as crises do sistema capitalista nunca serão resolvidas, mas apenas contornadas. As crises são deslocadas de um setor para outro, de uma parte do mundo para outra, no entanto, o peso e as consequências dessa transferência recaem sobremaneira na classe trabalhadora. Ou seja, independentemente da natureza, em sua essência as crises tendem a dificultar a vida dos trabalhadores, que acabam pagando pelas (ir)racionalidades do capital.

Por meio do recurso da palavra se materializava o desalento dos proprietários com relação ao destino das empresas sergipana de cerâmica vermelha, diante dos regressos promovidos pela crise econômica brasileira e contradições do sistema do capital.

[...] três anos que abri essa cerâmica, mas está quase fechando. Só estou esperando o final do ano para saber se melhora. Meu irmão fechou uma que tinha 25 anos. A energia está cara, a licença ambiental é alta, as vendas caíram e ajuda do governo é nenhuma. (Entrevistada E.S, 2015).

A queda na construção civil é ruim pra nós. Vou ter que dispensar mais trabalhadores, e isso é ruim para nós do município de Itabaianinha, que muita gente depende desse trabalho, né? (Entrevistado D.M., 2016).

A onda de incerteza que severamente se alastra no mercado de trabalho causa desespero aos trabalhadores que dependem das olarias e cerâmicas para sobreviverem.

Tem nove anos que trabalho nessa cerâmica de Propriá. Vim de Alagoas, lá trabalhava em cerâmica também. Sou um bom trabalhador e quero serviço, mas quando o movimento fica fraco os donos fecham e isso é ruim para nós. (Entrevistado C.D, 2016).

Eu não tive estudo para arranjar outro trabalho(...) O governo só pega nosso dinheiro nos impostos, mas não ajuda nós daqui direito quem sofre é nós, né moça? (Entrevistado V.E.S, 2016).

As olarias e as cerâmicas traz melhoria pra nós. Eu queria que o governo ajudasse, aí as coisas melhorava e os patrões não mandava nós pra rua. Tem três meses que nós não recebe o salário é difícil pra nós que tem família e depende desse dinheiro né? (Entrevistado C.A.S, 2016).

Nas duas formas de depoimentos, tanto do proprietário quanto do trabalhador, é manifestado o medo de perder essa fonte de renda e a forte oposição à forma restrita de atuação do governo de Sergipe, uma vez que se acredita que este deveria investir mais e diretamente na elevação do segmento de cerâmica vermelha estruturada em Arranjo Produtivo Local.

Os sujeitos sociais da comunidade são penalizados com o projeto de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, que os retira do conforto do seu empreendimento/trabalho, deixando-os no limite da reprodução, sendo impelidos a encontrar estratégias para valorizar a produção local no contexto de reestruturação produtiva do capital. Para continuar a se desenvolver, as empresas ceramistas organizadas em aglomerados produtivos precisam melhorar a infraestrutura da empresa, o processo produtivo, a fim de continuar a competir no mercado, ainda que seja necessário entranhar nas ofertas envolventes do sistema de crédito.

4.2 – O crédito como “alternativa” para o (des)envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias em Sergipe.

Não há como a sociedade ficar imune à agressividade das atuais crises econômicas do sistema capitalista. Reajustar-se às imposições é o caminho indicado para que empresas e trabalhadores resistam no mercado. As condições de permanência das empresas, sobretudo as de pequeno porte tornaram-se mais embaraçosas diante do projeto societário do capitalismo com o processo de mundialização do capital, que intensificou as contradições e a concorrência, deixando-as cada vez mais tolhidas para submetê-las aos seus ditames.

Nesse contexto, as cerâmicas vermelhas e olarias passam a ser bem mais desafiadas, sendo impelidas a se renovar constantemente, investir no melhoramento da atividade produtiva para atrair os consumidores e investidores. As empresas dotadas de melhor infraestrutura, com oferecimento de produtos padronizados e de qualidade e diferenciadas no mercado interno editam um ordenamento favorável ao êxito da empresa e do território, o que pode conferir proeminência entre as concorrentes no mercado cerâmico, pois “o capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta)” (SMITH, 1988, p.212). Dessa forma, a empresa e/ou escala de desenvolvimento que se apresentar vantajosa será alvo do capital, que irá se alocar e explorar.

No entanto, deve-se considerar que o impulso ao “melhoramento” do segmento de cerâmica vermelha requer investimentos em todos os aspectos da cadeia produtiva cerâmica, assim como a aquisição de maquinário mais sofisticado, fornos modernos, etc. A obtenção desses produtos modernos não são tão acessíveis aos oleiros, que enfrentam amplas dificuldades financeiras para “resistir” no mercado perante a concorrência desigual.

Entretanto, não importa para o sistema capitalista a complexidade dos obstáculos encarados por essas empresas ou estratégias adotadas com o intuito de continuar funcionando, o que interessa à lógica capitalista é que os produtos cerâmicos sejam comercializados e consumidos para gerar o lucro, a condição objetiva para substantivar a acumulação de capital. A competição acirrada tende a expelir do mercado as empresas mais fracas economicamente. Uma alternativa encontrada pelas empresas do segmento ceramista de Sergipe, para continuar “sobrevivendo” no mercado frente às turbulências econômicas em vigor foi recorrer ao financiamento bancário para poder comprar novos equipamentos e máquinas para aprimorar o processo de fabricação.

Os proprietários das indústrias de cerâmica vermelha de Sergipe buscam crédito junto às instituições financeiras do Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Estado de Sergipe

(BANESE). De acordo com o NEAPL/SE, as indústrias de cerâmica vermelha que integram o quadro dos APLs existentes em Sergipe estão sendo assistidas não somente por instituições de concessão de crédito, como BANESE e BNB, mas também por outras instituições que respaldam esses arranjos produtivos como o SENAI, PRONESE, FAPITEC e SEBRAE, dentre outras. Sobre as instituições de apoio e suas ações articuladas para as empresas em APLs, pode-se mencionar:

Criação de linha de crédito para APLs fornecidas por instituições financeiras (BB, BANESE E BNB). O banco do Nordeste, além do crédito, também financia projetos de pesquisas para transferência de tecnologia às empresas dos APLs e participa dos projetos do território da cidadania. Além do financiamento concedido pelos bancos, destaca-se o financiamento por parte do governo como através de órgãos públicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (financiamento não reembolsável através do programa “Terra-Sol”) e Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe- PRONESE (financiamento não reembolsável para projetos de infra-estrutura dos APLs). (MELO et al., 2015, p.268).

Para se adequarem às exigências estabelecidas pela legislação ambiental no funcionamento adequado das indústrias, as cerâmicas vermelhas dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá têm se utilizado recorrentemente da prática de empréstimos e financiamentos. Por meio das pesquisas de campo, tomou-se conhecimento dessa dinâmica, em que os proprietários das cerâmicas do município de Itabaianinha firmaram um contrato de financiamento (CredInvest) com o BANESE para conseguirem comprar o forno e filtro regularizados que atenuassem a prejudicial fumaça, oriunda das chaminés desse tipo de produção. A iniciativa foi orientada pela ADEMA em parceria com o Ministério Público Federal. O financiamento, que conta com o apoio do Fundo de Aval do governo do Estado de Sergipe é de R\$72.000 destinado a cada cerâmica (SERGIPE, 2011).

O crédito concedido pelo BANESE tem se apresentado de grande valia para as indústrias ceramistas, conquanto, as pesquisas *in lócus* revelaram que alguns ceramistas encontraram dificuldades de cumprir o financiamento acordado. O proprietário da “Cerâmica Lima”, situada no município de Itabaianinha no território Sul Sergipano, mostrou-se insatisfeito com o valor concedido pelos agentes financeiros, o que julgava insuficiente para a adequação dos filtros exigidos. O desconforto se estendia por não apresentar condições financeiras necessárias para a continuidade do pagamento da dívida, em virtude da baixa produção que dificultava o acesso a novos empréstimos.

Com relação aos demais ceramistas pesquisados, 85% dos contemplados com o financiamento revelaram ter conseguido instalar os fornos e filtros legalizados, como medida

para funcionar normalmente, embora sob vastos desafios. Os ceramistas do complexo industrial de Propriá desconhecem esse acordo de financiamento, ou seja, não foram contemplados com esse processo.

Nas olarias as irregularidades são tão indubitáveis quanto a necessidade de continuar funcionando. A síntese dessa intrincada relação conduz os oleiros a recorrerem constantemente ao crédito para chegar às condições financeiras necessárias para comprar matérias-primas e maquinário. Essa prática costuma ser realizada de forma individual, conforme a carência de cada oleiro ou esporadicamente em comunhão com outros oleiros situados no mesmo território, facilitando a concessão ao crédito. É como afirma o proprietário da olaria “Dois Irmãos”, situada no município de Itabaiana: “eu necessito do crédito e solicito sempre que preciso no Banco do Nordeste e para facilitar o empréstimo eu pego às vezes em conjunto com outros oleiros” (Entrevistado A.C, 2015).

É através do Crediamigo, maior Programa de Microcrédito Produtivo orientado do Banco do Nordeste, que os oleiros conseguem ter acesso ao crédito para comprar, principalmente, argila e lenha. O Banco do Nordeste tem se mostrado um ótimo parceiro dos oleiros, favorável à concessão de crédito para estes empreendedores informais se erguerem e fortalecerem a produção. Entretanto, de forma geral, os proprietários enfrentam muitos percalços para conseguir empréstimos nos Bancos, por conta da insustentabilidade do arranjo interno das olarias, que não correspondem necessariamente às garantias e exigências traçadas pelos Bancos para o fornecimento creditício.

Com um quadro de trabalhadores destituídos dos direitos trabalhistas e por muitas vezes apresentar desacordo com a licença ambiental, o cenário de informalidade que caracteriza as olarias torna-se barreira para a aquisição do crédito. Por meio das entrevistas ficou clara a preocupação dos oleiros atinente ao futuro e à continuidade das olarias, pois se sentem penalizados com a ausência de auxílio por parte do Estado, já que além de não serem assistidos por políticas de apoio ao desenvolvimento dessa forma de atividade produtiva, sofrem também com as fiscalizações ambientais e trabalhistas.

Continuar com essa fonte de renda está cada dia mais difícil, as exigências dos bancos são muitas para a gente conseguir algum empréstimo, mas só “tô” conseguindo botar pra frente aqui por causa dos empréstimos ainda (Entrevistada L.S, 2015).

Não tem como nós oleiros competirmos no mercado com as empresas que tem bom produto, nós temos dificuldades financeiras e precisamos pegar no banco para comprar as coisas que faltam para produzir. Se não for assim, a gente não consegue se manter (Entrevistado T.S, 2016).

As condições de manutenção dos empreendimentos oleiros estão atrelados às garantias de consecução ao crédito. A totalidade dos entrevistados oleiros expuseram essa relação, ao revelarem que já recorreram às formas de créditos ou estão a realizar para viabilizar a produção. Com relação às cerâmicas vermelhas, 67% dos entrevistados registraram que já realizaram algum tipo de empréstimo para atender às necessidades da empresa, enquanto isso 22% dos ceramistas afirmaram não ter realizado qualquer forma de empréstimo junto aos Bancos, pois julgam estar diante de uma “armadilha” que envolve o proprietário num emaranhado e o torna submisso a essa prática. No momento da entrevista, aqueles ceramistas que se encontravam subjugados a empréstimos, como devedores nos Bancos, correspondiam a 11% do total.

O crédito tem assumido um papel importante para as cerâmicas e olarias pesquisadas, auxiliando a abrandar determinados problemas para o alcance do desenvolvimento dessa atividade econômica. Ao usar o crédito para investir em meios de produção, por exemplo, estes proprietários conseguem realizar melhorias na empresa em um curto espaço de tempo, o que demoraria se, porventura, fossem economizar o montante necessário para os investimentos.

Neste movimento apressado de investimentos para a produção, acelera-se a reprodução do capital. O crédito concedido não se exprime como uma plena benevolência proporcionada pelo sistema capitalista para resolver os problemas das empresas, ao contrário, sua função precípua é viabilizar as condições de realização do circuito do capital de forma mais ágil e assegurar de forma acentuada a geração de mais-valia e as contradições. “Em curto prazo, o crédito serve para suavizar muitos pequenos problemas, mas, em longo prazo, tende a acumular as contradições e tensões. Ele espalha os riscos, ao mesmo tempo que os acumula” (HARVEY, 2011, p.98).

Atendendo o sentido da financeirização que se desenvolveu a partir de meados da década de 1970, sob o discurso de se constituir alternativa rápida para facilitar a criação de negócios ou ajudar determinado empreendedor, o sistema de crédito escamoteia seu modo predatório que obstina gerar riqueza, impulsionar a acumulação do capital e tornar submissa a classe trabalhadora em favor do fortalecimento da classe dominante.

O sistema de crédito tornou-se, no entanto, a grande alavanca moderna para a extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população. Todos os tipos de práticas predatórias bem como as legais (taxas de juros abusivas sobre os cartões de crédito, execuções hipotecárias em negócios por meio da negação de liquidez em momentos-chave e assim por diante) podem ser usados para perseguir táticas de desposseção que beneficiam os que já são ricos e poderosos (HARVEY, 2011, p.198).

Sob o fetiche do dinheiro rápido, como garantia para reparar as deficiências internas das empresas e continuar a investir, os ceramistas e oleiros estão cada vez mais envoltos e “dependentes” do crédito. Os proprietários não conseguem se desvencilhar facilmente dessa armadilha intensificada e reproduzida pelo capital financeiro.

A partir da sedimentação da política de apoio aos APLs de Sergipe com oferecimento de linha de crédito, a adesão ao crédito que antes estava circunscrito às grandes empresas industriais, se ampliou para atender demandas locais das indústrias cerâmicas integrantes dos arranjos produtivos. O Estado com o discurso de apoiar e viabilizar a concessão do crédito aos ceramistas, por intermediação dos órgãos representantes do governo estadual, serve altamente para construir um cenário vantajoso à reprodução do capital.

Mesmo diante da concessão de crédito desigual ao segmento cerâmico e das dificuldades financeiras dos oleiros continuarem se mantendo, as olarias não pereceram no “novo tempo” do capitalismo. Arelada à valorização incomensurável dos interesses capitalistas, a sociabilidade dominante não se desfez totalmente das olarias, ao contrário, ratifica as relações combinadas das cerâmicas e olarias como incentivo à reprodução continuada do capital.

Embora, seja uma prática econômica tradicional, os estabelecimentos de olarias “resistem” no mercado, ainda que disputando espaço com outras atividades capitalistas e modernas. A manutenção dessa atividade produtiva tem sua contribuição para os preceitos do capitalismo que para se fortalecer, contraditoriamente, apoiam-se em formas produtivas tradicionais capitalistas, como as de olarias, destruindo-as posteriormente se assim for conveniente. Essa dinâmica faz parte da lógica e tendência histórica do capitalismo que para caucionar o processo de acumulação de capital, combina antigo-moderno, metamorfoseia-se e transforma tudo ao seu redor.

Enquanto o capital for frágil, se apoiará nas muletas dos modos passados de produção ou naqueles que acontecerão com sua ascensão. Assim que se sentir forte, jogará as muletas e caminhará conforme suas próprias leis. Logo que começar a perceber e tomar consciência de si mesmo como barreira para seu desenvolvimento, procurará refúgio em formas que, ao restringir a livre competição, parecerão tornar mais perfeita a regulamentação sobre o capital, mas essas formas são, ao mesmo tempo, os arautos de sua dissolução e da dissolução do modo de produção que se apoia nelas (MARX *apud* HARVEY, 2005, p.62).

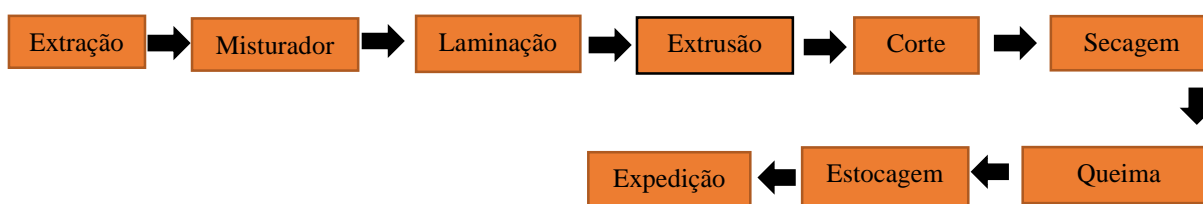
Como estratégia de enfrentamento aos tempos difíceis impostos pelo capitalismo contemporâneo, os oleiros e ceramistas se crivam ao sistema de crédito para manter o funcionamento das empresas, sob a perspectiva de relevância social e econômica dessa

atividade para a comunidade local. Desvelada essa relação de “aprisionamento” favorável à reprodução do capital, tornar-se necessário entender a dinâmica interna, o processo produtivo da cerâmica vermelha, assim como os rebatimentos ambientais dessa atividade econômica, a forma e as condições de realização da apropriação econômica da natureza.

4.3 – O processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha e o usufruto da natureza.

O processo produtivo da cerâmica vermelha é simples e basicamente o mesmo realizado em todas as cerâmicas investigadas, o diferencial é o nível de modernização do maquinário empregado no circuito. A sua dinâmica está sintetizada em algumas etapas importantes, sendo necessário esmiuçá-las para facilitar a compreensão da totalidade (Figura 04).

Figura 04 – Fluxograma do processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha.



Fonte: Pesquisa de campo, Itabaiana, Itabaianinha e Propriá. Organização: Genivânia Maria da Silva, 2015.

A primeira etapa envolve o processo de extração das argilas nas jazidas. Subsequente a esse movimento, o material argiloso é transportado e armazenado no pátio das empresas, sendo retirado conforme requerido no processo produtivo. Reservar uma quantidade significativa de argilas é uma prática unânime entre os ceramistas e oleiros, já que os períodos chuvosos impossibilitam a extração dessa matéria-prima em virtude do *lameiro* que se forma nas jazidas. Na figura 05 observa-se a estocagem das argilas na cobertura pertencente a cerâmica, sendo transportada por uma retroescavadeira para o interior da fábrica. Essa realidade se generaliza entre as cerâmicas pesquisadas, contudo não corresponde à dinâmica das olarias que embora armazenem o material argiloso nas proximidades da empresa o transporte é realizado por meio braçal ou através de carrinho de mão.

Figura 05 – Depósito de argilas no pátio da indústria de cerâmica vermelha.



Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Itabaianinha - SE, março de 2015.

Foto: Genivânia Maria da Silva.

Realizado a extração e estocagem de argila, segue o momento da preparação de massa cerâmica²⁷ – substancial para a qualidade do produto e para a produtividade – que constitui no processo de mistura dos dois tipos de argilas com uma específica quantidade de água e deve deixar a massa em descanso por, aproximadamente, dois ou três dias. Em seguida, a massa é transportada para o caixão alimentador e passará pelo processo de trituração para diminuir a granulometria. Posteriormente a esse momento, se desenvolve a fase de homogeneização das argilas no equipamento misturador. Logo depois, a mistura é conduzida para o laminador, maquinário relevante no processo cerâmico, que exerce o papel de direcionar partículas da massa, laminar e deixar mais refinada a argila, garantindo-lhe a finalização completa da homogeneização.

Seguindo para a fase de conformação das peças, acontece o processamento da massa na extrusora (Figura 06), conhecida como maromba, que exerce a função de forçar, pressionar a massa preparada para sair pela boquilha (OLIVEIRA, 2011). Depois desse processo, se conforma uma coluna de massa para a fabricação dos blocos, sendo em seguida atingida por uma cortadeira que realiza o corte do produto anteriormente traçado (Figura 06).

²⁷ É preciso salientar que a massa preparada é responsável pela redução do consumo energético, consumo interno da maromba, dificuldade de regulação de boquilha. Tem-se obtidos resultados excelentes com a preparação de massa, um exemplo disso é a redução, em alguns casos, de até 40 ampéres no processo de extrusão e um ganho de produtividade na ordem de 25% (OLIVEIRA, 2011, p.23).

Na figura 07 é possível acompanhar o momento em que os blocos cerâmicos passam pela cortadeira e em seguida correm nas esteiras transportadoras em fileiras até serem recolhidos. Os trabalhadores se alocam ao lado da esteira com um carrinho para realizar o transporte das peças cerâmicas até o lugar de secagem dos produtos (Figura 08).

Figura 06 – Máquina extrusora utilizada no processo produtivo da cerâmica vermelha.



Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Propriá-SE, outubro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Figura 07 – Esteira transportadora de blocos no processo produtivo das cerâmicas.



Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Propriá-SE, outubro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Figura 08 –Trabalhadores no processo produtivo da indústria de cerâmica vermelha



Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Itabaianinha-SE, dezembro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Posterior a conformação do produto cerâmico, a próxima fase diz respeito ao processo de secagem que consiste na prática de eliminação da água da peça. De maneira mais ampla, a secagem pode ocorrer de forma natural, as peças são expostas à temperatura ambiente, por meio da movimentação natural do ar. Neste caso, o tempo de secagem é variável vai depender das condições climáticas local. A secagem natural apresenta-se inapropriada, pois o tempo de secagem é longo, além do excessivo manuseio das peças. A secagem também pode ocorrer de forma artificial onde as peças são armazenadas dentro de secadores para receberem ventilação e introdução de ar quente forçados (OLIVEIRA, 2011). Essa operação possibilita que a secagem aconteça em tempo mais rápido. A secagem precisa ocorrer de forma correta para que os produtos cerâmicos não fiquem trincados.

Na figura 09 observa-se o processo de secagem natural dos blocos, empilhados em fileiras, no interior da cobertura da fábrica cerâmica no município de Itabaiana. A figura 10 mostra a disposição das telhas na parte externa da olaria no momento de secagem ao ar livre, uma vez que a primeira etapa de secagem acontece no interior das olarias, no entanto, em virtude do pequeno espaço interno e para agilizar a secagem, as telhas e tijolinhos são constantemente expostos dessa forma na parte externa. A figura 11 demonstra o processo de secagem natural das telhas, no complexo industrial de olarias, no município de Itabaianinha.

Figura 09 – Processo de secagem natural dos blocos na parte interna da cerâmica vermelha.



Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Propriá, novembro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Figura 10 – Processo de secagem natural das telhas na parte externa das olarias.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaiana-SE, novembro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Figura 11 – Processo de secagem natural de telhas nas olarias de Itabaianinha.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaianinha-SE, novembro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Consolidada a fase de secagem, as peças de cerâmicas cruas são conduzidas ao processo de queima. Ao serem armazenadas dentro dos fornos, que são alimentados por lenhas, as peças passam pelo processo de cozimento e são submetidas a altas temperaturas, em torno de 800° C. “O objetivo da queima das peças cerâmicas é que sob a ação do calor, ocorram certas reações e transformações químicas e físicas nos componentes da massa, a fim de se obter o corpo cerâmico” (OLIVEIRA, 2011, p.130).

Depois de queimado e de ter adquirido o formato final, o produto deverá ser transportado com cuidado para não rachar ou quebrar e estocado no interior da cerâmica, sendo posteriormente retirado para a expedição, comercialização com destino ao consumidor, finalizando assim, o ciclo produtivo das indústrias de cerâmica vermelha.

Os produtos cerâmicos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Inmetro) que atuam no sentido de orientar a padronização do tamanho e a qualidade dos produtos cerâmicos (telhas, tijolos, blocos, etc.) a serem produzidos. Para tanto, estes órgãos buscam viabilizar as condições para que os produtores estejam atualizados e sigam os regulamentos e as normas técnicas na fabricação dos produtos, tornando-os uniformizados e de qualidade para satisfazer o consumidor, o que contribuirá para o fortalecimento do setor cerâmico no mercado industrial nacional²⁸.

Na perspectiva de oferecer produtos de melhor qualidade para as indústrias de cerâmica vermelha, os Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) atuam no sentido de auxiliar as empresas a enquadrarem telhas e blocos cerâmicos e processos de acordo com mudanças competitivas e exerce papel relevante para que as empresas tornem-se referência e fomentem a qualidade, contribuindo para aumentar a produtividade e diminuir perdas no processo produtivo com maior sistematização da produção, valorizando e divulgando empresas que estejam em acordo com as normas técnicas, combater a não conformidade intencional nas vendas com ações específicas e dirigidas, etc.²⁹

No estado de Sergipe, o empresário e ex-presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica e Olarias do Estado, Abílio Guimarães Primo, conquistou o selo de qualidade conferido pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), do

²⁸ Convém ressaltar que a análise de conformidade realizada pelo Inmetro em materiais de construção tem como um de seus escopos principais oferecer informações que poderão orientar os consumidores e os programas setoriais da qualidade existentes, obtendo-se resultados mais imediatos e um engajamento maior das partes envolvidas. Ver: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/tijolo.asp>. Acesso em: 12 Mar. 2016.

²⁹ Para mais informações sobre o PSQ de cerâmica vermelha basta conferir: <http://portal.anicer.com.br/psq/>. Acesso em: 27 Mar. 2016.

governo federal, por meio do Programa Setorial de Qualidade das Indústrias de Cerâmica Vermelha no ano de 2014. Maior ceramista de Sergipe e destaque no cenário regional, o fabricante possui empresas de cerâmicas vermelhas capacitadas, que oferecem produtos de alto padrão de qualidade, com tecnologia sofisticada.

Trata-se de uma realidade que não se generaliza no segmento de cerâmica vermelha de Sergipe, no qual somente as empresas desenvolvidas conseguem manter efetivo nível de adequação dos produtos cerâmicos às Normas Técnicas, pois há carência financeira para esse reajuste, principalmente para as olarias. Sendo a lógica capitalista desigual e o mercado com a concorrência acirrada, aqueles que não se adequarem à ganância de lucros do capital estarão sujeitos à decadência das suas empresas. Isso explica a renovação e a submissão dos ceramistas aos preceitos competitivos deste sistema.

A apropriação da natureza para a produção cerâmica acontece de forma desigual entre oleiros e ceramistas, sendo assim, aquelas empresas mais desenvolvidas e capacitadas conseguem se apropriar das melhores jazidas de argilas e, conseqüentemente, oferecer produtos cerâmicos de melhor qualidade. Ou seja, as empresas que conseguem o “melhor lugar”, apresentam as melhores condições naturais para produzir, para realizar o processo de secagem (natureza do sol) dos produtos cerâmicos estarão, evidentemente, mais fortalecidas e competitivas no mercado. As vantagens competitivas diferenciam uma empresa cerâmica das suas concorrentes e a influência que exerce na escala local/regional, pois “os capitalistas individuais são perpetuamente levados a escolher as localizações mais vantajosas” (SMITH, 1988, p.191).

A forma desmedida com que o capital se apropria dos recursos naturais para satisfazer as demandas da produção econômica, resultou em um profundo cenário de degradação do meio ambiente. Há aquelas formas de atividades econômicas que mantêm relação mais próxima com a natureza e carecem amplamente dos recursos naturais para acontecer e, neste enquadramento, se encontram as cerâmicas e olarias de Sergipe que mercantilizam a natureza, neste caso a argila e a lenha, para realização própria.

4.3.1 – Argila: matéria-prima utilizada na produção das cerâmicas e olarias.

A argila³⁰ e a lenha são as principais matérias-primas utilizadas na fabricação dos produtos (telhas, tijolinhos, blocos e lajotas) cerâmicos nas indústrias de cerâmica vermelha e

³⁰Argila é um material natural, de textura terrosa, de granulação fina, constituída essencialmente de argilominerais, podendo conter outros minerais que não são argilominerais (quartzo, mica, pirita, hematita, etc), matéria orgânica e outras impurezas (ABCERAM, 2014).

olarias de Sergipe. O processo de extração desses recursos naturais se configura de forma constante e elevada em decorrência da extrema dependência dessas empresas. Neste movimento, por intervenção do trabalho humano e dos instrumentos de produção, a natureza é apropriada, transformada e mercantilizada a serviço dos interesses capitalistas e do mercado cerâmico.

Em meio às pesquisas de campo foi possível constatar que as cerâmicas vermelhas e olarias investigadas (Itabaiana, Itabaianinha e Própria) empregam na produção dos blocos e telhas, preponderantemente, dois tipos de argilas: argila vermelha ou “barro fraco” e argila preta ou “barro forte”, assim intituladas pelos oleiros e ceramistas sergipanos. Na composição da massa cerâmica, utilizada na fabricação dos produtos, realiza-se a mistura desses dois tipos de “barros” no processo produtivo.

A homogeneização das argilas é necessária para obter equilíbrio e consistência satisfatória ao produto final cerâmico, uma vez que cada tipo dessas argilas apresenta propriedades minerais específicas e importantes. A argila preta contém alto teor de plasticidade e é de fácil modelagem, ou seja, apresenta forte presença de *liga*³¹, com textura fina, já na argila vermelha essa plasticidade é bem mais fraca. Busca-se alcançar, com a junção dos tipos de argilas, a composição de uma massa ideal que apresente algumas funções como:

- plasticidade: propiciar a moldagem das peças;
- resistência mecânica à massa verde e crua: conferir coesão e solidez às peças moldadas, permitindo a sua trabalhabilidade na fase pré-queima;
- fusibilidade: favorecer a sinterização e, conseqüentemente, a resistência mecânica e a diminuição da porosidade;
- drenagem: facilitar a retirada de água e a passagem de gases durante a secagem e queima, evitando trincas e dando rapidez ao processo;
- coloração das peças: atribuir cores às cerâmicas por meio da presença de corantes naturais (óxidos de ferro e manganês) (BRASIL, 2009, p.23).

A carência de profissionais especializados e o baixo padrão da tecnologia utilizada nas operações de lavra de argilas se constituem em importantes fatores que prejudicam a competitividade do setor mínero-cerâmico brasileiro diante de outros países no cenário internacional (BRASIL, 2009)³².

Em Sergipe essa realidade não acontece de forma diferenciada, tendo em vista que há historicamente um déficit de estudos sistematizados sobre a ocorrência de argilas no estado. Foi

³¹ A liga das argilas varia consideravelmente segundo sua plasticidade e o teor de areia. Quanto mais se adiciona areia a uma argila, mais se diminui a sua liga (OLIVEIRA, 2011, p.14).

³² No Brasil há uma expressiva disponibilidade de reservas de argilas para cerâmica vermelha. No entanto, há deficiência de estudos na grande maioria das jazidas de argilas concernente à sua condução técnica e gerencial. Faltam profissionais qualificados para a condução das atividades extrativas e caracterização e controle das matérias-primas (BRASIL, 2009, p.04).

realizado na década de 1970, um estudo neste sentido, contudo, já se encontra decerto obsoleto porque os dados foram especializados por meios analógicos, com baixa precisão cartográfica. Mesmo com a realização deste estudo, persistia a carência de informações precisas concernentes a aspectos geológicos, localização das jazidas a serem exploradas, características do material argiloso em Sergipe. Depois deste último trabalho, só recentemente pesquisas científicas foram desenvolvidas sobre as características físico-química e mineralógica de argila utilizada na cerâmica vermelha de Sergipe³³.

Portanto, em decorrência dos estudos recentes, os empresários ceramistas têm à disposição uma cartilha, lançada pelo Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS) em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que discorre sobre “Caracterização das argilas utilizadas na produção de cerâmica vermelha em Sergipe”. Esta cartilha busca atender a uma das demandas elencadas no “Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Cerâmica Vermelha Sergipana”, construída para divulgar de forma clara e objetiva, os resultados gerados. A cartilha traz aspectos geológicos, composição química, mineralógica e propriedades físicas das argilas das diferentes reservas do estado de Sergipe³⁴.

O conhecimento adequado das reservas e características dessa matéria-prima, tão essencial para as cerâmicas e olarias, é importante para refrear os custos na produção, melhorar os produtos, bem como aproveitar de forma apropriada o potencial desse recurso mineral. Quanto melhor a qualidade da argila, melhor será a qualidade do produto final oferecido por estas empresas, diferenciando-as das demais no âmbito local e regional.

A viabilização da cartilha para o segmento de cerâmica vermelha recebeu apoio e incentivo do Governo do estado de Sergipe na publicação. Esta manifestação de incentivo advém do reconhecimento desta atividade produtiva para o desenvolvimento econômico do estado, o que tem impulsionado o governo a enaltecê-la na política de APLs, assim como na Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe. Com as informações aprimoradas dos depósitos e características das argilas úteis às cerâmicas, as deficiências neste quesito tendem a ser atenuadas e os investimentos, por sua vez, lançados a outras necessidades.

³³Informações disponíveis em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/ciencia-e-tecnologia/itps-lanca-cartilha-sobre-ceramica-vermelha-em-convenio-com-o-cnpq>. Acesso em: 13 jan. 2016.

³⁴Esta cartilha foi editada pelo diretor-presidente do ITPS, José do Patrocínio Hora Alves, e pela mestra em Química na UFS, Carolina Mangieri de Oliveira Prado. Notícia difundida pela Agência Sergipe de Notícias, intitulada “ITPS lança cartilha sobre cerâmica vermelha em convênio com o CNPq”. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/ciencia-e-tecnologia/itps-lanca-cartilha-sobre-ceramica-vermelha-em-convenio-com-o-cnpq>. Acesso em: 13 Jan. 2016.

Os dados levantados nas pesquisas de campo mostraram a carência da aplicabilidade dos conhecimentos técnicos no processamento da escolha e preparação das argilas para a fabricação dos produtos. A massa cerâmica adequada é alcançada, sobretudo, com base nas experiências dos trabalhadores que estão há muitos anos neste ramo. Nas olarias e na maioria das cerâmicas, as jazidas de argilas são exploradas com base em orientações empíricas e não por critérios necessariamente técnicos-científicos.

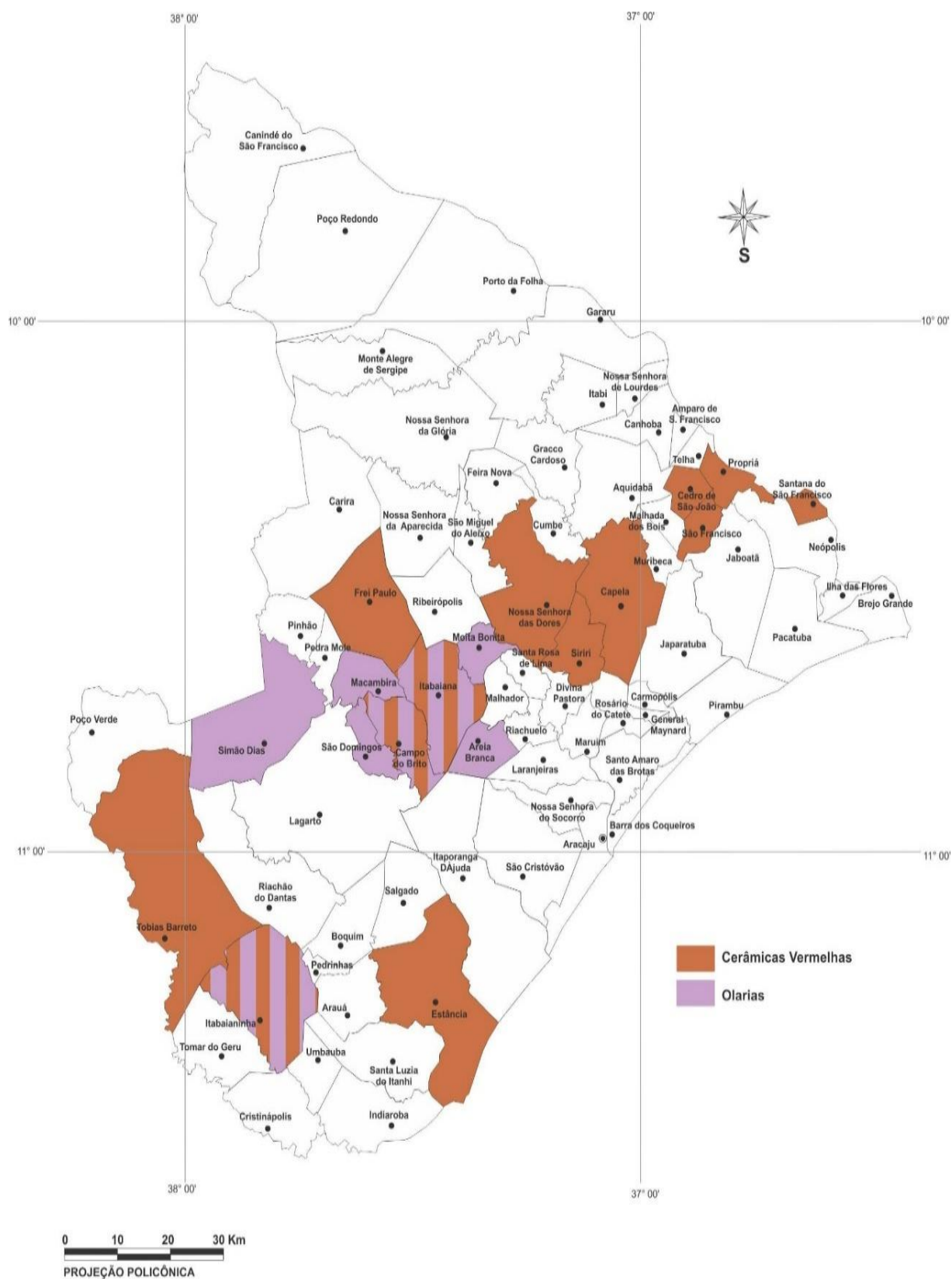
Embora já tenham uma certa noção dos municípios onde se pode encontrar e extrair a argila, os oleiros e ceramistas relataram que, em geral, saem a procura de jazidas de argilas e, quando encontram, realizam o processo de retirada e as conduzem para o interior das empresas para saber se será mesmo proveitosa. Para aqueles que não dispõem de guia técnico e de laboratórios para análise, o teste é realizado/confirmado no processo produtivo. Se a argila for de boa qualidade, possuir um expressivo teor de plasticidade servirá para a fabricação dos produtos e o processo de retirada continuará na referida área, caso contrário, novos lugares serão buscados até que se chegue às argilas apropriadas.

De forma particular dessa dinâmica e principalmente no município de Itabaianinha, as cerâmicas de médio e grande porte se destacam por produzir com modernas inovações tecnológicas. A “Cerâmica São José”, referência na esfera local e estadual, está no mercado há mais de 30 anos oferecendo produtos de qualidades, que são normatizados e passam por testes de laboratórios. As argilas, antes da elaboração dos produtos, são submetidas a um criterioso processo de seleção, passando por análises de laboratórios para saber o tipo, a qualidade e a forma mais adequada de utilização.

As argilas são extraídas das jazidas adjacentes aos municípios que abarcam as empresas cerâmicas, pois não compensa obter este recurso natural de áreas distantes, sendo que o custo com o transporte se tornaria mais alto que o próprio material argiloso. No recorte espacial da pesquisa identificou-se que a extração das argilas para as cerâmicas se concentra em poucos municípios, decerto os que estão no entorno das empresas. No mesmo alinhamento seguem as olarias de Sergipe, sendo abastecidas por argilas dos municípios próximos (Mapa 05).

Trata-se de municípios que apresentam terrenos geológicos propícios à produção de materiais argilosos, os solos são ricos em argilas de boa qualidade utilizada na fabricação dos produtos cerâmicos. A obtenção de informações sobre a identificação dos pontos específicos de extração de argila não foi possível, uma vez que os ceramistas e oleiros mostraram-se reticenciosos quanto a precisão dos locais e, quando pontuavam, era de forma vaga e generalizada.

Mapa 05 – Municípios de extração de argila para a indústria de cerâmica vermelha e olarias em Sergipe.



O processo de extração da argila para atender à demanda das cerâmicas e olarias deve estar em consonância com as normas de proteção ambiental. Para realizar legalmente a prática dessa atividade, os proprietários precisam dispor da licença ambiental das jazidas passíveis de exploração. Em Sergipe, o Licenciamento Ambiental se encontra sob a incumbência da ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente, autarquia criada pela lei 2181 de 12 de outubro de 1978, atrelada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, que analisa e emite Parecer Técnico concernente ao projeto apresentado pelo empreendedor.³⁵

Sob o processo de operação das argilas, a retirada é realizada de forma geral pela própria empresa ceramista mediante documento de licença para lavra e extração pela ADEMA e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que são os órgãos responsáveis por licenciar as jazidas de argilas e as indústrias de cerâmicas em Sergipe. Vale inserir que a prefeitura emite um alvará para o funcionamento das cerâmicas, o qual é necessário para dar entrada na licença da jazida junto à ADEMA.

Depois da localização dos depósitos de argilas, os ceramistas comunicam à ADEMA sobre a pretensão e aguardam a visita deste órgão, que se dirigirá até o local determinado para averiguar as condições ambientais da área, sendo posteriormente emitido o parecer com a autorização ou não da exploração da jazida. Há ceramistas que detêm suas próprias jazidas de extração de argilas, enquanto outros revelaram comprar a argila de terceiros, que retiram e vendem as carradas de argila conforme preço ajustado entre os envolvidos, como afirma um dos entrevistados: “eu e outros oleiros não tem condições de comprar os barros certinhos como a ADEMA quer, né? Aí nós compra aos amigos e compadres que pode pegar os barros certinho” (Entrevistado M.M, 2016).

Sobre o tempo de extração de uma jazida de argila para produção de peças cerâmicas, o gerente da “Cerâmica Amorim” do município de Propriá relatou que:

[...] depende do tamanho da área, da profundidade e, sobretudo, da capacidade da empresa absorver a quantidade de argilas na linha de produção. Tivemos uma jazida vermelha que durou oito anos e uma jazida preta de dez anos. Tenho essa aqui que estou tirando tem um ano seis meses (Entrevistado C. L, 2016).

Na figura 12 observa-se a disposição do material argiloso em uma jazida, localizada no município de Cedro de São João, que se encontra em estado ativo e com licença ambiental e

³⁵ Informações sobre a dinâmica e o processo de concessão da licença ambiental para os empreendimentos, basta consultar a ADEMA. Disponível em: <http://www.adema.se.gov.br/>. Acesso em: 15.fev.2016.

abastece, principalmente as cerâmicas vermelhas do município de Propriá. Já a figura 13 demonstra o processo de extração da argila via trator (retroescavadeira) e o transporte sendo realizado por uma caçamba até o destino do consumidor nas cerâmicas integrantes do Arranjo Produtivo Local do Sul Sergipano. É assim que os ceramistas e oleiros costumam comprar o material argiloso por caçambada. Convém ressaltar que a jazida se encontra ladeada de vegetação que sente os impactos com o processo abusivo de retirada desta matéria-prima para usufruto amplamente econômico.

Figura 12 – Jazida de argila no município de Cedro De São João em Sergipe



Fonte: Pesquisa de campo na jazida de argilas no município de Cedro de São João- SE, março de 2016.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Figura – 13 de extração de argila na jazida do município de Estância/SE.



Fonte: Pesquisa de campo na jazida de argilas no município de Estância- SE, março de 2016.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Por meio das entrevistas, os ceramistas afirmaram que após a retirada do material argiloso, são erguidas paredes de contenção com inclinações padronizadas, determinadas por lei e fiscalizadas posteriormente pelo órgão responsável por essas questões, a ADEMA. As áreas que foram submetidas às escavações, segundo os ceramistas, são transformadas em tanques e viveiros para a criação de peixes, ou seja, a área que outrora encontrava-se em estágio de devastação deve dar lugar a uma nova atividade, a piscicultura. A área degradada precisa ser reparada e reutilizada para fins recomendados pelos órgãos ambientais, para que assim a jazida

seja legalizada. Trata-se de uma realidade que não se generaliza no segmento de cerâmica vermelha, visto que há casos de extração de argilas em que o projeto de reaproveitamento da área ofendida não se efetiva, causando desgaste da jazida e fortes impactos à natureza.

Muito embora existiam ações de fiscalização conforme os preceitos do modelo de desenvolvimento sustentável e com o intuito de encerrar as indiscriminadas atividades de exploração de argila utilizadas nesta forma de empreendimento, há constantemente práticas que fogem às especificidades ambientais. Ainda que de forma mascarada pelos proprietários ceramista e oleiros, há reconhecidamente a existência de pontos clandestinos de extração de argila, que não receberam autorização para a retirada. Para driblar as fiscalizações, esta operação ilícita costuma ocorrer nos dias e horários em que não há atuação dos órgãos ambientais. Embora estejam cientes da necessidade de extrair argila das unidades de conservação ambiental, a continuidade dessa irregularidade é “justificada” por ceramistas e oleiros que aludem as “razões” dessa prática:

[...] é muita burocracia para conseguir a liberalização de uma jazida de argila. É muito caro para licenciar uma área e eles demoram muito para ir ver o lugar. Tudo demora e nós não pode parar a produção. Por isso que tem gente que pega de onde não pode, né? (Entrevistado R..P, 2016).

Por mais que o cenário de reserva das argilas para cerâmica vermelha no Brasil seja amplo, as práticas exacerbadas e ilegais da exploração econômica de argilas para comercialização vêm destruindo as áreas disponíveis deste recurso mineral em favor da continuidade desta atividade produtiva e do desenvolvimento capitalista. De acordo com dados do Sindicato dos ceramistas de Sergipe divulgados no SEDETEC, as mais de 100 indústrias de cerâmica vermelha instaladas legalmente em Sergipe produzem por mês aproximadamente 50 mil toneladas (SERGIPE, 2012a). Esta produção se amplia quando abrange as indústrias de cerâmica vermelha e olarias que se encontram em situação de informalidade. Quanto mais acentuado o nível de produção, conseqüentemente, será a intensidade da exploração de argila para alimentar o segmento de cerâmica vermelha.

A dependência dessa matéria-prima, a prática irregular que se estabeleceu historicamente, durante o processo exploratório da mineração de argilas para abastecer essa atividade produtiva provocaram impactos nocivos nas áreas de retirada desse recurso natural, entre os quais estão: a erosão do solo, a supressão da vegetação nativa, da fauna e da flora, etc. O desnudamento do solo sem conhecimento adequado pelos ceramistas e oleiros altera a estrutura e a fertilidade do solo, empobrece e até escasseia a jazida de argila local.

Os ceramistas e oleiros estão sentindo os rebatimentos dessa prática humana desmedida, sendo impelidos a buscar argila em outras áreas mais distantes, já que as mais próximas encontram-se fortemente deterioradas. Os ceramistas de Itabaiana costumavam retirar argila do município de Areia Branca, por exemplo, que dispunha de solos rasos ou argilosos profundos, contudo, o processo ávido de extração resultou no desgaste das jazidas. Diante desta nova imposição, a exploração de argila nesse território sofreu retração, o que tem elevado o custo da produção, principalmente para as olarias que enfrentam amplas dificuldades financeiras para funcionar, passando assim a comprar essa matéria-prima de municípios ainda mais distantes.

O movimento de extração das argilas para cerâmicas e olarias não acompanha o ritmo dos rarefeitos planejamentos de recuperação da área degradada. As limitações de informações precisas sobre a disponibilidade quantitativa das reservas de argilas utilizadas para fabricar os produtos cerâmicos de Sergipe, da argila enquanto recurso natural não renovável, bem como do frágil controle de fiscalização dos órgãos ambientais têm dado espaço para as persistentes ações humanas predatórias. Personificada nas ações dos gestores capitalistas, a ganância lucrativa do capital conduz à mercantilização contínua dessa matéria-prima, a natureza é desnaturalizada a serviço da (ir)racionalidade do capital. Para Porto-Gonçalves (2006), a natureza tornada propriedade privada será objeto de compra e venda e, assim, por todos lados temos mercantilização.

Como o sistema capitalista é hostil a qualquer forma de solidariedade, a não ser que esta o fortaleça, apregoa-se de forma dissimulada o projeto de “união” entre os sujeitos sociais para preservar a natureza, quando na realidade o objetivo é a reprodução do capital. Para efetivar esta materialização, cabe ao segmento cerâmico engendrar medidas para explorar de forma “consciente” a natureza, de forma a não comprometer a vida útil das jazidas de argila.

Como se isso fosse possível no capitalismo que, contraditoriamente, destrói para produzir e repugna as formas de repressão às garantias de acumulação de capital, pois o que interessa para este sistema econômico é a produção de valores de troca, a garantia do lucro, e nesta pretensão a produção da natureza possibilita a sua realização/expansão. Para Conceição (2012, p.147), “o sistema sociometabólico do capital funciona induzindo, sempre em maior intensidade, a ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maior lucro”.

4.3.2 – Lenha: matéria-prima utilizada na produção das cerâmicas e olarias.

Além da argila a lenha consiste em uma matéria-prima de extrema proeminência nestes empreendimentos e que tem sofrido com as ações humanas desmedidas, que estão exaurindo a vegetação nativa do estado. Em Sergipe, assim como na região nordestina, as florestas da caatinga são historicamente importantes, servindo para diversas utilidades. Há uma expressiva dependência da floresta que é utilizada principalmente como fonte energética para as atividades nos segmentos industrial, de comércio e de serviços, bem como para o setor domiciliar.

A propósito de entender a realidade florestal do território sergipano e tornar factível o planejamento para uso sustentável desse recurso foi realizado através do Termo de Parceria nº 01/2010, firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe e a SEMARH, o levantamento do consumo e fluxo desses energéticos florestais no estado (SERGIPE, 2012b). As pesquisas realizadas, por estes órgãos ambientais do estado, revelaram as estimativas do consumo anual de energéticos florestais nos setores industrial, de comércio e de serviços do estado de Sergipe:

[...] são consumidos 743.484,77 estéreos (st) de lenha (e carvão vegetal equivalente em lenha), para atender a demanda energética dos setores industrial, de comércio e serviços. Desse total, 707.484,77st (95,16%) são utilizados pelo setor industrial em seu processo produtivo e 36.000,00st (4,84%) pelos estabelecimentos comerciais e de serviços, no preparo de churrascos e pizzas (...) no setor comércio e serviços, o energético utilizado é o carvão vegetal. Assim, o consumo de 36.000,00st de lenha, equivale a 1.739,54 toneladas anuais de carvão vegetal (SERGIPE, 2012b, p. 38).

Do consumo estimado de lenha para estes setores, as cerâmicas responderam por 59,73% (444.084 st), constituindo-se o principal consumidor deste setor. Dentre os municípios investigados na amostra, foi constatado que Itabaianinha é o município que abarca 14,61% (equivalente a 108.609,71 st) da demanda energética florestal dos setores, atendendo às necessidades dos ramos cerâmicos, casas de farinha, padarias, churrascarias e pizzarias. Os municípios de Itabaiana, Siriri, Simão Dias e Itabaianinha se destacam, no conjunto, por abrangerem 44,82% do consumo alcançado para os setores industrial, de comércio e serviços (SERGIPE, 2012b).

O peso do consumo energético desses municípios decorre da presença de várias cerâmicas nos seus territórios, sendo que Itabaiana e Itabaianinha são grandes produtores de peças cerâmicas e integram os APLs de cerâmica vermelha de Sergipe. Os dados encimados mostram que o segmento de cerâmica vermelha é dependente da lenha, como fonte de energia.

O consumo exacerbado deste recurso florestal denuncia a parcela de contribuição das cerâmicas no cenário de desmatamento da vegetação nativa do estado de Sergipe.

Diante da necessidade premente de proteger os recursos florestais da caatinga, bem como fortalecer o setor ceramista, foi desenvolvido um projeto objetivado em garantir maior Eficiência Energética na produção das indústrias de cerâmica vermelha em Sergipe. Realizado pelo Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec), em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba/Centro de Produção Industrial Sustentável (CEPIS) de Campina Grande e patrocinado pelo Fundo Socioambiental da Caixa e Fundo Nacional do Meio Ambiente, o projeto de Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe visa intervir de forma positiva no cenário industrial do setor cerâmico estadual³⁶.

Através da entrevista realizada com Francisco Pedro de Jesus Filho, Gestor do núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do SergipeTec, e por meio do relatório condensado do projeto Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe foi possível clarificar as proposições desse projeto que busca assegurar a Eficiência Energética na produção das indústrias de cerâmica vermelha por meio de: capacitação em melhores práticas para as cerâmicas, assistência técnica especializada, apoio à implementação de uma Unidade Demonstrativa (UD) para a produção sustentável, estruturação e capacitação de uma equipe permanente dentro da SergipeTec para a continuidade das ações e sustentabilidade das mesmas ³⁷.

As ações do projeto foram direcionadas para diagnosticar a situação de um grupo de nove (9) empresas representativas dos três polos cerâmicos de APLs de cerâmica vermelha em Sergipe, quanto ao uso e demanda por lenha e avaliação dos processos que abarcam a fabricação de blocos por essas cerâmicas. Intenciona-se com esse projeto incentivar os produtores de cerâmica vermelha a desenvolverem práticas conscientes que não agredam tanto o meio ambiente e o bioma caatinga, ressaltando a necessidade de utilizar a lenha reflorestada/regularizada no processo produtivo das cerâmicas. Sobre o projeto apresentado, o gestor Francisco Pedro afirma as seguintes pretensões e conquistas:

O projeto está sendo bem assimilado pelos ceramistas que divulgaram ter sido enriquecedor o trabalho realizado. Do ponto de vista do alcance de metas da primeira etapa, conseguimos capacitar 11 técnicos (sendo que o intuito inicial

³⁶ O projeto é apoiado pelos seguintes órgãos: Codise, Sedetec, Adema, Semarh e do Sindicato das Indústrias de Cerâmicas e Olarias em Sergipe (Sindicer).

³⁷ Consultar: Relatório final: Diagnóstico em P+L em nove cerâmicas localizadas no pólo sul, agreste central e Baixo São Francisco, do estado de Sergipe. 2014. Disponível em: www.sergipetec.org.br.

era abranger 08) e conseguimos atender 84 ceramistas dos 80 previstos. Queremos tornar o setor ceramista sustentável, capacitá-lo para uma produção Mais Limpa (P+L) e eficiência energética (Entrevistado F.P.J.F, 2015).

Fundamentado nas proposições do desenvolvimento sustentável, desenvolveu-se em Sergipe um projeto de Manejo de Eucalipto. As cerâmicas situadas no território do Baixo São Francisco se destacam no âmbito nacional por serem precursoras da prática de substituição de madeira nativa por reflorestada para geração de energia calorífica.

O projeto de reflorestamento de eucalipto, que integra o APL de cerâmica vermelha, foi desenvolvido pelo Governo do estado através das secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe, da Inclusão Social (Seides), da Agricultura (Seagri) e do Instituto Pró-Cerâmica (IPC). O projeto foi acordado em 2010 e efetivado em uma área correspondente a 108 hectares, na região do Platô de Neópolis, oferecida pelo Governo do Estado em regime de comodato ao IPC. De acordo com o presidente do Instituto Pró-Cerâmica, Mehujael Colaço Rodrigues, em entrevista disponibilizada no portal Agência Sergipe de Notícias (ASN), em 2012, o projeto de reflorestamento tem caráter social e ecológico. A proposta é conseguir diminuir a forte dependência das cerâmicas de material lenhoso da Bahia, além disso evitará o desmatamento e ajudará os artesãos³⁸.

O reflorestamento de eucalipto é disseminado como um exitoso projeto, vantajoso para as empresas de cerâmica vermelha do Baixo São Francisco. À medida que as empresas passaram a consumir a madeira de reflorestamento a importação desta matéria-prima da Bahia foi reduzida e, conseqüentemente, os custos dispendidos com a comercialização também diminuíram. Um dos ceramistas beneficiados com esse projeto declarou: “depois que comecei a usar lenha reflorestada, as coisas melhorou. Consegui economizar e até investir na cerâmica, comprei maquinário. É melhor pra nós usar a madeira do eucalipto daqui do que lá de fora, pois reduz o custo” (Entrevistado T.G, 2016).

A substituição do consumo energético da mata nativa por reflorestada, no caso do eucalipto, desperta implicações na natureza, já que essa monocultura em essência prioriza o retorno econômico em detrimento da efetiva preservação da natureza. O processo de concessão da área para plantação do eucalipto pelo Estado revela o quanto suas ações e intencionalidades estão a serviço dos interesses reprodutivos do capital. Nesta trama, Estado e capital atuam juntos para se fortalecerem e viabilizarem as condições de continuidade do funcionamento do sistema capitalista e domínio da classe dominante:

³⁸Consultar:http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:28239/sergipe_e_pioneiro_no_uso_de_madeira_reflorestada.html. Acesso em: 23 Nov. 2015.

É bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é mito que merece ser corrigido (HARVEY, 2005, p.92).

A figura 14 demonstra a plantação de eucalipto, na região do platô de Neópolis, que é administrada pelos ceramistas do APL do Baixo São Francisco, que detém a concessão da área para este fim por cem anos e, por determinação do governo, 20% do total do plantio de eucalipto deve ser destinado aos artesãos de Santana do São Francisco.

Figura 14 – Plantação de eucalipto na região de platô de Neópolis.



Fonte: Pesquisa de campo no município de Neópolis -SE, abril de 2016
Foto: Genivânia Maria da Silva.

As pesquisas *in lócus*, realizadas em Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, constataram que a lenha é a principal fonte de energia utilizada no processo produtivo das cerâmicas e olarias, sendo proveniente de vários tipos de vegetais como: eucalipto, algaroba, pinho, bambu, além de espécies frutíferas (jaqueira, laranjeira, mangueira, cajueiro, etc.) que servem para esquentar os fornos. O eucalipto, a algaroba e o pinho advêm sobretudo da Bahia e as demais espécies são provenientes da vegetação nativa do estado de Sergipe.

As empresas pesquisadas mostraram que utilizam a lenha emanada da vegetação nativa, das espécies de árvores frutíferas, (que em muitos casos têm procedência irregular, sem plano de reflorestamento), em virtude de serem fontes de energias alternativas bem mais acessíveis, com custos consideráveis. Nesse sentido, há uma considerável resistência dos ceramistas em utilizarem, veementemente, a lenha do eucalipto (embora, seja de reflorestamento e de melhor

qualidade para a “queima”, ou seja, indicada para preservação da vegetação nativa), por se constituir em uma fonte de energia muito cara em comparação as demais. Um caminhão carregado de Bambu está aproximadamente avaliado em R\$1.500 (mil e quinhentos reais); já um caminhão de lenha de eucalipto custa cerca de R\$3.000 (três mil reais), podendo variar de preço a depender da época.

A casca de coco tem sido utilizada como uma alternativa de combustível “sustentável” na “Cerâmica Amorim”, no município de Propriá. O ceramista coleta das fazendas circunvizinhas a casca de coco transformada em lixo e faz o reaproveitamento desse material que será triturado, moído e transformado em pó para ser usado no forno como queima de biomassa. Trata-se de uma fonte de energia que apresenta vantagens para os ceramistas pois, além do baixo custo, também há grande disponibilidade de coco em Sergipe.

Nas cerâmicas, o tipo de forno predominante é o Hoffman contínuo, que se destaca por ser de fácil operação, baixo consumo de combustível energético, a produtividade e qualidade dos produtos são boas e o índice de perda dos produtos é baixo. A lenha é inserida na parte superior deste forno em boquetas localizadas e distribuídas de acordo com o seu tamanho (OLIVEIRA, 2011). No entanto, o forno Hoffman (figura 15) apresenta como uma das desvantagens o alto custo de implantação, tornando-se inviável às olarias.

Figura 15 – Forno Hoffman utilizado nas cerâmicas vermelhas de Sergipe.

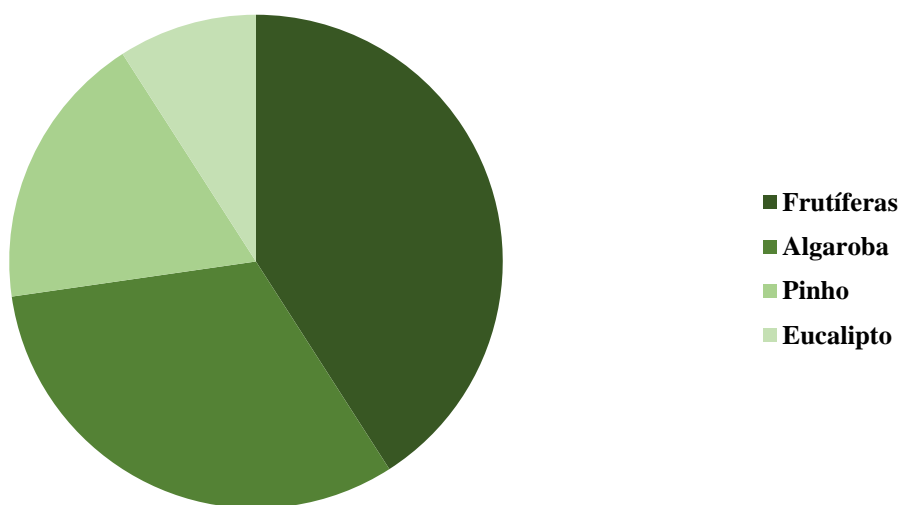


Fonte: Pesquisa de campo na cerâmica vermelha do município de Itabaianinha-SE, dezembro de 2015.
Foto: Genivânia Maria da Silva.

Como alternativa para mitigar a transmissão de material particulado e efluentes gasosos químicos, como o dióxido de carbono (CO₂), liberados na atmosfera no processo de queima dos produtos cerâmicos, foi determinada pelos órgãos ambientais a instalação de filtros nas chaminés dos fornos, ou seja, lavadores de gases. Trata-se de um equipamento que utiliza a água para remover o fluxo de gases poluentes, o material particulado advindo do processo produtivo das cerâmicas vermelhas.

Nas olarias investigadas, 41% dos proprietários revelaram que utilizam, na queima dos produtos cerâmicos, a lenha advinda das espécies frutíferas (mangueira, jaqueira, goiabeira, cajueiro, jurema etc.), em seguida aparece a espécie vegetal de algaroba, que abrangeu 32% do total pesquisado. A opção por essas alternativas decorre da disponibilidade e do baixo custo na compra e no transporte, quando comparada a outras espécies como o eucalipto, que é mais caro, sendo que apenas 9% das olarias utilizam a lenha dessa árvore, mesclada com outras. Os produtores que utilizam o pinho correspondem a 18% do total (Gráfico 07).

Gráfico 07 – Combustível utilizado nos fornos das olarias de Sergipe.



Fonte: Genivânia Maria da Silva. Pesquisa de campo nas olarias de Itabaiana e Itabaianinha/SE, 2015.

Há muitas irregularidades no funcionamento das olarias e, por meio das entrevistas, alguns oleiros chegaram a confessar que utilizam frequentemente, apesar de não ser permitido por lei, a lenha proveniente da árvore jurema da caatinga, por ser de melhor qualidade e acelerar o processo de queima das peças cerâmicas. Os proprietários que se encontram destituídos da Guia Florestal, que é liberada pelo IBAMA, extraem constantemente lenhas de espécies vegetais indevidas, além de receber ou comprar lenhas das espécies frutíferas de sítios ou fazendas próximas ao estabelecimento. Na maioria dos casos, essa prática acontece sem que

haja manejo de reposição das árvores. O corte intenso e inadequado das florestas da vegetação nativa para atender as necessidades das olarias agrediu/agride o equilíbrio da natureza e, como resultado, a caatinga encontra-se empobrecida e devastada.

De acordo com o diagnóstico Florestal realizado em 2010, o estado de Sergipe detinha apenas 13% de cobertura vegetal nativa, incluindo manguezais, mata atlântica, caatinga e áreas litorâneas (SERGIPE, 2012b). Esse quadro tem se agravado, uma vez que a ação humana regada por interesses capitalistas produz o espaço destruindo avidamente a natureza.

Neste contexto, o consumo da lenha atende à necessidade social com valor econômico, a produção da natureza é garantia de reprodução do capitalismo. Mesmo diante das ações/projetos que apregoam a preservação da natureza sob o mantra do desenvolvimento sustentável, a lógica de acumulação de capital desestabiliza a dinâmica da natureza e a responsabiliza do poder de se reabilitar a serviço do capital. De acordo com Harvey (2011, p.65), “a corrida pela acumulação perpétua coloca enormes pressões sobre a oferta de recursos naturais, enquanto o inevitável aumento da quantidade de resíduos testa a capacidade dos sistemas ecológicos de absorvê-los sem transformá-los em tóxicos”.

O tipo de forno preponderantemente utilizado nas olarias é o caieira. Trata-se de um tipo de forno tradicional e simples com um baixo custo de construção, condizente com as condições financeiras das olarias, embora não seja o adequado. Com o forno caieira a qualidade dos produtos e a produtividade são inferiores em relação ao forno Hoffman. Há perdas expressivas dos produtos, alto consumo de lenha como fonte energética, o que torna a produção custosa e dificulta ainda mais a manutenção dessa atividade por parte das olarias.

Com base na Figura 16, observa-se o tipo e as condições do forno utilizado na “queima” das telhas e dos tijolinhos nas olarias. O processo de cozimento das peças cruas costuma ocorrer durante a noite ou, no período de funcionamento das olarias durante o dia. A figura 16 mostra o momento de “queima” das telhas e o trabalhador realizando a função de forneiro na olaria sob condições amplamente desfavoráveis, o que compromete a sua segurança no trabalho, já que se encontra destituído dos Equipamentos de Proteção Individual.

Figura 16 – Forno caieira utiliza do nas olarias do município de Itabaiana/SE.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaiana-SE, dezembro de 2015.

Foto: Genivânia Maria da Silva.

Os fornos utilizados nas olarias são desprovidos de filtro que possa retrain a emissão dos gases liberados na queima da argila. Sendo assim, a fuligem (substância negra) e a fumaça emanadas dos fornos são extremamente mais fortes e agressivas e, uma vez lançadas na atmosfera, atingem não somente os trabalhadores como os próprios moradores da comunidade, já que as olarias estão nas proximidades das residências no campo.

Na figura 17 é possível perceber que no povoado Rio das Pedras, em Itabaiana, as olarias estão circundadas por moradias, tanto em frente quanto dos lados das empresas. Não há delimitação precisa que estabeleça a distância mínima de construção das olarias até as residências. Em geral, as olarias já haviam sido instaladas nos referidos lugares foi, portanto, o processo de expansão do capital na zona rural para explorar novos “territórios” que convergiu para o surgimento de novas construções habitacionais, empurrando-as para as proximidades das fábricas. Quando indagados sobre a ofensividade da fumaça, os moradores mostraram uma certa aceitabilidade, ao mesmo tempo que salientavam o incômodo com os impactos negativos, ratificavam a importância desta atividade para o desenvolvimento da comunidade, assegurando a necessidade de sua permanência.

A contiguidade das olarias às residências é assimilada por trabalhadores e principalmente pelas trabalhadoras como uma alternativa “vantajosa”, visto que permite o deslocamento deles até suas residências no caso de alguma necessidade no horário de intervalo. O capital apropria-se dessa proximidade fábrica-moradia para ludibriar os trabalhadores(as),

conferindo-lhes a condição de fácil mobilidade entre esses espaços, quando na verdade ocorre um controle e submissão dos trabalhadores a essa forma de trabalho, exploratória e precária, que possibilita o sobretrabalho, na garantia de sustentação do seu processo de reprodução.

Figura 17 – Olarias nas proximidades das residências no povoado Rio das Pedras, Itabaiana/SE.



Fonte: Pesquisa de campo na olaria do município de Itabaiana -SE, outubro de 2015

Foto: Genivânia Maria da Silva.

Toda trajetória de produção e desenvolvimento das cerâmicas vermelhas e olarias dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá está assentada na contraditória e desigual relação homem/natureza e por mais que estabeleça uma relação de dependência dos recursos naturais (argila e lenha, por exemplo), esta atividade econômica se revela por explorar e degradar a natureza de forma desmedida, já que o usufruto da natureza está altamente guiado para o processo de mercantilização. Os reveses provocados por esta forma de organização produtiva, coordenada para a produção de mercado, configura neste cenário de uso abusivo dos recursos naturais e sua destruição como justificativa para assegurar (ir)racionalmente a produção cerâmica, sendo neste sentido, o espaço geográfico sergipano transformado conforme as determinações do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista a relação do homem com a natureza se estabelece, primeiramente, como uma relação que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso. A natureza é mercantilizada a serviço dos interesses reprodutivos do capital que, por sua vez, conduz a produção desmedida da natureza para a geração contínua de riquezas, eminentemente apropriadas pela classe dominante para suas distintas intencionalidades e em favor do projeto de desenvolvimento do capitalismo. A natureza é assimilada nos meandros desta organização societal como meio de produção que precisa ser apropriado/explorado aceleradamente para assegurar a continuidade deste sistema.

A sociabilidade capitalista nega as condições de apropriação da natureza levada para a satisfação das necessidades básicas da sociedade que subjuga o processo de controle e de autorreprodução do capital. Nesta relação dividida, que valoriza o valor de troca da mercadoria, a natureza está sendo amplamente explorada e degradada, sobretudo, neste contexto de reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal que serviram para desestruturar o universo do trabalho, acentuar as formas de precarização do trabalho e destruição da natureza em escala global, como expressão da severa crise estrutural do capital. Como desdobramento dessa nova fase de configuração do capitalismo, um novo paradigma do desenvolvimento é estruturado. A escala operativa local passa a ser o eixo de orientação das políticas de desenvolvimento.

O local passa a ser escolhido pelo capital como a escala mais próxima e possível de atender às “necessidades” da comunidade local, capaz de atenuar as desigualdades e os impasses que bloqueiam o desenvolvimento social e econômico no território. Este discurso atribui aos atores locais a incumbência de garantir o desenvolvimento a partir das iniciativas que deverão surgir da comunidade local, com base nas potencialidades do território. Apregoa-se, nessa dimensão escalar, a existência de uma relação “harmônica” entre os atores locais e sujeitos sociais na organização produtiva do território, como se no local as ações não fossem antagônicas e não correspondessem à ordem desigualitária da lógica hegemônica do capital, que prioriza os interesses da classe dominante.

A ênfase no local, sob o ponto de vista do desenvolvimento, consiste em fortalecer as potencialidades e minimizar as deficiências numa dinâmica concorrencial com outros territórios. Envolver toda a comunidade, mobilizando-a na corrida pelo sucesso como objetivo principal e ocultando sob o lema comum da melhoria da qualidade de vida, a satisfação de necessidades reificadas e a diferenciação de “qualidades de vida” em virtude da classe social que pertença (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.09).

A ideologia do desenvolvimento local, na lógica capitalista, serve para mascarar a contraditória e conflituosa relação capital/trabalho e apresentar o local como o *locus* de possibilidades e realizações a partir da participação social. Busca no local o território de ação, as singularidades da comunidade local para assegurar as condições do processo de acumulação e reprodução do capital. Sob esta perspectiva de desenvolvimento está assentada a política para os Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, assimilados como propulsores do desenvolvimento local, uma “nova” proposta para organizar a produção econômica de um território, promover a inovação tecnológica, viabilizar novas oportunidades de emprego, renda e trabalho, bem como para garantir a continuidade das micro e pequenas empresas no competitivo mercado cerâmico.

Envoltas nesta política estadual de apoio aos APLs se encontra as indústrias de cerâmica vermelha do estado de Sergipe, que estão sendo inseridas e organizadas neste formato produtivo sob a proposição de contribuir para a geração de emprego e oferecer melhorias para a comunidade local, bem como para o fortalecimento interno das cerâmicas. A participação dos sujeitos sociais no gerenciamento produtivo do território, a partir das suas potencialidades é incorporada nesta ideologia como condição fulcral para acentuar o desenvolvimento dos territórios que incorporam os Arranjos Produtivos Locais de cerâmica vermelha, principalmente, nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, que concentram a maior parte das empresas cerâmicas dos três territórios de APLs aludidos nesta pesquisa, sendo destaque na geração de emprego, renda e trabalho para a comunidade local.

As particularidades dos territórios, disponibilidade e acesso às condições naturais favoráveis ao desenvolvimento desta atividade produtiva, como as jazidas de argilas, e a “cultura empresarial” do lugar, por se tratar de uma atividade econômica passada de “geração em geração”, têm impulsionado a manutenção deste forma de organização produtiva, sendo os atores locais e sujeitos sociais os responsáveis por viabilizarem com veemência o desenvolvimento das cerâmicas e olarias. Entretanto, as ações do governo de Sergipe com uma política de apoio aos APLs de cerâmica vermelha têm se mostrado circunscritas e insuficientes para garantir o funcionamento e a reprodução desta atividade produtiva, uma vez que não viabiliza as condições de sustentação e fortalecimento do desenvolvimento concreto das cerâmicas vermelhas, transferindo a responsabilidade em primazia para a comunidade local.

Fundamentado nesta lógica de capacidade endógena dos atores locais em favorecer o desenvolvimento, o Estado passa a atuar apenas de forma colaborativa – via política para APLs de Sergipe – ao procurar estimular investimentos privados para as ações locais, fazendo-se

presente por meio de parcerias, projetos e políticas que possibilitem remover os embaraços econômicos e sociais para garantir territórios dinâmicos para alocação e expansão do capital.

De acordo com as pesquisas realizadas, foi possível inferir a carência e aplicabilidade das ações políticas direcionadas ao amparo das cerâmicas vermelhas nos municípios analisados (Itabaiana, Itabaianinha e Propriá), que foram erigidas por iniciativas dos proprietários e sem apoio amplamente efetivo por parte do Estado. Os ceramistas e oleiros revelaram as dificuldades que enfrentam para resistir no mercado cerâmico, especialmente, as pequenas empresas e as olarias, já que as exigências são diversas para se adequarem às legislações ambientais e trabalhistas, além de enfrentarem dificuldades de acesso aos financiamentos/empréstimos. Mostraram-se insatisfeitos com a atuação das instituições financeiras que apoiam as políticas de APLs e exprimiram a necessidade de uma linha de crédito específica que favoreça o desenvolvimento do setor cerâmico, possibilite investir na produção e melhorar a qualidade dos produtos cerâmicos, ofereça condições para assegurar o funcionamento e a reprodução desta forma de atividade produtiva em Sergipe.

Desse modo, através dos questionários aplicados foi verificado que tanto os ceramistas como os oleiros sentem-se ofendidos com as atuações cerceadas do Estado de Sergipe no segmento de cerâmica vermelha, se sentem envolvidos e não desenvolvidos com as “promissoras” políticas estadual de apoio as empresas de Arranjo Produtivo Local.

A leitura calcada na história e nos pressupostos da dialética nos possibilitou compreender as contradições e os disfarces do papel do Estado na sociedade capitalista e nesse projeto do desenvolvimento, que embora a sua aparência seja de respaldo à sobrevivência e fortalecimento da competitividade das empresas cerâmicas que atuam em aglomerados, a sua essencialidade reside em garantir as condições de reprodução contínua do capital. Nesse sentido, as ações estatais estariam entrelaçadas aos interesses reais do capital e nessa proposta do desenvolvimento em Arranjo Produtivo Local não seria diferente.

A atividade cerâmica é assimilada de forma importante para o desenvolvimento das comunidades locais, na medida em que se analisa a dimensão das oportunidades de emprego e trabalho oferecidas para os trabalhadores e trabalhadoras dos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá, que envolvem as cerâmicas e olarias. Apesar dos trabalhadores estarem incorporados em formas precárias, desgastantes e informais de trabalho nas olarias, o reconhecimento enquanto estratégia para se inserir no (des)estruturante mundo do trabalho e auferir renda tem impulsionado o ingresso dos trabalhadores nesta atividade produtiva, sobremaneira, as mulheres que encontram nas olarias uma forma de conciliar com outras

atividades, embora, sejam avidamente exploradas e alocadas nas ocupações de conotação “leve” e que exige um nível maior de atenção e delicadeza.

A reestruturação produtiva aprofundou ainda mais as “farpas” destrutivas do sistema do capital, exacerbou as formas de precarização/precariade do trabalho, deixando os trabalhadores em condições desfavoráveis no desconcertante mundo do trabalho. Assim como o trabalhador é explorado nas olarias e cerâmicas de Sergipe, subjugado aos ditames do capital, a natureza não destoa dessa lógica e passa a ser dominada e explorada para atender as necessidades da produção cerâmica.

A disponibilidade das jazidas de argilas de boa qualidade e em quantidade expressiva no estado de Sergipe possibilitou a construção das empresas cerâmicas e olarias nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Propriá. No entanto, como esta atividade produtiva é conhecida pelas agressões à natureza ao se apropriar de forma constante e desmedida das matérias-primas (argila, lenha, etc) para produzir, a relação homem/natureza tornou-se ainda mais contraditória e conflituosa, convergindo para a destruição alarmante destas potencialidades dos territórios que abrangem as cerâmicas.

Portanto, como estratégia para preservar a natureza das ações deletérias provocadas pelas empresas cerâmicas e olarias de Sergipe, bem como para garantir a continuidade desta forma de atividade produtiva, projetos sustentáveis estão sendo traçados neste alinhamento, sendo a comunidade local a responsável em viabilizar essas condições. O projeto de Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe está sendo conformado com o propósito de tornar o setor ceramista sustentável e refrear a devastação da vegetação nativa. Trata-se de alternativas vantajosas encontradas pelo capital para assegurar as condições de exploração da natureza sob “novas” formas de gestão que conduzam à mercantilização.

Com base nas informações adquiridas através das entrevistas e dos questionários aplicados conseguimos inferir que os ceramistas e oleiros, de forma geral, não possuem uma consciência ecológica efetivamente consolidada, ao contrário, as ações adotadas para atenuar os impactos ambientais estão meramente relacionadas com as imposições das fiscalizações ambientais e não necessariamente com a possibilidade de exaustão dos recursos naturais em refrear a continuidade desta forma de atividade econômica. Contudo, o discurso do desenvolvimento sustentável está sendo inserido no segmento de cerâmica vermelha e as ações direcionadas para equilibrar a relação sociedade/natureza nesta organização produtiva.

Não é que estas tentativas sejam inválidas ou não contribuam para a construção de uma sociedade humanamente mais ecológica. A verdade é que a materialização real desses projetos

de aspirações sustentáveis *per se* não têm impulsos suficientes para barrar a generalizada degradação da natureza, nem impingir mudanças radicais no modo de agir e produzir da sociedade, já que as alternativas práticas não são independentes, mas regidas pelos valores do sistema capitalista desigualmente combinado, destrutivo e avesso a todas as possibilidades de formação e execução de projetos e políticas que, em essência, confrontem os propósitos concretos de expansão e reprodução do capital.

O discurso do desenvolvimento sustentável sob o mantra ideológico de “proteção da natureza” é apresentado como a solução para mitigar a degradação do meio ambiente, contudo de forma escamoteada essa justificativa serve para continuar assegurando as condições de exploração e apropriação privada dos recursos naturais, contudo sob novas alternativas que protege os interesses da classe dominante. A produção cerâmica é destinada ao atendimento das necessidades do mercado e não para corresponder às necessidades materiais da comunidade local, é o mercado que determina o ritmo e as regras de comercialização e sua lógica inviabiliza a capacidade de realização do desenvolvimento sustentável. A apropriação privada e desigual da natureza precisa ser contínua na ordem destrutiva e de lucratividade do capital.

O alicerce da sustentabilidade do desenvolvimento deve ser cristalizado na capacidade e na universalidade da apropriação dos recursos naturais e do trabalho. É a necessidade que deve regular a sustentabilidade do desenvolvimento. Admitir o desenvolvimento a partir do que define o mercado é afirmar a condição determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável (CONCEIÇÃO, 2004, p.90).

O desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista torna-se inexecutável sem aniquilar a “desigualdade substantiva”, a conflitualidade típica deste sistema de reprodução social. A sustentabilidade exige uma ordem social sustentável e justa que defenda e valorize os interesses básicos da humanidade em detrimento da riqueza para uma minoria, muito menos da reprodução e acumulação do capital. Sustentabilidade seria estar no comando dos processos culturais econômicos e sociais e não refém das determinações socioeconômicas (MÉSZÁROS, 2001). O desenvolvimento sustentável trata-se de uma capciosa estratégia do capital para barrar o repúdio social as suas ofensividades e assim assegurar sua hegemonia no espaço geográfico.

A ideologia do desenvolvimento local e sustentável, apregoado nas olarias e nas indústrias de cerâmica vermelha de Sergipe, organizadas em Arranjos Produtivos Locais é reconhecido nessa pesquisa como mais uma das estratégias do sistema capitalista para garantir

seu funcionamento, encontrando na escala local as possibilidades de exploração e geração de lucro que garanta os mecanismos de realização do capital.

Este discurso se fundamenta nesta forma de aglomeração de empresas por se apresentar como condição para a exploração de novos territórios/espacos, exploração da força de trabalho e dos recursos naturais para sustentar a reprodução continuada do capital neste contexto de crise estrutural. Para isso, utiliza-se a perspectiva de inclusão social e econômica com a participação e “autonomia” dos atores locais no gerenciamento produtivo, quando em essência busca fomentar e explorar as potencialidades do território para a expansão e (re) produção do capital.

A pesquisa revelou a necessidade de desmascarar a incorporação e assimilação do discurso do desenvolvimento local/sustentável para assegurar o (des) envolvimento das cerâmicas vermelhas e olarias em Sergipe, uma vez que este projeto do desenvolvimento do capitalismo constrói uma trama de relações entre capital/trabalho, homem/natureza que se “alinha”, afastando as sobreposições, os conflitos e as contradições que residem nesse emaranhado e na apropriação/transformação dos territórios de APLs das cerâmicas vermelhas.

Essa compreensão se tornou viável a partir da leitura da geográfica crítica que possibilitou deslindar as intenções e contradições da ideologia do desenvolvimento local/sustentável, assim como as desiguais relações socioeconômicas desenvolvidas na produção do espaço sergipano através da atividade econômica de cerâmica vermelha e olaria.

6 – REFERÊNCIAS

- ABCERAM. **Associação Brasileira de Cerâmica**. Disponível em: <http://abceram.org.br/>
Acesso em: 23 dez 2014.
- ADEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Disponível em:
<http://www.adema.se.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2 ed. Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 1997.
- AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS, ASN. **ITPS lança cartilha sobre cerâmica vermelha em convênio com CNPq**. Aracaju, 2012. Disponível em:
<http://www.agencia.se.gov.br/noticias/ciencia-e-tecnologia/itps-lanca-cartilha-sobre-ceramica-vermelha-em-convenio-com-o-cnpq>. Acesso em: 13 jan. 2016.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição- Londrina: Praxis; Bauru: canal 6,2007.
- ANFACER. **Associação nacional dos fabricantes de cerâmica para revestimentos, louças sanitárias e congêneres**. Disponível em: <http://www.anfacer.org.br/historia-ceramica>. Acesso em: 21.mar. 2016.
- ANDRADE, Vanilza da Costa. **Programa Casa Nova, Vida Nova e política de desenvolvimento territorial: habitação de interesse social no alto sertão sergipano**. Dissertação (mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.
- ANICER. Associação Nacional da Indústria Cerâmica. Disponível em:
<<http://www.anicer.com.br>>. Acesso em: 25 Nov. 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: **O avesso do trabalho**. ANTUNES, Ricardo; SILVA. Maria A. Moraes. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares. **Descentralização, desenvolvimento local e crise da federação no Brasil**. In. Desarrollo Económico Local y Descentralización en América Latina, CEPAL/GTZ. Santiago/Chile, 2000.
- BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BORON, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 07 – 67.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e tecnologia. **Bloco cerâmico (tijolo)**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/tijolo.asp>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretária de geologia, mineração e transformação mineral- SGM. **Perfil de argilas para cerâmica vermelha**. Relatório técnico 23 perfil de argila, 2009. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P23_RT32_Perfil_da_Argila.pdf/b6fc71dc-3c0a-4eb1-b2a5-df62b2c3bec0. Acesso em: 13 fev.2015.

BRASIL.Ministério do meio ambiente. Caatinga. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 29 dez. 2015.

BRASIL.Observatório brasileiro de APL. **Políticas públicas**. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/politicas_publicas_APL.html. Acesso em:12 jan. 2016.

BRASIL. **Termo de referência para política nacional de apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Versão para Discussão do GT Interministerial. Política de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, 2004. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/termo_referencia.html. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.104p.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**.3.ed. São Paulo: saraiva, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite: monitoramento do bioma Caatinga, 2008-2009**. Brasília, 2011. Disponível em:http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_caatinga_2008_2009_72.pdf. Acesso em: 12.Jan. 2015.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Trabalho decente e igualdade de gênero: retrato das mulheres no mundo do trabalho**, 2014. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814BCC383D014C4765CB20174E/Caderno_dados_2014.pdf. Acesso em: 03 set. 2015.

CAMÂRA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Construção civil cresce 4,8% e, 2011 e CBIC vê consolidação de ciclo virtuoso**. Revista Edificar, 2011. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/noticia/construcao-civil-cresce-48-e-2011-e-cbic-ve-consolidacao-de-ciclo-virtuoso>. Acesso em: 21. Mar. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre o meio ambiente**. 2ª. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; MACIEL Maria Lucia. (orgs). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M; O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. e MACIEL, M.L(orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

CARVALHO, Edmilsom. **A totalidade como categoria central na dialética marxista**. Revista outubro, nº 15, p.177-193, Setembro 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-totalidade-como-categoria-central-na-dialetica-marxista/>. Acesso em: 15. Jan. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 1980 (Data de Digitalização, 2004). Disponível em: <http://www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. EISFORIA, volume 2, nº 2. Florianópolis: UFSC, dezembro de 2004, p.79-91. Disponível em: <https://grupogpect.org/artigos/>. Acesso em 07 Fev. 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/1247>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho**. In: ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da. Estado e políticas públicas: a construção do consenso liberal. Salvador: EDUNEB, 2012, p. 135 -159.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional, Governo do Estado do Pará. Mais Gráfica, Editora, Brasília, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em perspectiva, jan-jun.1992, 22-29p.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. 2ª Ed. Editora: Unesp, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Políticas para o desenvolvimento local**. Editora: Perseu Abramo, 2010.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 2ª ed. Brasília: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1984.

ERBER, Fabio Stefano. **Eficiência coletiva em Arranjos Produtivos Locais industriais: comentando o conceito**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2008.

FIORI, José Luís. **O Consenso de Washington**. Centro cultural banco do Brasil. Setembro, 1996. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/internacional/washington.asp>. Acesso em: 21. Set.2015.

GOMES, Carlos Marcelo Maciel. **A política dos Arranjos Produtivos Locais na busca sisifiana pelo desenvolvimento.** Dissertação (mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1992. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 3.ed. São Paulo. Edições, Loyola, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007.

IBGE. **Taxa de desocupação para os trimestres móveis* de 2012 a 2016.** Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em :16 abr. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1991.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela; revista técnica de Paulo Freire Vieira. _4.ed.- São Paulo. Cortez, 2006.

LEFF, Henrique. **Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidade ambiental** In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 1, p.57-69. Jan/jun.2000. Editora da UFPR.

LIMA, Lucas Gama; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital.** Scientia Plena. Vol. 5, Nº 12, 2009, p. 01 – 11.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança.** 2007. 272 F. Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos-Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos ou Manuscritos de Paris.** Tradução de Jesus Ranieri. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital-Crítica da Economia Política.** Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MEADOWS, Dennis L. et al. **Limites do Crescimento.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 162.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. et al. Análise das Políticas de Apoio para Arranjos Produtivos Locais no Estado de Sergipe. In: **Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresas/pesquisa/Consolidacao_APLs.pdf. Acesso em: 26 set. de 2015.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “Supérfluos” à Sujeitos Históricos na Contramão do Capital: a Geografia do (Des)Trabalho.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de pós- Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2ª. ed. Tradução: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** 1ª ed. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio do desenvolvimento sustentável e da cultura da igualdade substantiva.** Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: <http://resistir.info/>. Acessado em: 11 out. 2015.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramon. **Crítica ao conceito de desenvolvimento.** Revista Pegada, vol.3, Nº 1, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramon. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 F. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** 2ª edição. Editora brasileira, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: **O avesso do trabalho.** ANTUNES, Ricardo; SILVA. Maria A. Moraes. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 5ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **As Tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de pós- Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

OLIVEIRA, Amando Alves de. **Tecnologia em cerâmica.** Criciúma Editora Lara, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PEREIRA, Sudanês Barbosa; CORREIA, Magaiver Lima dos Santos Fontes; ALVES, Jussara Sant’Anna. **A política de desenvolvimento local em Sergipe: os arranjos produtivos locais (APLs).** In: Boletim regional, urbano e ambiental. IPEA. 10 jul.-dez.

2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5661/1/BRU_n10_politica_apl.pdf. Acesso em: 12. set. 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOZA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. In: **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Versão Preliminar. Revista do BNDES, v.11, n.22, Rio de Janeiro, 2004.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo de cerâmica vermelha sergipana**. Aracaju, 2008. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2014.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Adema: Cerâmicas vermelhas se adequam à legislação ambiental**. Aracaju, 2011. Disponível em: <http://www.adema.se.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Sindicato das indústrias de cerâmica anuncia investimentos em Sergipe para 2013**. Aracaju, 2012a. Disponível em: <http://sedetec.se.gov.br>. Acesso em: 23 jul. 2015.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Florestas em Sergipe: Construindo uma política florestal**. Aracaju, 2012b.

SERGIPE. Agência Sergipe de Notícias. **Sergipe é 1º no uso de madeira reflorestada**. Aracaju, 2013. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe. **O que são Arranjos Produtivos Locais?** Aracaju, 2015. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SERGIPE. Agência Sergipe de Notícias. **Interior de Sergipe atrai cinco novos empreendimentos**. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/interior-de-sergipe-atrai-cinco-novos-empreendimentos>. Acesso em: 23. Jan. 2016.

SINDICER. **Sindicato de Indústrias de Cerâmicas e Olarias do Estado de Sergipe**. Aracaju, 2015. Disponível em: www.sindicatodaindustria.com.br. Acesso em: 13 jan. 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma Geografia do trabalho. (Reflexões preliminares)** Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y ciencias sociales, Universidade de Barcelona, Vol. VI nº 119(5), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso: 06 jan. 2015.

VASAPOLLO, Luciano. **La precariedad como paradigma de la reestructuración capitalista en la fase de la crisis estructural**. In: XI Jornada de Economía Crítica. Bilbao: Ecocri, 2008.